



## **Transgenerational Intrafamily Violence: Case Study in a Specialized Center for Social Assistance in the Administrative District of Belém-PA**

**Authors:** Lia L. Botega  
**Submitted:** 19. July 2023  
**Published:** 21. August 2023  
**Volume:** 10  
**Issue:** 4  
**Affiliation:** University of Amazon, Belém, Brazil  
**Languages:** Portuguese  
**Keywords:** Family, Violence, Transgenerationality, Interdisciplinarity, Transgenerational Intrafamily Violence, Reflective Strategies, Theory of the Self, Specialized Center for Social Assistance (SCSA)  
**Categories:** Demetrios Project, News and Views, Humanities, Social Sciences and Law  
**DOI:** 10.17160/josha.10.4.923

### Abstract:

This study aimed to identify the effects of the use of reflective strategies on narratives and experiences of family members in situations of transgenerational intrafamily violence, from the Theory of the Self. The following specific objectives were developed: to identify the representation that family members have of violence and intrafamily violence; to identify their perception of the history of intrafamily violence they suffered and reproduce; and to identify changes in reports throughout the meetings. As a methodological option, we carried out a holistic descriptive case study, with a qualitative approach, having, as participants, three members of a family being monitored in the year 2021 in a Specialized Center for Social Assistance (SCSA) in Mosqueiro Island, administrative district of the municipality of Belém, Pará, in a situation of

# JOSHA

[josha.org](http://josha.org)

**Journal of Science,  
Humanities and Arts**

JOSHA is a service that helps scholars, researchers, and students discover, use, and build upon a wide range of content

the participants related to the reflections provided in the two previous meetings. We conclude that advances in awareness about the proposed themes and the perceived positive effects justify investments in carrying out studies that substantiate and expand the proposals for action by public agencies and other policies that are not just the National Social Assistance Policy (NSAP).

Transgenerational intrafamily violence: case study in a Specialized Center for Social Assistance in the administrative district of Belém-PA;

Violência intrafamiliar transgeracional: Estudo de caso em um centro de referência especializado em assistência social em um distrito de Belém-PA

Lia Cristina da Silva Botega<sup>1</sup>

Amazon University

Universidade da Amazônia

This study aimed to identify the effects of the use of reflective strategies on narratives and experiences of family members in situations of transgenerational intrafamily violence, from the Theory of the Self. The following specific objectives were developed: to identify the representation that family members have of violence and intrafamily violence; identify their perception of the history of intrafamily violence they suffered and reproduce; and to identify changes in reports throughout the meetings. As a methodological option, we carried out a holistic descriptive case study, with a qualitative approach, having, as participants, three members of a family being monitored in the year 2021 in a Specialized Center for Social Assistance (SCSA) in Mosqueiro Island, administrative district of the municipality of Belém, Pará, in a situation of experiencing intrafamily violence. From the identification of a teenager, she, her mother and maternal grandmother were the target of intervention. As instruments for intervention and data collection, videos from the research group “Poetry in Everyday Life: Experiential Groups and Resilience”, from which this study is an offshoot, which are made available on the YouTube platform, and semi-structured interviews were used, furthermore registration in Social Assistance Unif System (SAUS) medical records, as documentary evidence. Three meetings were held with the family, the last of which had a monitoring function. As a result, it was possible to verify that the participants perceived and named contexts of violence present in the family history and considered them potentially harmful to the family relationship and individual development, which did not prevent them from reproducing them, which configures the phenomenon of transgenerationality. In addition, the expression of affection is presented as care actions with basic survival needs, but without the validation of hugs and other manifestations considered affective. In the third meeting, monitoring, we observed the presence of narratives of changes in family dynamics that the participants related to the reflections provided in the two previous meetings. We conclude that advances in awareness about the proposed themes and the perceived positive effects justify investments in carrying out studies that substantiate and expand the proposals for action by public agencies and other policies that are not just the National Social Assistance Policy (NSAP).

---

<sup>1</sup> Email: [liasilvabotega@gmail.com](mailto:liasilvabotega@gmail.com)

**Keywords:** Family; violence; transgenerationality; interdisciplinarity

**Palavras-chave:** Família; violência; transgeracionalidade; interdisciplinaridade.



UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, LINGUAGENS E  
CULTURA

**LIA CRISTINA DA SILVA BOTEGA**

**VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR TRANSGERACIONAL:**

Estudo de caso em um centro de referência especializado em assistência social em um  
distrito de Belém-PA

BELÉM  
2022

UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, LINGUAGENS E  
CULTURA

**VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR TRANSGERACIONAL:**

Estudo de caso em um centro de referência especializado em assistência social em um  
distrito de Belém-PA

LIA CRISTINA DA SILVA BOTEGA

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura, da Universidade da Amazônia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre. Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosângela Araújo Darwich.

BELÉM  
2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Nazaré Soeiro

CRB2/ 961

---

362.8

B748v

Botega, Lia Cristina da Silva.

Violência intrafamiliar transgeracional: estudo de caso em um centro de referência especializado em assistência social em um Distrito de Belém-Pa. / Lia Cristina da Silva Botega. – Belém, 2022.

130 f.: 21 x 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade da Amazônia, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura, 2022.

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Rosangela Araújo Darwich.

1. Família. 2. Violência. 3. Transgeracionalidade. 4. Interdisciplinaridade. I. Darwich, Rosangela Araujo. II. Título.

---

VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR TRANSGERACIONAL: ESTUDO DE CASO EM  
UM CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL  
EM UM DISTRITO DE BELÉM-PA

Aprovado em 22 /12 /2022

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosângela Araújo Darwich  
(Orientadora, PPGCLC/UNAMA)

---

Prof. Dr. Marcus César de Borba Belmino  
(PPGESa, Centro Universitário Unileão)

---

Prof. Dr. José Guilherme de Oliveira Castro  
(PPGCLC/UNAMA)

## AGRADECIMENTOS

A Deus pelo privilégio da vida e por ter me ajudado a sobreviver ao caos que vivemos no mundo.

Ao meu esposo amado Raoni Botega por sempre dar o suporte e o amor, principalmente nos momentos mais difíceis.

Aos meus pais, irmãos, cunhadas, sobrinhas, sobrinho, tias, primas e todos os outros familiares, bases da minha existência, e que entenderam os momentos de ausência, apoiaram e me substituíram em muitas missões domésticas e burocráticas da vida pra que eu pudesse escrever e me incentivaram a acreditar que este era um caminho possível.

À minha querida orientadora Rosângela Darwich por ter acreditado em mim mesmo quando que nem eu acreditava e não largou minha mão em nenhum momento.

Aos amigos que, com muito carinho, compreenderam as minhas ausências e me acolheram nos momentos de choro, medo e não me deixaram desistir.

À minha querida coordenadora do CREAS Cláudia César que me auxiliou a confirmar o desejo de crescer e diariamente me ensina sobre o poder da confiança no outro.

Às colegas de trabalho do CREAS Marialva Casanova Guimarães/FUNPAPA que estão comigo no dia-a-dia lutando contra o desmonte cruel do SUAS, especialmente nos últimos anos.

Às famílias que buscam o serviço do CREAS e que confiam no trabalho dessa equipe.

A todos que direta ou indiretamente auxiliaram para que este trabalho se tornasse uma realidade.

*“Estudar exclusão pelas emoções dos  
que a vivem é refletir sobre o ‘cuidado’  
que o Estado tem com seus cidadãos”.*  
Bader Sawaia

## RESUMO

Este estudo teve como objetivo identificar efeitos da utilização de estratégias reflexivas sobre relatos e vivências de familiares em situação de violência intrafamiliar transgeracional, a partir da Teoria do *Self*. Foram desdobrados os seguintes objetivos específicos: identificar a representação que os membros da família têm do que é violência e violência intrafamiliar; identificar a percepção deles sobre o histórico de violência intrafamiliar que sofreram e reproduzem; e identificar mudanças nos relatos ao longo dos encontros. Enquanto opção metodológica, realizamos um estudo de caso descritivo holístico, com abordagem qualitativa, tendo, como participantes, três membros de uma família em acompanhamento no ano de 2021 em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) na Ilha de Mosqueiro, distrito administrativo do município de Belém, Pará, em situação de vivência de violência intrafamiliar. A partir da identificação de uma adolescente, ela, a mãe e a avó materna foram alvo de intervenção. Enquanto instrumentos de intervenção e coleta de dados, foram utilizados vídeos do grupo de pesquisa “Poesia no Dia a Dia: Grupos Vivenciais e Resiliência”, do qual este estudo é um desdobramento, os quais são disponibilizados na plataforma YouTube, e entrevistas semiestruturadas, além de registro em prontuário SUAS, como evidência documental. Três encontros foram realizados com a família, tendo o último deles a função de monitoramento. Como resultado, foi possível constatar que as participantes perceberam e nomearam contextos de violência presentes na história da família e os consideraram potencialmente nocivos à relação familiar e ao desenvolvimento individual, o que não impediu que os reproduzissem, o que configura o fenômeno da transgeracionalidade. Além disso, a expressão de afeto se apresenta enquanto ações de cuidados com as necessidades básicas de sobrevivência, mas sem a validação de abraços e outras manifestações consideradas afetivas. No terceiro encontro, de monitoramento, observamos a presença de relatos de mudanças na dinâmica familiar que as participantes relacionaram às reflexões proporcionadas nos dois encontros anteriores. Concluímos que avanços na consciência acerca dos temas propostos e os efeitos positivos percebidos justificam investimentos na realização de estudos que os fundamentem e ampliem as propostas de ação de órgãos públicos e de outras políticas que não apenas a Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

**Palavras-chave:** Família; violência; transgeracionalidade; interdisciplinaridade.

## ABSTRACT

This study aimed to identify the effects of the use of reflective strategies on narratives and experiences of family members in situations of transgenerational intrafamily violence, from the Theory of the Self. The following specific objectives were developed: to identify the representation that family members have of violence and intrafamily violence; identify their perception of the history of intrafamily violence they suffered and reproduce; and to identify changes in reports throughout the meetings. As a methodological option, we carried out a holistic descriptive case study, with a qualitative approach, having, as participants, three members of a family being monitored in the year 2021 in a Specialized Center for Social Assistance (SCSA) in Mosqueiro Island, administrative district of the municipality of Belém, Pará, in a situation of experiencing intrafamily violence. From the identification of a teenager, she, her mother and maternal grandmother were the target of intervention. As instruments for intervention and data collection, videos from the research group “Poetry in Everyday Life: Experiential Groups and Resilience”, from which this study is an offshoot, which are made available on the YouTube platform, and semi-structured interviews were used, furthermore registration in Social Assistance Unif System (SAUS) medical records, as documentary evidence. Three meetings were held with the family, the last of which had a monitoring function. As a result, it was possible to verify that the participants perceived and named contexts of violence present in the family history and considered them potentially harmful to the family relationship and individual development, which did not prevent them from reproducing them, which configures the phenomenon of transgenerationality. In addition, the expression of affection is presented as care actions with basic survival needs, but without the validation of hugs and other manifestations considered affective. In the third meeting, monitoring, we observed the presence of narratives of changes in family dynamics that the participants related to the reflections provided in the two previous meetings. We conclude that advances in awareness about the proposed themes and the perceived positive effects justify investments in carrying out studies that substantiate and expand the proposals for action by public agencies and other policies that are not just the National Social Assistance Policy (NSAP).

**Keywords:** Family; violence; transgenerationality; interdisciplinarity.

## **LISTA DE QUADROS**

**Quadro 1.** Descrição do perfil dos participantes que compõe o grupo familiar

**Quadro 2.** Período e familiares com quem morava e mora a adolescente

**Quadro 3.** Resumo dos relatos acerca das relações familiares

## **LISTA DE FIGURAS**

**Figura 1.** Quadro resumo dos serviços socioassistenciais do SUAS

**Figura 2.** Quadro parâmetro para composição de equipe de referência do CREAS

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

**CRAS** – Centro de Referência em Assistência Social

**CREAS** – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

**ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente

**FUNPAPA** – Fundação Para João XXIII

**LOAS** – Lei Orgânica da Assistência Social

**NSAP** - National Social Assistance Policy

**OMS** – Organização Mundial da Saúde

**PAEFI** – Serviço de Proteção Especializado à Famílias e Indivíduos

**PAIF** – Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família

**PNAS** – Política Nacional de Assistência Social

**SCFV** – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

**SUAS** – Sistema Único de Assistência Social

**UNICEF** – Fundo das Nações Unidas para a Infância

**WHO** – World Health Organization

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 FAMÍLIA(S) .....</b>	<b>20</b>
<b>3 TRANSGERACIONALIDADE .....</b>	<b>35</b>
<b>4 O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA E A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR .....</b>	<b>41</b>
<b>5 GESTALT-TERAPIA E A TEORIA DO <i>SELF</i>.....</b>	<b>50</b>
<b>6 POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CENTROS ESPECIALIZADOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL .....</b>	<b>66</b>
<b>7 METODOLOGIA.....</b>	<b>73</b>
7.1 TIPO DE PESQUISA.....	73
7.2 PARTICIPANTES .....	74
7.3 ASPECTOS ÉTICOS-LEGAIS.....	77
7.4 BENEFÍCIOS DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA .....	77
7.5 RISCOS DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA .....	78
7.6 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO .....	79
7.7 CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO.....	79
7.8 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS .....	79
7.9 PROCEDIMENTO.....	81
7.10 ANÁLISE DE DADOS .....	82
<b>8 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>85</b>
<b>9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>102</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>105</b>
<b>ANEXO I – Parecer Consubstanciado do CEP .....</b>	<b>116</b>
<b>ANEXO II - Autorização da realização da pesquisa da FUNPAPA.....</b>	<b>125</b>
<b>APÊNDICE I.....</b>	<b>126</b>
<b>APÊNDICE II .....</b>	<b>130</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O interesse em desenvolver uma pesquisa voltada para a compreensão de contextos de violência nas relações intrafamiliares parte do período de oito anos como psicóloga atuando junto à Política Nacional de Assistência Social (PNAS), mais especificamente em um Centro Especializado de Assistência Social (CREAS), o qual tem como centralidade de intervenções famílias e/ou indivíduos em situação de risco, vulnerabilidade social e que sofreram algum tipo de violência e/ou tiveram seus direitos violados (BRASIL, 2005a).

A importância da família no desenvolvimento dos indivíduos é um aspecto pesquisado por diversos autores e tem se mostrado fundamental na busca de compreensão da história e, ao serem desenvolvidas pesquisas acerca desta instituição, é possível que aspectos que desencadeiam crises à sociedade, como a violência intrafamiliar, levem a avanços sociais (MINAYO; GOMES, 2013).

Para Engels (2019), Ariès (2017), Foucault (1979; 1987), Ponciano e Féres-Carneiro (2003) e Jaeger (2013), a família pode ser considerada uma instituição construída socialmente e que desempenha o papel de orientação e controle de condutas a serem manifestas em determinada sociedade tendo assim impacto na constituição psíquica, afetiva e emocional de cada um de seus membros. Mesmo que os referidos autores apresentem paradigmas diferentes do entedimento de família, neste estudo, foi considerada a perspectiva temporal da história como fator que possibilita o olhar conjunto a estes autores.

Neste sentido, o modelo de padrão familiar nuclear, hegemônico e ideológico no mundo ocidental, baseado na divisão rígida de papéis a partir do sexo daqueles que a compõem, em que homens são responsáveis pelo sustento financeiro e mulheres pelo cuidado com os filhos, foi por muitos anos legitimado e por vezes até tido como inquestionável. Todavia, as mudanças sociais, econômicas e culturais na contemporaneidade puderam ampliar para diferentes concepções o conceito da instituição família, de modo que alguns estudiosos tendem a considerar a superação do termo no singular e utilizando o termo “famílias” para descrever essa instituição (ARIÈS, 2017; JAEGER, 2013; PONCIANO, FÉRES-CARNEIRO, 2003; WAGNER, TRONCO, ARMANI, 2011; ROSA; LIRA, 2012;).

A partir dessas alterações que o conceito de família sofreu ao longo da história e a considerar a pluralidade dos questionamentos aos padrões sociais acerca do indivíduo e da família, compreender esta instituição pôde, atualmente, ocorrer a partir de novas percepções e assim instituir-se novas configurações. Abriu-se, assim, a possibilidade de ser abarcado um contexto mais plural de existências e arranjos familiares. De acordo com Silveira (2022, p. 25),

(...) identificamos famílias tradicionais nucleares, heterogêneas com pai, mãe e filho(s), famílias recasadas com ou sem filhos de casamentos anteriores, famílias monoparentais, famílias homoparentais, casais heteroafetivos, homoafetivos, transafetivos, casais que moram em casas separadas, entre outros.

Desta forma, é possível delimitar que família é um grupo de sujeitos com vinculação consanguínea, afetiva e/ou de convivência e que são responsáveis fundamentalmente para facilitar a socialização, especialmente dos filhos, tendo uma dinâmica organizacional estabelecida por relações de um campo complexo, em que diferenças coexistem, estabelecendo formas de contato e de distanciamentos na relação que pode denunciar uma trajetória de violências, perspectiva esta que será referência para a análise deste estudo (GUAZINA; NOAL, 2013; JAEGER, 2013; SILVEIRA 2022).

Para tal, este estudo realizou a descrição de entendimentos do que vem a ser a instituição família desde as percepções primitivas apontadas por Engels (2019), perpassando por aspectos da constituição da infância apresentados por Àries (2017) e pela constituição da noção de família defendida por Foucault (1979, 1987) enquanto instituição de controle disciplinar e de sustentação do biopoder, até autores da contemporaneidade que apontam a pluralidade das existências como fundamental para a noção ampliada e não violenta do que vem a ser compreendido como família na atualidade entrecortada pela noção Estatal do papel da família na manifestação de contextos de vivências violentas para os indivíduos que a compõem.

Foram ainda apresentados aspectos de compreensão acerca da transgeracionalidade e como estes estão presentes nas relações familiares. Ademais, foi também descrito a concepção da violência enquanto um fenômeno presente na história, e suas formas de manifestação e identificação na atualidade.

Além disto, foi utilizado a Gestalt-terapia proposta por Perls, Hefferline e Goodman (1997) como teoria de base para uma possibilidade de compreensão de como funcionam os sujeitos em suas interações familiares visto que, a relação organismo/ambiente implica na interação do sujeito em um campo de relação intersubjetiva, sendo possível compreender as formas nas quais estas relação se estabelecem, a partir de uma lógica fenomenológica temporal e de campo, a qual conduz à compreensão de constituição de relações fluidas ou com impedimentos relacionais, seja de ordem evitativa/neurótica e/ou aflitiva.

De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2001, p. 15), a violência intrafamiliar pode ser compreendida como

(...) toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra.

A família reproduz o fenômeno da violência especialmente quando é considerada a existência de relações de poder e dominação dentro do sistema familiar e, em virtude do maior grau de vulnerabilidade de grupos como crianças, adolescente, mulheres, idosos e pessoas com deficiência, eles têm sido objeto de grande interesse em ações interventiva dos órgãos de defesas dos direitos em nível internacional e nacional frente ao constante e crescente número de situações de violências que enfrentam (ACOSTA; VITALE, 2018).

Concebida como um construto social, a violência apresenta diferentes formas de manifestação a partir do grupo que agride e do outro que é agredido. Segundo dados do Ministério dos Direitos Humanos (BRASIL, 2018), comparado a 85 países, o Brasil ocupava, em 2013, a terceira colocação com maior taxa de mortalidade de crianças e adolescentes, tendo o índice em 16,9% de mortes a cada 100 mil habitantes, perdendo apenas para México e El Salvador.

Segundo dados da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, responsável pelo Disque 100, que é o canal nacional de disseminação de informações sobre o direito de grupos vulneráveis e uma das vias de recebimento de denúncias de violações de direitos, em 2015, crianças e adolescentes, menores de 18 anos, foram as maiores vítimas de violações de direitos no Brasil, com um percentual de 58,49% das 137.516

denúncias recebidas pelo serviço. Quando é realizada a análise destes dados pelo perfil das vítimas, estes mostram que 45% foram violências sofridas por crianças do sexo feminino. Ao realizar o recorte etário, a maioria das vítimas tem a faixa etária entre 4 e 11 anos, perfazendo um total de 40%, seguido da faixa etária de 12 a 17 anos, que somam 31% e em seguida, 0 a 3 anos, perfazendo um total de 16%. Considerando o recorte de identidade de gênero e orientação sexual 46% são declarados como gays, 29% lésbicas, 18% constituem o percentual referente à adolescentes trans, sendo 14% travestis e 4% transexuais e 7% referem à adolescentes bissexuais. Ao considerar o recorte de raça/cor, 57,5% são crianças e adolescentes pretas e pardas, enquanto 41,6% são brancas (BRASIL, 2018).

No que se refere à identificação de gênero dos supostos agressores e o local onde ocorrem as violências, ainda considerando a pesquisa da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (BRASIL, 2018), em 2015 houve um total de 121.624 suspeitos de cometer violência contra crianças e adolescentes. Destes, 45% são mulheres, 36% homens e 19% não foram identificados. Quando realizado o recorte da relação dos agressores com as vítimas, 41,83% têm a mãe como o principal suspeito, seguido pelo pai, padrasto e avó, sendo a casa da própria vítima o principal local de ocorrência das violências em 48,75% dos casos.

Segundo dados do Unicef (2017), vivências violentas podem ser identificadas desde os primeiros anos de vida de indivíduos. Os dados apontam que aproximadamente metade das crianças em 30 países, na idade de 12 a 23 meses são constantemente submetidas a punições via violência física e verbal dentro de casa. Outro dado significativo é o de 300 milhões de crianças no mundo entre 2 e 4 anos são submetidas a punições físicas e psicológicas por seus pais ou cuidadores. Em torno de 250 milhões de crianças, entre 6 e 10 anos, são regularmente agredidas fisicamente como forma de castigo. Frente a estes contextos de violência vividos dentro de casa, é comum observar que as crianças tendem a fugir de suas casas ou passam a utilizar o ciberespaço como tentativa de abrigo às violências. Entretanto, estas estratégias de sobrevivência acabam aumentando os riscos a novos contextos de violência, como o cyberbullying e os crimes sexuais virtuais que, para cerca de 130 milhões de adolescentes entre 13 e 15 anos, se tornam uma realidade, principalmente quando considerada a vivência de meninas.

Santos *et al.* (2020) realizaram uma pesquisa com aplicação de um questionário proposto pela OMS para medir a escala de violência intrafamiliar e escolar entre adolescentes. A pesquisa foi aplicada em uma escola pública do interior de São Paulo e foi respondida por 1056 adolescentes com idade em torno de 13 anos, sendo 57,4 % do sexo feminino.

Os dados dessa pesquisa mostraram que a ação de ter apanhado dos pais, a agressão física intrafamiliar e a procura por ajuda médica por estarem muito machucados obtiveram altos índices de ocorrência na vida dos adolescentes. Para os pesquisadores, isto indica que a agressão física, também entendida por eles como emocional e social, existe como um hábito nas famílias sendo culturalmente posta enquanto forma necessária à educação dos filhos.

Na pesquisa ainda foi identificado que adolescentes que são física e emocionalmente agredidos no contexto intrafamiliar, também sofrem xingamentos por colegas na escola, indicando que determinados atos de violência tendem à banalização, o que implica em dificuldades para identificar, controlar e prevenir tais ações violentas. Ora, se as agressões física e verbal são identificadas como naturalizadas e parte integrante da cultura, é possível propor estratégias psicossociais que contribuam para a transformação de tal realidade e assim a busca de diminuição dos números de crianças e adolescentes vítimas de violências?

Outro ponto relevante observado por Santos *et al* (2020) é que, à medida em que os pais batem nos filhos adolescentes de forma mais frequente, aumenta a percepção de que estes pais não gostam dos adolescentes e tal contexto tende a aumentar o nível de comportamento agressivo por parte destes adolescentes. Quando analisados aspectos referentes à violência sexual sofrida pelos adolescentes, os dados mostraram que estes sentem que recebem menos carinho e são menos protegidos pelos pais além de perceberem ser frequentemente agredidos física e emocionalmente. Os pesquisadores pontuam que é de grande importância a realização de estudos e pesquisas onde sejam verificadas o histórico de violência física vividos, pelos pais, na infância e os reflexos que este exerce sobre os adolescentes, haja vista estarem relacionados a um grau maior de violência intrafamiliar.

A partir de dados do Relatório Mundial de Ações Preventivas de Violências contra Crianças (WHO, 2020), estima-se que um bilhão de crianças e adolescentes, o que equivale uma em cada duas crianças no mundo, na idade de 2 a 17 anos, sofre alguma forma de violência por ano, levando a consequências prejudiciais em nível psicológico, social e econômico para o desenvolvimento dos países; 1/3 dos estudantes na idade entre 11 e 15 anos sofreram bullying por outras crianças e adolescentes, em geral no ambiente hospitalar; 120 milhões de meninas serão vítimas de alguma forma de violência sexual até os 20 anos; 1 em cada 3 crianças no mundo é vítima de violência psicológica e 1 em cada 4 crianças convive em um ambiente doméstico de constante violência tendo, em geral, a mãe também como vítima.

Neste sentido, com o constante aumento de contextos de violência somado aos recentes contextos de calamidades públicas como a pandemia de Covid-19, como aponta a WHO (2020) tem-se observado modificações na prevalência e no padrão de violência interpessoal e intrafamiliar, quando foi possível identificar a diminuição de atendimentos de emergência médica às situações de homicídios e maus tratos, onde as vítimas são frequentemente homens jovens, especialmente em lugares onde os lockdowns foram acompanhados da proibição de venda de bebidas alcoólicas. Entretanto, ocorreu o aumento de ligações de crianças solicitando ajuda ao denunciar o aumento de abusos sofridos em casa. O que leva a considerar pertinentes as observações de Benelli (2016, p. 26) ao afirmar que “as técnicas de vigilância, punição, controle social e produção de sujeitos também estão se sofisticando a partir do suporte da tecnologia de ponta”, sendo assim necessário a modernização frente às propostas de pesquisa para a busca de modificação da realidade da violência e ampliação de avanços, como os observados após a construção dos parâmetros legais como as convenções internacionais em defesa da criança e adolescentes e de, no Brasil, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A partir do processo de redemocratização do Brasil, a família assumiu um significativo lugar no que se refere a base estrutural da sociedade brasileira e, portanto, prioritária no recebimento de proteção e manutenção pelo Estado (BRASIL, 2005a; 2005b; CERVENY; BERTHOUD, 2009) *locus* de intervenção para a construção de uma sociedade equânime e com a garantia de direitos, sendo a Política Nacional de

Assistência Social – PNAS (BRASIL, 2005a) a responsável pela articulação das políticas na garantia de direitos.

Tal marco legal ocorreu na promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), que ficou conhecida como Constituição Cidadã, visto buscar a garantia de direitos principalmente dos grupos historicamente marginalizados e situar a família como núcleo fundamental da sociedade brasileira e *locus* de proteção social. Como parte integrante do tripé da seguridade social, a PNAS (BRASIL, 2005a) foi a estratégia estatal utilizada para a garantia de direitos de famílias e indivíduos que se encontram em contexto de vulnerabilidade social, com vínculos familiares e/ou comunitários fragilizados e/ou rompidos e que tiveram seus direitos violados.

A PNAS (BRASIL, 2005a) organiza a oferta de serviços e programa para o enfrentamento de contextos de vulnerabilidade e risco psicossocial de família e indivíduos a partir compreensão da níveis de vulnerabilidade deste, identificando na fragilidade ou rompimento dos vínculos familiares e comunitários os níveis de intervenção. Neste sentido, tem seus equipamentos, serviços e programas divididos em Proteção Social Básica – onde o foco de intervenção visa a prevenção do rompimento de vínculos – e Proteção Social Especial que é subdivida em média e alta complexidade – na média complexidade a intervenção é pensada em virtude de os vínculos encontrarem-se fragilizados e na alta complexidade estes vínculos já foram rompidos. É na Proteção Social Especial de Média Complexidade que os Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS operacionalizam serviços na intervenção de situações em que famílias e/ou indivíduos sofreram situações de violências e/ou violação de direitos, por exemplo, como ocorre em situações de violência intrafamiliar.

Razera, Cenci e Falcke (2014, p. 48) referem que a violência cometida dentro de casa possui desencadeadores multifatoriais e estes podem estar ligados a “aspectos transgeracionais envolvidos na história de vida, no desenvolvimento individual e na subjetivação dos cônjuges envolvidos no ato violento”, o que deflagra a importância de compreender o funcionamento de cada indivíduo envolvido na relação a partir das heranças transgeracionais e intergeracionais que repercutem na atualidade como possibilidade de rompimentos dos repetitivos contextos de violências, visto as autoras acreditarem que a influência da família pode ser medida analisando aspectos da

transgeracionalidade, sendo possível identificar níveis e formas de manifestação de agressividade e violência como heranças familiares e que acabam afetando diversos campos existenciais do sujeito.

Por sua vez, Cervený e Berthoud (2009) consideram que a fragilização e/ou rompimento de vínculos familiares, o individualismo exacerbado, a situação de favelização e miséria total, em especial de famílias pretas e pardas, existente de forma estrutural no Brasil, a fragilidade interventiva do Estado com a ineficácia ou até a inexistência de políticas públicas, contribuem para que às famílias descumpram seu papel protetivo ampliando um contexto de vulnerabilidade e risco às violências e violações de direitos, impactando na subjetivação das futuras gerações.

Sendo assim, este estudo teve, como objetivo geral, identificar efeitos da utilização de estratégias reflexivas sobre relatos e vivências de familiares em situação de violência intrafamiliar transgeracional, a partir da Teoria do Self. Para tanto, realizou-se estudo de caso de uma família em situação de vulnerabilidade social, marcada por violência intrafamiliar identificada a partir do acompanhamento psicossocial em um CREAS na Ilha de Mosqueiro, distrito administrativo do município de Belém, Pará.

Desta forma, apresentam-se os seguintes objetivos específicos: identificar a representação que os membros da família têm do que é violência e violência intrafamiliar; identificar a percepção deles sobre o histórico de violência intrafamiliar que sofreram e se que reproduzem; e identificar mudanças nos relatos ao longo dos encontros.

Desta forma, como ato contínuo a esta introdução, o Capítulo 2 versa sobre as noções de família, o Capítulo 3 apresenta diversos autores que discorrem sobre o conceito de transgeracionalidade, o Capítulo 4 trata sobre o fenômeno da violência e a violência intrafamiliar, o Capítulo 5 apresenta a Gestalt-terapia e a Teoria do *Self* e o Capítulo 6 apresenta a PNAS e o CREAS os quais juntos apresentam os constructos teórico que sustentaram a análise dos dados colhidos em pesquisa realizada em um CREAS na Ilha de Mosqueiro, distrito administrativo do município de Belém, Pará. No Capítulo 7 é apresentado o percurso metodológico escolhido para a realização deste trabalho, que se configurou como um estudo de caso único descritivo holístico, com

abordagem qualitativa e que propôs, as metodologias e estratégias de análise de estudos de casos propostas por Yin (2015). E por fim, o Capítulo 8 apresenta os resultados e a discussão da pesquisa.

## 2 FAMÍLIA(S)

É de comum acordo entre os teóricos que a compreensão do que vem a ser família é tão múltiplo quanto a quantidade de povos que coexistem no planeta, bem como a compreensão da origem da vida e a evolução humana. Engels (2019) afirma que até os anos 70 do século XIX, não havia estudos científicos acerca da origem da família sendo apresentados apenas vestígios históricos e com ligações e entendimentos religiosos, como o da cultura judaico-cristã, e da mitologia grega presente nas literaturas clássicas antigas, que o autor conheceu a partir dos livros de Bachofen (1861, apud ENGELS, 2019, p.147), jurista e antropólogo que estudava a pré-história inglesa e que relatou pelas Leis de Moisés e pela Oréstia de Ésquilo as “transformações históricas na situação social do homem e da mulher”.

Acerca das Leis de Moisés, é possível identificar na Bíblia (2009), portanto à luz da teoria criacionista judaico-cristã, um dos pontos de origem da vida e da evolução do homem e onde é possível identificar a origem da família que se formou a partir da união entre Adão e Eva sendo dado ao homem a responsabilidade pelo sustento pelo trabalho de sua casa, possuindo assim autoridade divina para a origem do patriarcado. Como havia apenas Adão e Eva como seres da sua espécie, encontra-se descrito no livro de Gênesis capítulo 1, versículo 28, a ordem divina para que o casal fosse fecundo, se multiplicasse e povoasse a terra, o que justificaria o casamento entre membros da mesma família e a poligamia, a princípio. Ao passo que a Terra já havendo sido povoada, foi então constituída a lei acerca da monogamia, apresentadas no livro de Êxodo, capítulo 20, versículos de 1 a 7, a partir dos dez mandamentos apresentados ao povo judeu por Moisés, onde é diretamente posto que o homem não deve cobiçar a esposa de outro homem.

Entretanto, é possível identificar, ao longo das escrituras bíblicas, que ocorria a prática da poligamia ou como Bachofen denominou, segundo Engels (2019) de forma equivocada, concubinato. Não é identificado de forma clara na Bíblia (2009) a permissão da prática poligamia entre o povo judeu. Todavia, era uma prática possível de se identificar, o que leva alguns estudiosos a compreender que a poligamia era praticada, pelas sociedades às quais os livros do Velho Testamento da Bíblia (2009) se referem, quando houvesse indícios de esterilidade da mulher, como relatado no livro de

Gênesis 16:1-6 e 21:8-11, a história de Abraão e Sara a qual deu sua serva, Agar, à seu esposo para que este pudesse ter filhos, visto a avançada idade de Sara; ou ainda para acolher mulheres solteiras, que não tinham acesso à educação e a empregos, assim evitando que as mesmas não recorressem à prostituição ou escravidão para garantir seu sustento. Cabe observar que na Bíblia (2009) mesmo que houvesse tolerância cultural à poligamia, ela contrariava à crença judaica o que pode ser observado nos conflitos que ocorreram em virtude de relações poligâmicas, como é revelado no conflito até hoje presente entre povos árabes e judeus que tiveram sua origem atribuída aos filhos de Sara – Isaque e Agar – Ismael. Todavia, esta teoria é rechaçada pelo pensamento científico desenvolvido a partir do Iluminismo fazendo com que a teoria criacionista não fosse considerada como ciência.

Por sua vez, Bachofen (1861 apud ENGELS, 2019) relata em seu livro *Direito Materno*, aspectos do desenvolvimento das sociedades vinculados à mitologia grega. Hirata (2007) relata que em 458 a. C., Ésquilo apresentou, ao povo ateniense, a trilogia Oréstia, que tem como tema principal o mito do Atridas. A trilogia é composta pelas tragédias *Agamenão*, *Coéforas* e *Eumênides*.

Na primeira tragédia, *Agamenão*, Ésquilo põe em cena a volta de Agamenão, chefe vitorioso de todos os gregos na guerra de Tróia, para Argos e, em seguida, a sua morte, assassinado traiçoeiramente pela mulher Clitemnestra e seu amante e cúmplice Egisto [com a justificativa de vingança pela morte de sua filha Ifigênia, sacrificada por Agamenão para garantir a vitória na guerra]. Na segunda, *Coéforas*, o poeta se detém no retorno, alguns anos mais tarde, de Orestes, filho de Agamenão e de Clitemnestra, com o objetivo de vingar a morte do pai, matando a própria mãe. Na terceira peça, *Eumênides*, Orestes, perseguido pelas Erínias, divindades vingadoras e perseguidoras dos que fazem correr o sangue familiar, chega a Atenas, onde será julgado por seu crime num tribunal, fazendo assim, cessar a cadeia de crimes (HIRATA, 2007, p. 45).

A autora continua relatando que a família dos Atridas é marcada por uma série de assassinatos, a começar pelo pai de Agamenão, Atreu, que matou seu irmão, Tieste, por este ter cometido prevaricação com Érope, mulher de Atreu. A importância deste mito está intimamente ligada a mudança de direito antigo para o novo, do privado, onde a linhagem era responsável pela vingança, o fim da lei do talião, para o público, onde o tribunal passa a decidir a punição ao criminoso. É o estabelecimento de um tribunal, em detrimento da tradição de perseguição das Érinias para que Orestes, que estava protegido por Apolo, fosse julgado por uma situação aporética, qual seja, deveria vingar seu pai,

mas não poderia matar sua mãe, cometendo assim um crime de sangue. Antenas, então absolve Orestes, após o empate de votos no tribunal do Aerópago, pois tal situação absurda não deve, segundo o entendimento da deusa, ser deliberada pela razão humana.

É possível compreender a partir deste mito que há uma valorização do direito paterno em detrimento ao materno. “O fim da *Orestia* representa o advento do direito, da *pólis*, da democracia ateniense. Simbolicamente, na tragédia, isto se faz pela instituição do conselho de juízes sobre o Areópago” (HIRATA, 2007, p. 50). Desta forma, a inversão de direitos e a revolução religiosa que ocorreu na sociedade grega foram, segundo Engels (2019, p. 162) as responsáveis pela mudança no entendimento de qual lugar social pertenciam tanto o homem quanto a mulher, apesar de considerar que o entendimento da existência dos deuses na narrativa de Bachofen estava envolvida em “puro misticismo”, o que também fragilizava a discussão científica acerca da origem da sociedade e da família. Foi então a partir dos estudos de Lewis H. Morgan (1877 apud ENGELS, 2019) sobre os povos primitivos dos iroqueses e de tribos na Ásia e África, que Engels baseia a construção do seu trabalho, compreendendo que o casamento grupal era o estágio mais primitivo da constituição das sociedades, onde tribos organizadas por diversos grupos por linhagem consanguínea materna, denominada de *gens*, onde era proibido o casamento dentro da mesma *gens*, mas que os homens poderiam ter esposas da mesma tribo, desde que de *gens* diferentes. O que levou a Morgan definir a existência de *gens* organizadas pelo direito materno como a forma mais primitiva de organização social e que foi, no futuro substituída pela *gens* de direito paterno considerando a sociedade grega como o berço da civilização, e ponto de partida indiscutível para a construção da origem da família Engels, diferindo de outros autores, como McLennan (1879), Ludbock (1870) e Giraud-Teulon (1874).

A descoberta da primitiva *gens* de direito materno como fase anterior à *gens* de direito paterno dos povos civilizados tem, para a história primitiva, a mesma importância que a teoria da evolução de Darwin para a biologia e a teoria do mais-valia de Marx para a economia política (ENGELS, 2019, p. 283).

Morgan (1877, apud Engels, 2019) no livro *Sociedade Antiga* relata que quanto mais domínio sobre as formas de subsistência os homens desenvolviam, maiores eram os progressos humanos, ou seja, a evolução das sociedades ocorre do trânsito entre as

formas selvagens, bárbaras e civilizadas mapeadas por Morgan e que leva Engels ao fundo necessário ao desenvolvimento da teoria sobre a família.

Para Engels (2019, p. 425), a família se transformou dos moldes primitivos no qual subsistia e se aglomerava a partir de grupos consanguíneos e, em geral, com regimes matriarcais, tendo assim vários pais, ou pais indefinidos, e que coabitavam em uma mesma propriedade sendo regidos por leis e poderes privados e onde havia o controle sobre a natureza e os animais, a demarcação e fixação territorial e o desenvolvimento da linguagem à escrita para o período em que “novas formas de trabalhar os produtos naturais, período da indústria propriamente dita”.

Neste sentido, a sociedade, aos moldes baseados na democracia, na propriedade privada e no poder do Estado a partir da introdução dos princípios do comércio, da posse do território e do acúmulo de riquezas, característica fundamental para o desenvolvimento do que se compreende enquanto família moderna. Engels (2019) considera a construção do entendimento do que vem a ser família a partir da lógica da posse que o capitalismo prega, intimamente associado com a propriedade privada. Para o autor, a família moderna é ainda compreendida como mais focada na troca de riquezas e no uso da força de trabalho alheia o que leva a criação de um cenário em que as desigualdades sociais e a luta entre as classes passam a compor o cenário político das sociedades organizadas como Estados.

A família é um princípio ativo. Nunca permanece estacionária, mas passa de uma forma inferior a uma forma superior, à medida que a sociedade evolui de uma condição inferior para outra superior. Os sistemas de parentesco, pelo contrário, são passivos só registrando, depois de longos intervalos, os progressos feitos pela família e só mudam radicalmente quando a família já se modificou radicalmente (ENGELS, 2019, p. 464).

Um ponto importante a considerar quando analisado o contexto familiar, está ligado a busca do controle dos corpos, especialmente os femininos. Como as mulheres não tinham representação social significativa, como nos relatos sobre a sociedade grega, onde os bens e a posse eram exclusividades dos homens, foi através do controle da natalidade e do corpo da mulher que se buscou a garantia da linhagem, ou seja, a garantia de saber se o filho era mesmo do homem, dono da terra e impondo à mulher a um espaço de vigilância e supressão e aos descendentes controle e posse e, portanto, a garantia de sua continuidade (ENGELS, 2019; RAMOS, 2012).

Sobre o conceito de família, é possível ainda destacar a proposta apresentada por Philippe Ariès (2017). O autor refere que antes mesmo de ser considerado o sentimento de família, a iconografia medieval demonstrava que o indivíduo era primordialmente representado e definido pelo ofício que desempenhava, havendo assim diferentes representações entre ofícios de nobres e camponeses, o que conduzia as representações apenas dos homens com pouca presença de suas famílias. “Quanto mais avançamos no tempo, e sobretudo no século XVI, mais frequentemente a família do senhor da terra é representada [nos livros de horas<sup>2</sup>] entre os camponeses, supervisionando seu trabalho e participando de seus jogos” (ARIÈS, 2017, p. 261).

Ao longo dos anos, os calendários revelavam o cotidiano do povoado, com os ofícios enquanto tema principal. Mas foi a partir do século XVI que o tema família foi sendo introduzidos nas representações que, segundo o autor é o momento histórico em que o sentimento de família surge. Belmino (2020, p. 2287) aponta que a consciência da morte e a percepção da finitude mostrou ao homem a impossibilidade do controle e a noção do início e fim das coisas, inclusive da vida, o que leva o indivíduo a um questionar-se e a busca de um cuidado consigo. “Essa consciência e o cuidado com o que padece do outro nos joga a vivência do limite, e vai aos poucos nos fazendo adentrar ao mundo da lei, da regra e da proibição”.

Segundo Ariès (2017), a partir de meados do século XVI, em países europeus, foi o momento que iniciaram as representações tendo a duração da vida dos fundadores destes países como tema principal, apresentados através de uma perspectiva hierárquica, quando esses eram retratados tanto na juventude quanto na velhice tendo filhos e familiares ao seu redor. O autor elabora tal perspectiva a partir de estudos iconográficos dos sécs. XVI e XVII. Neste período histórico, ele verificou a transformação do entendimento medieval que percebia as crianças enquanto adultos pequenos e que deveriam, assim que desenvolvessem a autonomia, assumir ofícios junto a família, para um aspecto de infância que reflete inocência e de aspecto angelical que foi reforçado principalmente após a representação do menino Jesus e da expansão do cristianismo.

---

<sup>2</sup> Livros de Horas da Idade média eram livros com representações artísticas onde era marcada a passagem do tempo e a cultura do local ao qual aquele livro se referia. Eram encomendados por Nobres aos artistas e era um artigo de pouco acesso, visto serem produzidos à mão (ARIÈS, 2017).

Pires Filho (2009, p. 25) afirma que a família passou a ocupar o mesmo plano que Deus e o Rei e, a partir da generalidade conceitual da família e da sua “naturalização”, emerge um sentimento particular de infância. “A partir de então, a família foi se transformando, na medida em que modificou suas relações com a criança”, o que induz a investigar as relações estabelecidas entre pais e filhos como fulcro do entendimento das relações familiares, proposta trazida por esse estudo.

A compreensão de que o conceito de família é considerado uma produção social, apresentada por Ariès (2017), é reforçada por Salztrager (2018, p. 168).

O grande mérito da obra de Ariès foi ter demonstrado que o conceito de família, tal como hoje o conhecemos, é uma produção social, tendo sido historicamente construído a partir de uma série de fatores, práticas e ideias que começaram a ganhar terreno no continente europeu ao longo do século XVII, mas já se constituíam de forma tímida desde o século anterior. A tese de Ariès é que o surgimento deste sentimento de família é inseparável da emergência do sentimento de infância – algo também inédito – que fez com que as famílias da época ficassem predominantemente dispostas em torno de suas crianças visando sua melhor educação. Portanto, para entendermos como se estruturou o conceito de família moderna é necessário também analisar como se construiu o conceito de infância.

Ainda a partir da observação da iconografia do século XVII, Ariès (2017) percebeu que em toda cena retratada, as crianças, antes quase inexistentes, passaram a assumir o papel principal na constituição da família moderna. Anterior ao período destacado pelo autor, as crianças eram cuidadas até o momento em que necessitavam de cuidados de um adulto. Todavia, logo ela demonstrasse certa autonomia, já era inserida no mundo do trabalho. É importante ressaltar que Ariès (2017) acreditava na existência de afetos na família, todavia, aponta que estes não eram prioritários nem superiores a execução das tarefas designadas a cada membro da família.

Foi ao longo da transformação do conceito de infância e a vivência do governo soberano e pré-capitalista, que iniciou a preocupação com a educação das crianças, momento em que surgiram os colégios, os quais se tornaram responsáveis pela moralização das crianças e, conseqüentemente, uma responsabilidade moral dos mestres. Salienta-se que este entendimento e o acesso às escolas era proporcionado apenas para as crianças de famílias burguesas (ARIÈS, 2017; SALZTRAGER, 2018).

Assim, no século XVII, forma-se o conceito de “criança bem-educada”, aquela preservada das rudezas, ignorâncias e imoralidades tão características de outrora e, a partir de então, apenas associadas às camadas populares. Na França, esta criança bem disciplinada seria o pequeno burguês; já na

Inglaterra, ela serviu de inspiração para a criação da figura do gentleman (SALZTRAGER, 2018, p. 171).

Desta forma, considerando o período da modernidade, as famílias burguesas demonstravam como característica constituinte a privacidade, a intensidade emocional e uma rígida divisão de papéis baseados no sexo e na idade de cada membro. Nestas famílias, o modelo fundamental era o nuclear, constituído por pai, mãe e filhos, onde os homens eram os responsáveis pelo sustento o que lhes outorgava poder e autoridade sobre todos os membros da família, inclusive as mulheres que, por sua vez, desempenhavam diretamente o papel de cuidado dos filhos do casal, sendo ambos, pai e mãe, condutores do processo de ensinar aos filhos como estes deveriam portar-se socialmente e quais papéis deveriam exercer na sociedade. (BRASIL, 2005a; CERVENY; BERTHOUD, 2009).

A partir do exposto, é possível identificar a existência de um contexto em que crianças passaram a ser “controladas” e moldadas para seguir a educação da sociedade então vigente. Considerar a ideia de docilização dos corpos inevitavelmente nos leva à perspectiva de “sociedade disciplinar” ressaltada e refletida por Foucault (1979; 1987). O autor refere que, até o fim do século XVIII, o poder, soberano e centralizado, era exercido e demonstrado especialmente pela via da repressão, onde as punições daqueles desviantes era majoritariamente voltada ao corpo físico.

Foucault (1979; 1987) refere que, com a chegada do pensamento Iluminista e a expansão do capitalismo, o poder passa a ser vivenciado numa forma disciplinar, que ocorre de forma capilarizada, em diversas instituições, dentre estas a família, e onde corpos disciplinados são o fulcro para a produção em larga escala e bom desempenho do trabalho. Ou seja, o corpo passa a vivenciar a manifestação de um poder disciplinador que não mata o desviante, mas o dociliza, o domestica e racionalmente o vigia numa perspectiva nomeada pelo autor como Panóptica. Neste sentido, o autor acredita ser possível a compreensão dos mecanismos que regulam e penetram os corpos, gestos e comportamentos através da construção da arqueologia das ciências humanas, disciplinarizando os corpos, através da “constante vigília” para que sigam as normatizações as quais busariam a potencializam o corpo produtivo.

A sociedade exige conformidade através da educação; enfatiza e recompensa o desenvolvimento intelectual do indivíduo. Na minha linguagem chamo de intelecto de “computador embutido”. Cada cultura e os indivíduos que a

compõem criaram certos conceitos e imagens do comportamento social ideal, ou formas como o indivíduo “deveria” funcionar dentro desta estrutura de referência (PERLS, 1977b, p. 20).

Nesta perspectiva, escolas eram consideradas instituições capazes de docilizar crianças, tornando-as “boas” e, por conseguinte, adultos “bons”, garantindo então a força produtiva necessária em uma sociedade “harmônica” que valoriza e premia os corpos “bons”. Enquanto as crianças e adultos “maus” devem ser castigados, presos, domados e são indignos de méritos.

Salztrager (2018) retoma a ideia de disciplinarização e docilidade ao contexto familiar e a categorização da “família normal” como uma instituição panóptica capaz de produzir crianças disciplinadas. Neste sentido,

de acordo com a ótica disciplinar, os pais se constituem para os filhos como símbolos de respeito e obediência que não necessariamente o são para os outros, modelos a serem seguidos que os outros provavelmente sequer idealizam e objetos de temor frente aos quais os outros certamente não se amedrontam (SALZTRAGER, 2018, p. 176).

É nessa relação de obediência e controle do corpo que ocorre, para Foucault (1979), o exercício do poder, não apenas em nível macro, mas em micro relações nas quais encontra-se a base de análise para compreensão da historicidade perpassando, indubitavelmente pela dinâmica belicosa das relações e pelas relações de poder, entendendo que a lógica do poder não deve ser atrelada unicamente à noção de repressão. “Quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição” (FOUCAULT, 1979, p. 7-8). Ademais, sendo a família compreendida como uma das instituições de controle, o autor afirma que, durante século XVIII quando se percebeu um aumento da expressão sexual dos jovens surgiu, movidos pelo pânico, a necessidade de controle do desejo sexual destes.

Em nome deste medo foi instaurado sobre o corpo das crianças – através das famílias, mas sem que elas fossem a sua origem – um controle, uma vigilância, uma objetivação da sexualidade com uma perseguição dos corpos. [...] O corpo se tornou aquilo que está em jogo numa luta entre os filhos e os pais, entre a criança e as instâncias de controle. A revolta do corpo sexual é o contrafeito desta ofensiva. Como é que o poder responde? Através de uma exploração econômica (e talvez ideológica) da erotização, desde os produtos para bronzear até os filmes pornográficos... Como resposta à revolta do corpo, encontramos um novo investimento que não tem mais a forma de controle-repressão, mas de controle-estimulação: “Fique nu... mas seja magro, bonito, bronzeado!” (FOUCAULT, 1979, p. 146-147).

Se o poder não deve ser compreendido unicamente a partir da lógica da repressão, Foucault (1979) aponta os cuidados metodológicos para a compreensão deste, qual seja, a análise do poder deve perpassar pela lógica do funcionamento circular e seus efeitos em rede, atravessando os corpos sociais que atuam, naquela realidade, na busca de exercer o poder e sendo, simultaneamente, efeito desse mesmo poder. Ou seja, o poder é um dispositivo que investe no corpo e, como consequência natural, o corpo questiona e reivindica o poder, levando a necessidade de investigação, ao nível micro das instituições, a busca pela identificação dos micros mecanismos de poder que estas desenvolvem, atrelados à conjuntura social, econômica e temporal das quais estão inseridas, mas sem deixar de favorecer a burguesia vigente. Perls (2002, p. 88) afirma que o agressor não deseja exterminar o agredido, mas busca exercer um poder sobre ele visando a destruição da tentativa de resistência ao domínio.

Já que o corpo humano se tornou essencialmente força produtiva, a partir dos séculos XVII e XVIII, todas as formas de desgastes irreduzíveis à constituição das forças produtivas – manifestando, portanto, sua própria inutilidade – foram banidas, excluídas e reprimidas. [...] quanto mais força de trabalho houvesse, mais condições teria o sistema de produção capitalista de funcionar melhor e em plena capacidade. [...] derivando assim] um lucro econômico e uma utilidade política, tornando-se, de repente, naturalmente colonizados e sustentados por mecanismos globais do sistema do Estado (FOUCAULT, 1979, p. 184-185).

A utilização dos mecanismos de controle e poder, que serve aos interesses da burguesia são repassados aos colonizados a partir de produções ideológicas sutis que se apresentam como “instrumentos reais de formação e de acumulação do saber: métodos de observação técnicas de registro, procedimentos de inquérito e de pesquisa, aparelhos de verificação” (FOUCAULT, 1979, p. 186), que permitem a organização, formação e a circulação de um saber que velam o controle exercido pela burguesia, seja esta monárquica ou parlamentar, como é possível identificar nos princípios ideológicos da Revolução Francesa, sendo esta execução de poder diferenciada – o monárquico do parlamentar – pelo *locus* de dominação; enquanto o primeiro institui a lógica do poder mais sobre a terra e o produtos que dela são gerados utilizando a figura física do soberano como repressora, a segunda o faz pela disciplina dos corpos e seus atos através das instituições que compõem a sociedade, como a família, tendo assim, fundamental contribuição para o surgimento do sistema capitalista industrial.

Foucault (1979, p. 188) ressalta que havia uma expectativa de que a construção do poder disciplinador e pulverizado destituísse a teoria jurídica que sustentava os Estados absolutistas. Entretanto, “a teoria da soberania continuou não só existindo como uma ideologia do direito como também organizando os códigos jurídicos inspirados nos códigos napoleônicos de que a Europa se dotou no século XIX”, o que culmina na constituição de Estados de Direitos e no exercício da uma soberania coletiva nos e dos Estados, base jurídica e legal de muitos sistemas estatais na sociedade contemporânea. É a disciplina a serviço do aumento da força vitalidade do corpo para fins econômicos e controle político deste corpo social. “A totalidade das manifestações concretas da vida de uma população [o corpo social] é objeto de uma “tecnologia de segurança” [visando um equilíbrio global]” (LEMKE, 2018).

Um direito de soberania e um mecanismo de disciplina: é dentro destes limites que se dá o exercício do poder. [...] de um lado, um sistema de direito, sábio e explícito – o da soberania – e do outro, as disciplinas obscuras e silenciosas trabalhando em profundidade, constituindo o subsolo da grande mecânica de poder. [...] O discurso da disciplina é alheio ao da lei e da regra enquanto efeito da vontade soberana. As disciplinas veicularão um discurso que será o da regra, não da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra “natural”, quer dizer, da norma; definirão um código que não será o da lei mas o da normalização (FOUCAULT, 1979, p. 189).

Controlar a manutenção da vida e deliberar pela eleição da morte conduz à criação daquilo que Foucault (1979) denominou de Biopolítica, Biopoder. Foi ao longo do século XIX que Foucault (1979, p. 246) compreendeu existir a união das formas de poder, construindo a noção de “dispositivos” que o autor definiu como “estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles”. Uma sequência de fatores sociais como a legitimação dos saberes científicos, a nova compreensão de natureza, não mais ligada ao divino, o avanço do livre comércio e o aumento da influência econômica burguesa criaram um ambiente propício ao nascimento das formas liberais de governo e de uma Economia Política.

A Economia Política introduz a questão da veracidade e a exigência de autorrestrição como princípios internos da arte de governo. Não se trata mais de saber como o príncipe pode governar em conformidade com as leis divinas, naturais e morais, mas da busca pela “natureza das coisas”, que estabelece concomitantemente as possibilidades e limites da ação governamental. A nova arte de governo, que começa a delinear-se no meio do século XVIII, diferentemente da razão do Estado, não visa mais exclusivamente a maximização das forças do Estado, mas um “governo econômico”, que investiga, por conseguinte, se as práticas governamentais são necessárias e úteis ou, ao contrário, supérfluas ou até nocivas (LEMKE, 2018, p. 70).

Ocorre, assim, o emprego de mecanismos disciplinares que, através de técnicas e códigos comportamentais buscam ajustar e diferenciar o normal do anormal, o saudável do patológico. “A lei e a ordem possibilitam também mapear e controlar nossos impulsos mais selvagens e, com isso, possibilitar que possamos produzir um conhecimento sobre o mundo e nós mesmos” (BELMINO, 2020, p.2292).

Para Foucault (1979, p. 190), a possibilidade de encontro entre o poder soberano e o disciplinar ocorre a partir de um saber mediador que o autor aponta, como exemplo, a medicina e a patologização dos comportamentos, discursos e desejos, ou seja, “direito da soberania e mecanismos disciplinares são duas partes intrinsecamente constitutivas dos mecanismos gerais do poder em nossa sociedade”. Boccardi (2021) aponta que é importante considerar que ocorreram mudanças na subjetivação em virtude da constituição do sistema neoliberal, apontando, a partir das reflexões de Han (2014 apud BOCCARDI, 2021) que, atualmente, o poder disciplinar é sobrepujado por uma “psicopolítica”. “As tecnologias do eu postulam, no neoliberalismo, que cada um empresarie a si mesmo, as suas habilidades, desejos, conhecimento e projetos, desresponsabilizando o Estado (ou a família, a igreja, o patrão) de prestar assistência e proteção social” (BOCCARDI, 2021, p. 56).

Neste contexto surge uma reflexão a partir do foco de análise deste estudo: como considerar que corpos infantis sejam empresários de si? Belmino (2020) alerta que a infância é um dos momentos de maior vulnerabilidade para os indivíduos pois a criança depende da referência do adulto como parâmetro de sobrevivência biopsicossocial.

E por isso, a agressão do outro parental adulto, seja bater, gritar e repreender ou até um olhar mais violento tem um efeito violento sobre a totalidade da criança. A vulnerabilidade da experiência infantil torna a criança muito suscetível a essas pequenas coerções, e, ao contrário da imagem clássica da criança como ingênua, ingênua, feliz e pura, a infância é marcada por angústias, indefinições e vulnerabilidades (BELMINO, 2020, p. 4062).

Correa (2007) aponta que o Estado buscou, através de leis e normas, dar conta da instituição família, todavia, não conseguiu sustentar a função protetiva também prevista à família nos marcos legais, haja vista a complexidade existente nas relações familiares. Desta forma, é possível compreender, a partir da perspectiva de Silva (2022, p. 96) que “poder é fluído, relacional e mutável” estando em todos os lugares, sendo

uma estratégia complexa nas relações estabelecidas, mas que por vezes é confundido com a noção de violência.

Acreditamos, na prática de um poder que flui, que passa pelos pais, mas que também se faz presente nos filhos em atos de rebeldia, argumentação ou protesto [...] que circula entre o casal, dando lugar à alternância do cuidar e ser cuidado, prover e ser atendido, liderar e ser conduzido. Contudo, somos testemunhas, no ofício da nossa profissão, de um poder cristalizado, que silencia potencialidades e traz adoecimentos psíquicos [e portanto, violentos] (SILVA, 2022, p. 96).

Carvalho (2018) expõe que, no Brasil, a família foi considerada instituição fundamental para o processo de redemocratização do Brasil, quando se lutava pela saída de um contexto ditatorial para uma forma de governar considerada mais livre e democrática. Entretanto, na medida em que o Estado passou ao ofertar políticas públicas e a garantia da universalidade de serviços, buscou abarcar a função protetiva ao sujeito, compreendendo enquanto um cidadão imbuído de direitos, constituindo assim, um Estado de bem-estar social o que, para o autor, contraditoriamente, reforça o individualista em detrimento ao coletivo, noção constitutiva do capitalista, portanto, criando um terreno dúbio e por vezes confuso para a sustentação do coletivo frente ao individual.

Todavia, Carvalho (2018, p. 307) afirma que na contemporaneidade, “tanto nos países centrais quanto, sobretudo, nos países da periferia capitalista, a família voltou a ser pensada como corresponsável pelo desenvolvimento do cidadão”. E é a partir dessa compreensão de que família, enquanto uma instituição reflexo da sociedade atual, e se constitui em um sistema relacional com interrupções e comprometimentos destas relações e por vezes com características violentas, que é possível pautar a reflexão acerca da instituição família e os contextos de violência que ocorrem dentro do próprio sistema, questão a ser aprofundada a posteriori.

Salztrager (2018, p. 184) afirma que desnaturalizar o conceito de família moderna constitui em tarefa hercúlea visto a solidez da perspectiva do que venha a ser família e o tempo que tal instituição levou para ser compreendida como tal, acreditando ser necessário uma temporalidade igual ou maior, ou seja, séculos, para a mudança de perspectiva, visto que “vivemos hoje em uma época de transição na qual ao mesmo tempo em que valores antigos são problematizados, ainda assim, não cessam de demonstrar sua força”.

Nas instituições familiares, não apenas as mulheres, mas os filhos também são compreendidos a partir da lógica de dominação. Crianças tiveram, historicamente, a ausência do entendimento de serem sujeitos de direitos. No Brasil, tal status foi transformado com a promulgação da Carta Constituinte de 1988 e confirmado com o Estatuto da Criança e do Adolescente (SARTI, 2018).

A ampliação do papel desempenhado pela mulher na dinâmica familiar e da sociedade, as guerras, as revoluções sexuais no que se refere a disseminação do uso de métodos contraceptivos e a liberdade sexual para além da procriação e manutenção da espécie, a compreensão de que crianças e adolescentes possuem estágios diferentes de desenvolvimento e direitos a serem garantidos, o envelhecimento da população, a modificação do sistema de valores e crenças da sociedade atual, somados às necessidades impostas pelo mundo capitalista, conduziram à modificações na forma como a família é concebida e percebida na contemporaneidade e evidenciam as diversas transformações que a instituição família passou ao longo dos anos. (JAEGER, 2013; PONCIANO; FÉRES-CARNEIRO, 2003; ROSA; LIRA, 2012).

[...] temos uma imensa quantidade de famílias descasadas, recasadas, monoparentais; evidenciamos também uniões entre pessoas do mesmo sexo e os jovens saindo cada vez mais tarde de casa. Diferente de outros momentos, a família agora tem proteção legal independente da religião que segue. [...] Esta responsabilidade agora, de acordo com a lei, também é um dever da sociedade, da comunidade e do poder público e, principalmente, da família (JAEGER, 2013, p. 25).

Dentre as novas possibilidades de entendimento do conceito de família encontramos a autora Calil (1987), a qual afirma que as famílias podem ser compreendidas como uma configuração sistêmica composta por organizações e estruturas específicas sendo cada uma também composta por subsistemas os quais vão delimitando seus próprios contornos e fronteiras as quais demonstrarão a sua capacidade de permeabilidade e rigidez de acordo com as trocas interacionais que ocorrem entre si, somados aos valores da sociedade e cultura ao qual pertencem.

[...] o pensamento sistêmico subsidia a compreensão circular dos problemas e suas soluções. No contexto de partilha de experiências, busca-se reforçar a compreensão de corresponsabilidade nas situações vivenciadas (circularidade), superando a visão de culpabilização (linearidade) (CAMAROTTI; GOMES, 2009, p. 218).

É importante aqui ressaltar que assim como em Àries (2017) a passagem do tempo expressas nas imagens, foi importante para entender a mudança na percepção do papel que as crianças exerciam na família, observar o tempo e os ciclos de vida ainda se apresenta como um dado de fundamental interferência na compreensão das mudanças de perspectivas do que vem a ser família e de como as relações nessa instituição se estabelecem. Silva (2022) pontua que os ciclos de vida são potencializadores de relações de conflito na família e a temporalidade é um dos aspectos mais importantes na constituição das relações que a Gestalt-terapia evidencia, sendo esta abordagem teórica outra possibilidade para compreender a experiência vivida dos sistemas familiares.

Segundo Belmino (2020, p. 2104) “a Gestalt-Terapia é um discurso, uma forma possível de olhar para o mundo-da-vida e criar pontes para criticar e intervir na sociedade”, pois, conforme o entendimento do autor, a Gestalt-terapia é uma possibilidade ética de entender as relações, e não apenas os indivíduos, buscando fazer uma leitura da experiência em si, a partir dos fundamentos filosóficos e teóricos que possui como a Fenomenologia e uma leitura fenomenológica do campo intersubjetivo da experiência.

Outro autor contemporâneo e parte dos teóricos que compõem a Gestalt-terapia é Zinker (2001, p. 74) que afirma, “uma família é um sistema de indivíduos comprometidos a permanecer juntos por um extenso período de tempo, mantendo assim uma continuidade” e, o entendimento acerca da existência da família enquanto um sistema foi, para o autor, ampliado por psicoterapeutas e cientistas sociais a partir das noções de sistemas abertos e fechados corroborando aos princípios da Teoria de Campo de Kurt Lewin (1936 apud ZINKER, 2001).

Desta forma, é possível afirmar que a experiência familiar na contemporaneidade é marcada por diversas possibilidades e configurações de coexistência e nela existem fronteiras relacionais entre seus membros o que a torna uma unidade, contudo, ao mesmo tempo separada de outros grupos vizinhos, denotando assim sistemas dentro de outros sistemas ou subsistemas dentro de um sistema maior. “Sob circunstâncias ideais, os indivíduos tratam uns aos outros com respeito, permitindo que cada um tenha privacidade e, ao mesmo tempo, mostrando preocupação e interesse uns pelos outros” (ZINKER, 2001, p. 75).

Assim sendo, a família pode ser também compreendida como o lugar de vivência de sentidos e expressão de sentimento onde, o sofrimento psíquico pode ser manifestado a partir das mazelas vivenciadas nas interações com o meio. É ainda considerado o primeiro lugar relacional e onde afetos balizam a socialização da pessoa e que podem produzir e reproduzir relações includentes e de pertencimento na vida, bem como excludentes e violentas, enquanto sujeito e parte integrante de uma sociedade (CARVALHO, 2018).

Assim, Padilha e Barbieri (2020, p. 262) afirmam que a violência nas relações familiares pode ser compreendida como a impossibilidade de simbolização e transformação e, portanto, perpetuação das experiências nocivas estando este processo diretamente relacionada “à lógica da transmissão psíquica transgeracional”. Por sua vez, Queiroz (2020) afirma que cada história de vida é marcada na memória e se manifesta de forma somática, depositando no corpo os registros melódicos do sofrimento das gerações, o que conduz à importância em compreender o processo de transmissão transgeracional presente nos contextos familiares.

### 3 TRANSGERACIONALIDADE

Uma das mensurações da vida é feita pelo tempo. Galano (2012) aponta que a organização meteorológica, gramatical, da história, do dia a dia é feita pelas percepções ocorridas no presente, passado ou futuro, o que conduz a compreensão que os fenômenos que ocorrem nas famílias também são franqueados pelo tempo, que nas famílias pode ser compreendido através das gerações.

O conceito do processo de transmissão transgeracional foi desenvolvido para identificar as similaridades de eventos traumáticos entre gerações seja entre pais e seus filhos bem como entre outros membros da família extensa, podendo também ser compreendido como “um campo de forças psíquicas inconscientes pertencentes a um grupo familiar que é transmitido através de gerações” (PADILHA e BARBIERI, 2020, p. 258).

As autoras supracitadas apontam que a transgeracionalidade é compreendida pela transmissão de questões, eventos e emoções que ficaram emocionalmente em aberto, sem simbolização e assim são repassadas, via relacionamento, à geração posterior através da vivência de um sofrimento que aparentemente não possui causa, sendo os eventos destrutivos vividos fundamentalmente na infância o que imprimem marcas mais profundas e significativas. Além disso, as autoras diferenciam os termos transgeracionalidade e intergeracionalidade, considerando o primeiro para a transmissão de vivências, lutos, segredos, diferenciações simbolizados como negativos bem como a incorporação de fantasmas, e o segundo, a intergeracionalidade, como a transmissão de memórias, afetos, crenças, valores, princípios e identificações percebidas e assimiladas como positivas da personalidade dos indivíduos, o que leva a compreender o fundo teórico que conduziu a escolha, para este estudo, do termo transgeracionalidade como foco de análise, visto o objeto de estudo estar voltada para as situações de violência intrafamiliar.

Considerar a memória possibilita citar o trabalho de Maurice Halbwachs (2006) que afirmou em sua obra *Memória Coletiva* a existência pelo registro de memória mais do que uma averbação individual de fatos vivenciados. Para o autor, a memória é fundamentalmente coletiva pois é pelos relacionamentos grupais que estas são repassadas e ampliadas em cada indivíduo. Isso não significa que a memória individual

é excluída pela coletiva, entretanto entende-se que, mesmo que o registro do acontecimento seja individual, esta parte da sua interação com o outro, com um determinado grupo e ambiente. “O funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas que toma emprestado do seu ambiente” (HALBWACHS, 2006, p. 72).

Halbwachs (2006) fala ainda que reconstruir o passado, em especial o familiar, implica em transmitir uma história coletiva, de uma memória social mais ampla em que circunstâncias, imagens e lugares são alterados a partir das elaborações do presente. “Toda família transmite o seu modelo, mesmo aquelas que cuidam muito pra não fazê-lo” (RIBEIRO e BAREICHA, 2008, p. 253).

as famílias caracterizarem-se pela ausência de limites entre seus membros ou relações fusionadas e pela falta de papéis definidos entre eles, havendo uma indiferenciação entre as gerações e, dessa forma, a confusão de papéis. Relacionada à dinâmica fusional, a dificuldade de aceitação da autonomia e da individuação entre os membros também foi ressaltada como característica das famílias estudadas. Essas dificuldades foram consideradas nos estudos como uma consequência da transmissão de conteúdos psíquicos não elaborados através das gerações, “aprisionando-os”, por meio da alienação, aos fantasmas familiares e impossibilitando a individuação de seus membros como pessoas independentes e autônomas (PADILHA E BARBIERI, 2020, p. 261-262).

Bowen (1993; 2021), Böszörmény-Nagy e Spark (2003), Stierlin (1997), Cerveny (2012) e Andolfi (2019) apontam que o trabalho voltado para famílias iniciou a partir de estudos que tentavam compreender e identificar resoluções em famílias com pacientes esquizofrênicos.

Cerveny (2012) acredita que a narrativa da família é construída antes mesmo do nascimento do filho, a partir das expectativas e fantasias projetadas dos pais e da família estendida à criança que vai nascer. Tais projeções levam à constituição de heranças familiares que podem aprisionar, frente a rigidez nas relações, ou forjar a noção de pertencimento àquele grupo familiar. A autora acredita ainda que relações e vínculos afetivos e familiares fragilizados e líquidos, como os apontados por Bauman (2007), podem comprometer as relações familiares. Neste sentido, entende que conceitos como legados, expectativas, heranças, mitos, histórias, crenças e valores devem ser mapeados para auxiliar na construção de relações familiares mais saudáveis.

o processo de ser e pertencer é construído junto à família, com sua herança que é genética e também sociocultural, então, é importante pensarmos no

papel das outras redes nesse processo. Por meio da nossa história intergeracional pertencemos a uma família, construímos nossa identidade, fazemos parte de uma sociedade e estamos inseridos em uma determinada cultura (CERVENY, 2012, p. 39-40).

Murray Bowen (1993) saliente que a transmissão entre as diversas gerações familiares é um processo e que está baseado na projeção de modelos idealizados pela família em multigerações o que dificultaria a diferenciação entre si dos membros da família visto a existência da uma força fusional, promovida por uma triangulação entre os familiares. Cerveny (2012, p. 17) concorda com a afirmação de Bowen, entretanto acredita que, mesmo com a projeção dos pais, os filhos possuem “a liberdade de escolher o que querem repetir, o quanto e o modo de repetição”.

Por sua vez, Böszörmény-Nagy e Spark (2003), influenciados pela teoria da relação dialógica de Martin Buber (1982) que entende que a relação só ocorre a partir do encontro entre o EU-TU e não a partir da coisificação do indivíduo, ao ponto de identificá-lo como ISSO, buscavam desenvolver uma ética relacional nas relações familiares. Tinham como conceitos principais: a Lealdade – compromisso principal e invisível para manutenção da estrutura familiar e conduta individual e que imprime a identidade familiar, a Parentalização – vínculo de dependência entre pais e filhos que é considerado saudável quando as crianças e os adolescentes dependem dos pais, mas patológica quando essa dependência se torna permanente e de forma invertida, e o Livro de Contas – um sistema de dívidas e pagamentos existenciais, como heranças familiares, que devem ser pagas com o tempo, por um determinado membro, ou pelo grupo familiar, tendo em membros falecidos, em geral, os maiores credores.

É possível identificar proximidades entre as teorias de Bowen (1993) e Böszörmény-Nagy, Spark (2003) pois ambos acreditam que são pactuados compromissos sigilosos na família e que o crescimento individual está pautado na busca de maturidade a partir de um processo de diferenciação do indivíduo e o rompimento da lealdade ao sistema familiar que suporte a flexibilidade e a confiança frente as regras do sistema familiar. Alvim (2018, p. 340) afirma que a Lealdade é um hábito que se constitui nas “identificações com grupos sociais, tais como a língua, a moralidade e as atitudes retóricas, e se constituem em fonte de força para a ação”.

Lealdade também é uma temática presente nos estudos de Helm Stierlin (1997 apud CERVENY, 2012) que identifica na delegação, que pode ser explícita ou velada, a

projeção de valores, condutas e crenças de pais aos filhos. Há o entendimento que a delegação pode ocorrer de duas formas: 1) vinculada, onde o filho encontra-se no centro das tensões familiares e é responsável em dar sentido à vida dos pais, e 2) expulsa, onde o filho está continuamente em busca da perfeição, sintoma da pouca atenção e distância sentido em relação aos pais. Há ainda a identificação de um ganho em via dupla na delegação, constituindo assim um processo circular e de retroalimentação. “É importante redistribuir os conflitos familiares e trabalhar as questões de delegação nas quais a autonomia dos envolvidos fica comprometida, levando à validação, negociação e criação de novas alternativas que propiciem a saúde da família” (CERVENY, 2012, p. 36). James L. Framo (1992) é outro autor, apresentado por Cervený (2012) o qual acredita que aspectos intrapsíquicos e interacionais são repassados entre as gerações familiares posteriores influenciando de forma prejudicial as relações.

Mais do que a superação de uma era sobre a outra, o que vemos é a sobreposição de experiências históricas para que outro não o eliminasse, mas na verdade o sobrepusesse agregando suas questões inacabadas sobre as outras, revelando assim não a linearidade da história, mas sim sua ambiguidade, repetição e fratura constante (BELMINO, 2020, p. 2384).

A evolução do pensamento científico, especialmente da física quântica, auxiliou a mudança do paradigma de entendimento de fenômenos, passando de uma perspectiva linear para o circular e que se apresentou como uma grande contribuição para a Teoria dos Sistemas, uma das principais influências para a concepção da Transgeracionalidade (CERVENY, 2012). Compreender os fenômenos traumáticos nas famílias foi também foco de investigação, na década de 1950, por teóricos neofreudianos, tais como Harry Sullivan, Eric Fromm, Karen Horney e Clara Tompson e que viam a terapia familiar como via interventiva para a superação dos conflitos no sistema familiar, que era compreendido como uma organização que se autorregula e vive em busca de um equilíbrio homeostático, ou seja, da manutenção do status quo, através de padrões de interação e comunicação rígidos (ANDOLFI, 2019).

Também foi a partir da influência dos teóricos neofreudianos que a Gestalt-terapia se forjou como nova possibilidade de compreensão dos fenômenos, inclusive os que se referem à transgeracionalidade. Antony e Almeida (2018, p. 188) afirmam que, mesmo no sofrimento, o organismo sempre busca formas de se autorregular no contato organismo/ambiente, pois abre-se uma Gestalt e é criada, “então compulsão de

repetição, ossificação mental, rigidez de comportamentos, base do processo de transmissão transgeracional de conflitos, distúrbios, traumas”.

no campo da psicologia, as teorias neofreudianas introduziram uma mudança radical de observação, predominante, de apenas fatores intrapsíquicos para uma exploração de fenômenos interpessoais e dos contextos culturais e sociais nos quais eles se desenvolviam (ANDOLFI, 2019, p. 23).

Uma concepção antropológica do conceito de transgeracionalidade foi encontrado em Almeida (2008) que, através dos estudos de bases da Antropologia acerca dos povos originários e de diversos estudiosos que refletiam acerca da constituição subjetiva do homem moderno, como Maurice Leenhardt (1945), Irving Hallowell (1955), Louis Dumont (1970), Clifford Geertz (1977), Roger Bastide (1981), Marcel Maus (1985) e fundamentalmente Foucault em toda extensão de sua obra permitiram o entendimento que é impossível compreender o indivíduo sem considerar seu fundo existencial econômico, social, histórico/cultural e afetivo e que este passado existe antes mesmo da existência física do sujeito, aspectos aos quais levam a autora a sustentar que é necessário um olhar transgeracional para compreender a rede relacional que sustenta a ligação do sujeito com os outros e propõe reflexões que superassem os modelos fundamentalmente biológicos e burgueses de relação familiar, discussão que encontra ressonância em abordagens e conceitos da psicologia, como no conceito de campo fenomenológico-existencial que conduz a visão de homem da Gestalt-terapia, base de discussão teórica deste estudo e que mais tarde será aprofundada.

Considerar o percurso da história, como já citado, é entender que a violência se encontra imbricada ao homem e conseqüentemente às suas relações. Nesse sentido, compreender a violência e suas ressonâncias históricas se torna um passo importante para a construção da compreensão acerca da transgeracionalidade dos contextos de violência.

Pelbart (2007, apud CANTON 2009, p. 25) afirma que “o exercício de poder está por toda parte, seja dos pais em relação aos filhos, seja dos médicos em relação aos pacientes [...], da tecnologia em relação a todos, enfim, há um exercício de poder por toda parte”. Considerando os grupos vulneráveis que compõem a sociedade brasileira, em especial as que residem no norte do país, versar sobre as formas de violência percebidas por pais e/ou responsáveis de crianças e/ou adolescentes que vivenciaram

situações de violência intrafamiliar, se apresenta como um ponto importante a ser explorado.

#### 4 O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA E A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

É possível afirmar que a violência pode ser compreendida enquanto fenômeno inerente à humanidade. “Vivemos num mundo compartilhado e nele os constituímos como seres humanos” (FRAZÃO, 2020, p. 61), sendo a violência um fenômeno constantemente identificado.

Para Perls (2002, p. 39) violência pode ser compreendida como sinônimo de agressão quando o autor afirma que “as relações entre indivíduo e sociedade, e entre grupos sociais, não podem ser compreendidas sem se considerar o problema da agressão”. O autor critica que, em geral, buscou-se tratar a agressão sempre com intervenções idealistas e religiosas, mas analisar as bases biológicas, a dinâmica e a natureza deste fenômeno não foram considerados como possibilidade resolutive e que a agressão “em nossa época tornou-se um instrumento de insanidade coletiva”, fazendo assim uma crítica às Guerras Mundiais.

O sonho de uma sociedade perfeita é facilmente atribuível pelos historiadores aos filósofos e juristas do século XVIII; mas há também um sonho militar da sociedade; sua referência fundamental era não ao estado de natureza, mas às engrenagens cuidadosamente subordinadas de uma máquina, não ao contrato primitivo, mas às coerções permanentes, não aos direitos fundamentais, mas aos treinamentos indefinidamente progressivos, não à vontade geral, mas à docilidade automática (FOUCAULT, 1987, p. 142).

Hayeck (2009) refere que a violência é um fenômeno plural, com diversas manifestações e origens, intrínseco a realidade social e que, na história da sociedade brasileira é estrutural, sendo identificada desde o período colonial e, por ser tão parte da construção histórica, a autora alerta ao importante cuidado em não banalizar esse fenômeno.

Por acreditarmos que este fenômeno é um fator proveniente de múltiplas causas, podemos destacar: o mau funcionamento da Justiça, impunidade, colapso da educação e da saúde, corrupção, influência da mídia, crescimento das cidades, egoísmo, ineficácia de políticas públicas das práticas de intervenção e prevenção da violência, conivência silenciosa dos envolvidos (das vítimas, dos demais, dos profissionais), entre outros (HAYECK, 2009, p. 7).

Na medida em que a violência se constitui enquanto fenômeno presente na história é possível afirmar que sua compreensão, no que se referem aos impactos nos indivíduos e/ou coletivos bem como dos discursos produzidos a partir da violência, se faz fundamental para o desvelamento dos aspectos que implicam na subjetivação dos

indivíduos e na construção da violência enquanto objeto pertinente e não naturalizado de investigação científica, como afirmam Guazina e Noal (2013, p. 35) que “a violência, enquanto categoria de análise científica, não é um objeto naturalizado, mas sim fruto de considerações históricas”.

Naturalizar um fenômeno é considerá-lo factível de análise e resolução, é entendê-lo a partir de uma lógica determinista de causa-efeito sustentado pelo paradigma racionalista positivista. No entanto, em sua complexidade, o fenômeno da violência subverte as teorias hegemônicas e desestabiliza as verdades absolutas que sustentam o pensamento da modernidade. Por seu caráter complexo, ele embaralha as respostas simplistas e exige diálogos com diversos campos do conhecimento e de diferentes setores da sociedade (GUAZINA e NOAL, 2013, p. 35).

Belmino (2020, p. 2317) aponta que a sociedade organizada constrói formas de controle que objetivam “controlar os corpos, dominar a sexualidade, a criatividade e as relações, transformando as pessoas em produtos meramente controláveis e dominados”. É a partir dessa noção de controle que o autor continua a afirmar que, na contemporaneidade, exercido pelo domínio global capitalista, as relações, em todos os níveis e formas, manifestam formas violentas repressivas e neuróticas como tentativa de sobrevivência a esse contexto aniquilador, mesmo que utilize um discurso atualizado, não o da repressão ostensiva como nos tempos modernos, mas o da positividade e produtividade absoluta e meritocrática, sendo esta lógica imposta a todos os corpos inclusive aos infantis. Somada a esta percepção é possível identificar em Gimbo (2021, p. 35) a compreensão da violência também como um evento complexo e plural em origem e manifestações e em parte estrutural além de fácil identificação nas repetições na e da história, sendo “ferramenta chave para o exercício de poder e estratégia de governo de corpos”.

Ao corroborar com a perspectiva que crianças e adolescentes não estão imunes à violência histórica, Krug *et al* (2002) apontam que é possível identificar tanto na literatura, como na arte e na ciência registros de crianças violentadas e que, apesar da constatação citada, é necessário levar em consideração a cultura quando identificar enquanto violento os comportamentos abusivos cometidos contra crianças, visto a infinidades de culturas que coexistem no planeta.

Silva (2022, p. 100) afirma que

Famílias e casais, a busca de autorregulação orgânica, se ajustam fazendo acordos e alianças saudáveis ou concessões e submissões menos favoráveis ou disfuncionais. O que traz a possibilidade de bons ajustamentos criativos é a qualidade das relações estabelecidas nas fronteiras.

A violência intrafamiliar é um fenômeno passível de identificação desde os povos gregos e romanos, quando crianças que nasciam com alguma forma de deficiência poderiam ser mortas ou abandonadas na rua, o que em geral, ocasionava a morte ou a captura para se tornar um escravo. É possível também identificar nos relatos bíblicos, situações de “incestos, violência física e sexual contra mulher, abandono de crianças, tentativa de filicídio, fratricídio, trabalho infantil entre outras questões” (RIBEIRO e BAREICHA, 2008, p. 252). As autoras continuam apontando que em tribos no continente africano bem como no pacífico, meninas eram iniciadas sexualmente por parente ou chefe tribal, enquanto os meninos eram postos a provas que colocavam suas vidas em risco com o objeto de atestar sua masculinidade, contexto que deflagra o contexto de violência vivido por crianças e adolescentes desde a antiguidade e não tão diferente dos dias atuais.

Relatos de infanticídio, mutilação, abandono, e outras formas de violência. Os registros históricos também estão repletos de relatórios de crianças malcuidadas, fracas e desnutridas, expulsas pelas famílias para se defenderem sozinhas e de crianças que sofreram abusos sexuais (KRUG *et al*, 2002, p. 59).

Jaeger (2013) afirma que as relações familiares são permeadas de poder como violência, principalmente quando é considerado a existência do patriarcado como base para a constituição das relações sociais, sendo este o responsável pela origem de relações discriminatórias especialmente quando considerado o lugar ocupado pelas mulheres como inferior ao homem no contexto intrafamiliar o que tendem a gerar a existência de relações violentas.

distribuição desigual de autoridade e poder entre os membros da família; relação centrada em papéis e funções rigidamente definidas; indiferenciação dos papéis com apagamento de limites entre os membros; ambiente estressor, com dificuldade de diálogo e descontrole de agressividade; estrutura de funcionamento fechada, com pobre interação social; situações de crises ou perdas (morte, separação, migração, entre outras); baixo nível de desenvolvimento da autonomia dos indivíduos; história de violência familiar na família de origem das pessoas envolvidas; abuso de drogas; antecedentes criminais ou uso de armas; comprometimento psicológico/psiquiátrico dos indivíduos; dependência econômica/emocional e baixa autoestima entre os membros. Todos esses fatores predispõem à violência. (BALISTA *et al*, 2004, p. 351-352).

É comum identificar que a família é profundamente marcada pela assimetria nas relações de gênero e, somada a uma cultura social sexista, leva à potencialização das relações de forma violentas no espaço intrafamiliar. Tal contexto de violência gera consequências danosas de ordem física, psicológica e social (JAEGER, 2013).

A violência leva a consequências orgânicas, psicológicas, comportamentais (autoritarismo, delinquência, entre outros) e desequilíbrio familiar. As orgânicas estão relacionadas com sequelas a nível corporal como lesões abdominais, oculares, fraturas, queimaduras e lesões permanentes ou temporárias, podendo levar à morte. As psicológicas caracterizam-se por raiva, medo, ansiedade e revolta frente ao agressor, resultando em desconfiança, diminuição do aprendizado, sentimentos de exclusão e receio nos relacionamentos interpessoais. Entre as consequências comportamentais, o autoritarismo revela uma pessoa que perpassou por momentos de sofrimento, levando a mesma às atitudes de imposição, negação e não aceitação de ideias contrárias; a delinquência faz o indivíduo praticar delitos e crimes, levando a punições severas pelos atos executados (BALISTA *et al*, 2004, p. 351).

Gonçalves (2013) relata que a identificação da existência da violência partindo dos pais era, em 1960, considerada absurda, mas a síndrome da criança espancada com o passar dos anos e estudos acerca da violência, passou de um contexto absurdo à uma norma a ser considerada quando uma criança e/ou adolescente aparecem nos atendimentos médicos com marcas de violências físicas, psicológicas, sociais, políticas, econômicas e patrimoniais. Com isso, a autora aponta que foi possível construir uma taxonomia, uma semiologia e uma nosografia acerca da violência, sendo isso possível especialmente após a OMS classificá-la como um problema de saúde pública, ampliando também seu escopo de vítimas. Entretanto, a autora reflete criticamente acerca do risco da classificação da violência como uma experiência ampla demais e que o dessecamento e compreensão das minúcias da violência pode levar ao conhecido e possível dimensionamento, muito comum às ciências humanas e a busca pelo distanciamento da dor causada pela violência. Entretanto, “ainda que haja aí o valor operativo e didático [da violência], a descrição enseja o risco de fazer com que a lógica da doença seja contida no estrito limite da aparência e do sintoma” (GONÇALVES, 2013, p. 85).

A violência [...] tem sido alvo de muitos estudos da ciência psicológica na sua interface com outros campos do conhecimento [...] porque a Psicologia herdou das ciências naturais um modelo naturalizado de compreender o sujeito e a relação desse sujeito com a sociedade que habita, produzindo saberes deslocados dos contextos de vida. [...]. Em sua complexidade, o fenômeno da violência subverte as teorias hegemônicas e desestabiliza as verdades absolutas que sustentam o pensamento da modernidade. Por seu

caráter complexo, ele embaralha as respostas simplistas e exige diálogos com diversos campos de conhecimento e de diferentes setores da sociedade (GUAZINA; NOAL, 2013, p. 35).

Tal “cientifização” estimula a percepção de que qualquer ato que não seja “puro” em diagnóstico, portanto científico, pode contaminar a compreensão da doença através de uma análise “subjetiva”, mas a frieza da classificação da violência não consegue alcançar a dor e singularidade da experiência vivida, ponto central para o enfrentamento desta por parte da vítima. “Classificar é um ato do conhecimento que empobrece nossos sentidos quando se quer, com ele, ter a pretensão de recobrir o real. Se a classificação vale como um guia de raciocínio, ela deve limitar-se a isso: servir de guia” (GONÇALVES, 2013, p. 86).

A partir desta perspectiva, é possível observar que a violência contra crianças e adolescente encontra-se em todas as camadas sociais, todavia é potencialmente mais evidenciada nas camadas que possuem um contexto econômico de vulnerabilidade social o que gerou um potencial objeto de estudo e intervenção de políticas públicas tanto nacionais como internacionais, que dimensionam em marcadores de vigilância os índices de ocorrência das situações de violência vivenciados por crianças e adolescentes, os quais apontam que, dentre os locais de ocorrência das violências, a casa em que residem as crianças e adolescentes tem sido o principal local em que ocorrem as violações de direitos (BRASIL, 2018; KRUG *et al*, 2002; UNICEF, 2017; WHO 2020).

no final do século XIX e no início de século XX, surgem as primeiras ações de proteção das crianças. Nesse sentido, destaca-se a Declaração Universal dos Direitos da Criança e dos Adolescentes, em 1959 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990. Este estatuto prevê, a partir de uma doutrina de proteção integral, estratégias legais de proteção às mesmas, designadas como medidas protetivas (JAEGER *et al*, 2009, p.2).

Gonçalves (2013, p. 88) afirma que, a partir dos estudos acerca da violência, como os de Foucault (1987), foi possível construir uma “fala da violência” com dispositivos capazes de estabelecer o controle dos indivíduos e a criação da classificação do que seria ou não “normal”; dentre estes dispositivos, encontramos os dispositivos legais estabelecidos como regra para a identificação do que vem a ser ou não um ato violento e de quem o pratica, bem como instituir o que é compreendido como ação protetiva às vítimas de violência.

No Brasil, o que direciona o entendimento do vem a ser ou não violência tem como fundo legal a noção de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, condição esta apontada no artigo 227 da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) onde o Estado é designado a efetivar políticas públicas para todo e qualquer cidadão, neste caso, as crianças e adolescentes que se encontram em solo brasileiro e avoca à família e sociedade, assim como o Estado, a constituir uma rede de proteção e garantia dos direitos destes cidadãos.

Neste contexto, estes sujeitos, destacadas como cidadão de direitos, encontram no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) as diretrizes para a promoção e defesa dos seus direitos, sendo o instrumento legal superior na garantia de direitos dessa parcela da população. Todavia, o crescente número de desigualdades sociais bem como de violências sofridas leva a ponderar que a aplicabilidade deste dispositivo vai muito além da questão jurídica, isto é, apresenta-se como uma questão política e social problematizável e que a tutela e proteção de crianças não são garantidas apenas pela promulgação da Lei, mas possuem reverberações culturais que imprimem à violência uma fala de possível escalonamento, identificação e assim, tema de intervenção das ciências e de intervenções com dimensões ético-políticas de profissionais que atuam junto à este fenômeno, visando assim uma compreensão singular do fenômeno da violência (GONÇALVES, 2013).

Melhor que categorizar as violências seria decifrar onde e como ela se faz singular. Melhor que promover a partição das leis seria compreender o sentido, mais complexo e, por isso, mais pertinente, de cada enunciado legal à luz da totalidade em que ele está inserido. A partição *ad infinitum* das categorias e dos dispositivos legais produz uma simplificação excessiva, posta a serviço do discurso que cada vez mais facilmente (e sob o risco de ser simplório) se refere à violência, fazendo-a circular, tornando-a presente, capturando-a na lógica do controle (GONÇALVES, 2013, p. 92).

Rosa e Lira (2012), Guazina e Noal (2013) classificam a violência cometida contra crianças em quatro modalidades: violência física (tentativa ou ato violento que cause danos por meio da força física e/ou objeto que lesione de forma externa ou interna); psicológica (ameaças, humilhações, discriminação, exploração, críticas, não deixar a vítima sair de casa, isolando-a dos amigos e outros familiares e sendo muitas vezes tão sutil ao ponto de ser banalizada); sexual (ação com uso da força, armas, drogas ou ameaça que vise a satisfação sexual e que atue em situação de poder frente à

vítima); e negligência (privação de cuidado de pessoa que necessite em função da idade e/ou alguma forma de limitação que a coloque em contexto de vulnerabilidade).

Chantagens, humilhações e desqualificações de um pai ou marido podem falar de um outro lado mais sombrio desse indivíduo, como insegurança, inferioridade e medo de ser abandonado. Por outro lado, a subordinação e a apatia de seu filho ou esposa podem nos levar a questionar onde estão a força e o poder de cada um para se opor, contestar e resistir (SILVA, 2022, p. 98).

Estas formas de violência também são identificadas nos dados do Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (BRASIL, 2018) onde 38,04% de crianças e adolescentes foram negligenciadas, 23,90% foram vítimas de violência psicológica, 22,16% sofreram violência física e 11,42% vivenciaram situações de violência sexual, perfazendo um total de 153.962 casos podendo uma criança ou adolescente ter sido vítima de mais de um tipo de violência denunciada. “No seio familiar, a violência confundida historicamente com cuidado e educação é frequente e vem sendo reconhecida para além dos castigos físicos usuais” (GUAZINA; NOAL, 2013, p. 37)

Jaeger *et al* (2009) apontam que a violência doméstica, outra nomenclatura utilizada para identificação de contextos de violência intrafamiliar, possui a violência estrutural de poder abusivo como base para sua manifestação, o que conduz a uma relação entre pais e filhos permeada pela noção de posse e controle dos infantes. Percepção que é identificada em Marra (2008, p. 68) ao afirmar que “a criança que nasce é observada como objeto de posse, como propriedade, uma recompensa talvez pelo sofrimento inerente à gestação e ao nascimento”.

Todavia, considerar a posse do corpo infantil encontra diferenciações apontadas por Almeida (2008, p. 35) que reflete acerca da diferença “entre a mãe biológica e mãe jurídica – normalmente fundidas em uma só – e a mãe que toma conta, a babá”, aspectos estes que, para autora, apresenta um espaço de vivência de violências. A autora pontua que a presença da babá na história das famílias brasileiras é identificada desde o período colonial, quando da existência das amas-de-leite, em geral amas-pretas, mas que foi gradativamente sendo modificada, passando as amas a serem apenas cuidadoras, a partir do processo histórico de higienismo racial, pois havia a crença do risco de contaminação pelas amas-pretas às crianças “brancas e modernas”. É neste fundo histórico que se identifica também a perpetuação das babás como fundamentalmente

pertencentes as camadas mais vulneráveis da população, conduzindo a identificação de um “caráter de duplo vínculo materno entre nós”.

(...) é junto ao calor do corpo da mãe próxima, independente de negra ou branca, que se desenvolve o sentimento de “direito de propriedade” que toda criança (quicá especial, a das sociedades modernas) possui em relação ao território inteiro e indiscriminado do corpo materno-infantil. [...] a perda do sentido de unidade não leva necessariamente à perda do sentimento de posse. O que era tido como um, passa então a ser o pressuposto do domínio de um sobre o outro. [...] Se somarmos isso ao fato de que se é “proprietário” do corpo da mãe ama ou babá, por aluguel ou salário, a relação de apropriação se duplica, e assim suas consequências psíquicas (ALMEIDA, 2008, p. 36).

Almeida (2008) continua pontuar que o ato de violência simbólica encontra terreno fértil no discurso higienista brasileiro quando a criança branca tem a babá apagada dos registros familiares e é “exigido” lealdade e respeito apenas à mãe branca. Segundo Ribeiro e Bareicha (2008) o sentimento de rejeição, percepção de desvalorização, a inexistência de proteção e a condição de vulnerabilidade potencializadas com a criação de um contexto de medo e dor estão presente em várias gerações de famílias que possuem um histórico de situações e contextos de violência.

Além disso, frente o aumento exponencial do uso de computadores como única via de contato com o mundo externo, como o vivenciado na pandemia de Covid-19, a WHO (2020) identificou também o aumento de violências online, incluindo a exploração sexual e o cyberbullying, o que convoca a um posicionamento social, político e comunitário, além da exigência de potencialização de políticas públicas que combatam a violência contra crianças e adolescentes e garantam a segurança e integridade postas em Lei. Mas como agir e intervir quando os agressores das crianças e adolescentes, são aqueles aos quais, culturalmente, se espera que sejam referência de abrigo e cuidado, ou seja, os pais e/ou cuidadores?

Aprendemos a nos relacionar por meio do contato e do vínculo construídos com os membros familiares, os quais são responsáveis pelo surgimento dos sentimentos de pertencimento, inclusão e identificação com o todo familiar. Quando algum membro familiar é rejeitado, violentado, excluído, ou se um indivíduo aliena certas experiências, nega características e comportamentos pessoais, não tem uma existência plena, seu potencial cognitivo é bloqueado e parte de sua personalidade é mutilada, deixando significativas gestalten abertas na identidade do indivíduo e do grupo familiar. [...] Situações traumáticas tomam conta da mente com pensamentos intrusivos, imagens repetitivas, sentimentos angustiantes produzindo uma circularidade viciosa para atender a necessidade primordial persistente, o que gera a compulsão de repetição de fatos e situações dolorosas (ANTONY; ALMEIDA, 2018, p. 187).

Silva (2022) relata que no contexto familiar ocorrem diversas tentativas de controle, justificando o uso da razão como estratégia para adequação do comportamento do outro, especialmente aquele que é hierarquicamente considerado inferior, muitas vezes nomeando como um ato disciplinar. Considerar a disciplina dos corpos é retomar a concepção apresentada por Foucault (1987, p. 120) o qual afirma que “a disciplina é uma anatomia política do detalhe” que visa a docilidade dos corpos para potencializar o controle deles e sua dominação. “O corpo se tornou aquilo que está em jogo numa luta entre os filhos e os pais, entre as crianças e as instâncias de controle. A revolta do corpo sexual é o contrafeito desta ofensiva” (FOUCAULT, 1979, p. 147). Percepção esta que é corroborada em Perls (2002, p. 85) que afirma a impossibilidade da ação de autorregulação pelo organismo frente a contextos de regulações morais e agressivos, que leva “à acumulação de situações inacabadas”, ou seja, de experiências passíveis de transmissão transgeracional.

Narvaz (2002, p. 7) aponta que crianças que foram um dia maltratadas, tendem a se reconectar com o sofrimento do horizonte de passado quando identificam nos filhos situações de violência, “isso possibilita que, em cada geração, se possam elaborar aqueles traumas ou “fantasmas” do passado, integrando os eventos traumáticos agora numa nova condição de apoio e proteção oferecidos por uma escuta não ameaçadora”.

Todavia, como é possível compreender a ocorrência destas experiências? Frazão (2020, p. 63) afirma que a Gestalt-terapia é uma possibilidade de compreensão do existir e que o indivíduo ao encontrar-se em contato com o outro, pode satisfazer as necessidades que engendram o funcionamento saudável de uma relação, visto que é nas interações organismo-ambiente que ocorre a experiência, ao existir “num ambiente tão inóspito ao humano [...quanto o composto por violências intrafamiliares], satisfazer nossas necessidades tornam-se tarefa árdua quando não impossível”.

## 5 GESTALT-TERAPIA E A TEORIA DO *SELF*

O surgimento da Gestalt-terapia ocorre em meio ao período histórico de questionamento das instituições e modelos sociais autoritários, ou como nomeado por Goodman (2011) Sistema Organizado, sendo compreendida por Perls (1977b, p. 19) como “uma das forças rebeldes, humanistas e existenciais da psicologia, que procura resistir à avalanche de forças autodestrutivas, autoderrotistas, existentes em alguns membros da sociedade”.

Perls, Hefferline e Goodman (1997), em 1951, lançaram o livro que inaugurou oficialmente o pensamento gestáltico. Todavia, essa construção já ocorria antes mesmo de sua compilação gráfica, através, inicialmente das revisões da teoria freudiana que Fritz Perls, Laura Perls e Paul Goodman fizeram, acompanhadas das discussões e encontros do grupo que ficou conhecido como “grupo dos sete” – Fritz Perls, Laura Perls, Paul Goodman, Paul Weisz, Elliot Shapiro, Isadore From, Sylvester Eastman, Ralph Hefferline.

Na pluralidade dos discursos da ontologia gestáltica, Belmino (2014a; 2014b) e Oliveira e Belmino (2021, p. 18) afirmam que a Gestalt-terapia nasceu a partir de duas perspectivas diferentes e apresentam, portanto, uma construção histórica plural. Enquanto Fritz e Laura Perls buscavam, através dos questionamentos à teoria freudiana e de outros formatos clínicos até então vigentes, a construção de uma nova forma de fazer clínico, Paul Goodman estava comprometido com a comunicação das “implicações sociais e políticas que acreditava estarem presentes nas teorias de Freud e Reich”.

Frederick Salomon Perls possuía formação em psiquiatria e psicanálise e teve como grande influência o desenvolvimento cultural que aconteceu na Alemanha entre o fim do século XIX e início do século XX, tais como “o expressionismo, o dadaísmo, as filosofias de afirmação da vida como o pensamento de Nietzsche, Bergson e Simmel, e, também, as críticas sociais e econômicas marxianas e marxistas” (BELMINO, 2020, p. 500), o que contribuiu para Fritz Perls tornar-se um ardoroso crítico do contexto político em que vivia, chegando a aderir pensamentos do movimento anarquista.

Somado a este contexto, Fritz Perls teve um significativo contato com Wilhelm Reich e Karen Horney, que foram seus analistas, e com Kurt Goldstein e Adh mar Gelb que compartilharam com ele os estudos acerca da capacidade adaptativa, de autorregula o orgânica e equilíbrio homeostático identificadas, a partir de estudos médicos neurológicos e da rela o e impacto desta autorregula o com as múltiplas possibilidades de constru o da percep o e forma o de figura e fundo, parte e todo, entre outros fenômenos, refletidos pelos estudiosos da Psicologia da Gestalt (ALVIM, 2014; BELMINO, 2014a; 2014b; 2021).

Neste contexto, Fritz conhece Lore Posner, que mais tarde passará a se chamar Laura Perls, uma psicóloga que fazia seus estudos de doutorado com Wertheimer (um dos principais nomes do movimento gestaltista) acerca dos processos perceptivos. [...] profunda conhecedora do campo da filosofia existencial, da fenomenologia e das discussões em torno da filosofia do diálogo, tendo sido aluna de Paul Tillich e Martin Buber (BELMINO, 2021, p. 527).

Laura Perls (2012) teve sua vida e prática profissional atravessada por aspectos da arte e cultura, especialmente da dança, conduzindo   compreensão da imensa importância do corpo no processo terapêutico e de crescimento do indivíduo. Frente o avanço nazista na Alemanha, Fritz e Laura, já casados, fugiram para África do Sul, onde tiveram contato com Jan Smuts, teórico que desenvolveu o conceito de Holismo. Mas   após um congresso de Psicanálise em 1936, onde Fritz Perls apresentou seus questionamentos   teoria de Freud, os quais não foram aceitos pela comunidade científica psicanalista ortodoxa,   que o trabalho de Fritz Perls (2002), *Ego, fome e agressão*, foi compilado com o desafio de caminhar na constru o de uma nova abordagem terapêutica no cenário pós moderno em que os pensadores da época buscavam desconstruir e reconstruir e onde a complexidade, a pluralidade e a interrela o dos fenômenos se apresentam como foco de constru o científica propondo assim, enquanto novo método clínico, uma descri o fenomenológica para resolu o de conflitos (ALVIM, 2014; BELMINO, 2021).

  na obra em questão que Perls (2002, p. 40) reflete que os contextos de agressões não tiveram a aten o devida pois, naquele momento, não havia a análise das bases biológicas da agressão, nem uma análise da dinâmica do fenômeno e nem acreditava que as propostas de tratamento e cura eram fundamentalmente ineficazes

pois estavam inundados de “agentes repressivos: idealismo e religião”, levando o fenômeno da agressão a se tornar um “instrumento de insanidade coletiva”.

Belmino (2014a) relata que Goodman teve seus contatos iniciais com o casal Fritz e Laura assim que esses imigraram para os Estados Unidos, na década de 1940. Todavia, o que a princípio era um encontro a partir de proximidades de pensamento principalmente político, tornou-se, ao longo do tempo, uma divergência teórica e ontológica da Gestalt-terapia.

Segundo Alvim (2014) e Belmino (2014b) foi Paul Goodman quem incluiu à Gestalt-terapia e, conseqüentemente no livro que inaugurou a abordagem, uma compreensão fenomenológica e pragmática da noção de campo da experiência, enquanto Fritz Perls encontrou na indiferença criativa, proposta por Friedlander, a possibilidade de superação do modelo dicotômico e metafísico que a Psicanálise e outras abordagens psicológicas na época defendiam. Ademais, para Perls e Hefferline, o investimento na disseminação da Gestalt-terapia era fundamentalmente a possibilidade de uma nova abordagem clínica com sustentação na noção organísmica da experiência de campo. Já para Goodman, a Gestalt-terapia era mais do que uma abordagem clínica, ela constituía uma postura ética de compreensão da natureza humana e das relações sociais de “acolhimento ao novo, que remete a um lugar onde podemos ser nós mesmos, genuínos e autênticos, sentindo-nos protegidos e capazes de operar também abertura ao outro” (OLIVEIRA e BELMINO, 2021, p. 17).

A compreensão teórica apresentada por Goodman e, no Brasil, amplamente divulgada por Belmino (2014b; 2020), foi uma das possibilidades que versou a compreensão do fenômeno da violência intrafamiliar neste estudo.

A Gestalt-terapia, que sempre transitou por diferentes epistemologias, atravessa essas duas linguagens, ao mesmo tempo que bebe do otimismo humanista americano, descrito na famosa 3ª força em psicologia, tentando sustentar um lugar de positividade e crescimento (muito forte em uma sociedade que se desenvolvia política e economicamente na segunda guerra, mas sem ser palco da guerra como na Europa); e a realidade dos Judeus europeus foragidos, que assistiram de perto todo o potencial bélico e destrutivo da humanidade na forma de perseguição, de violência e da xenofobia, assim como dos grupos minoritários (não podemos nos esquecer de que Paul Goodman era assumidamente bissexual, e por isso, era alvo constante de preconceito) que sabiam que no gueto, toda maquiagem do “american way of life” caía e virava violência. A Gestalt-terapia por conhecer essas linguagens, pode justamente passar por esses jogos moralistas acerca da

natureza humana (somos naturalmente bons ou naturalmente maus?), e poder apresentar uma leitura crítica social (BELMINO, 2020, p. 2163).

Importante aqui ressaltar que não é intenção desta escrita excluir ou cindir com as contribuições organísmica de Fritz Perls na construção do pensamento gestáltico, pelo contrário, entende-se de suma importância a contribuição das compreensões plurais de Paul Goodman e Laura Perls para o entendimento das experiências a partir de uma postura política, social, ética e antropológica, que em muito também contribui para compreensão da dinâmica intrafamiliar nesta pesquisa.

Cruz e Guareschi (2014, p. 16) refletem que “é o social que explica o surgimento da Psicologia”, sendo essa uma das razões que conduzem a existência de um campo de atuação da Psicologia, qual seja, a Psicologia Social. Desta forma, se fizer um paralelo ao entendimento de Cruz e Guareschi (2014) ao projeto de compreensão da realidade proposto pela Gestalt-terapia, é possível utilizar os pressupostos da abordagem gestáltica para todo fenômeno que emerge da experiência intersubjetiva, inclusive e especialmente as que geram sofrimento, como nas situações de violência intrafamiliar.

“O princípio que governa nossas relações com o mundo externo é o mesmo princípio intra-organísmico de busca de equilíbrio” (PERLS, 2002, p. 86), essa compreensão demanda a consideração da teoria organísmica para o entendimento sobre como um sujeito se comporta na sua relação com o mundo e consigo, isto é, ele está sempre buscando se autorregular e autorrealizar para garantir sua preservação, este é, portanto, sua forma interativa mais básica no modo como faz ou interrompe o contato na fronteira em todo momento (BELMINO, 2014b; RIBEIRO, 2006;). Alvim (2014, p. 228) reforça tal concepção ao afirmar que “o processo da consciência envolve, na experiência, a materialidade do mundo físico, a vida viva dos organismos e a atividade simbólica do humano”.

Toda experiência é fruto da realidade mais básica e simples que Perls, Hefferline e Goodman (1997, p. 42 - 43) nomearam como “contato” e que pode existir da interação que se estabelece no campo existencial nomeado pelos autores como o “campo organismo/ambiente [...]”. O organismo/ambiente humano naturalmente não é apenas físico, mas social [...] no qual interagem pelo menos fatores socioculturais, animais e físicos”.

O contato é o fenômeno que embasa toda a percepção, análise e intervenção na e da Gestalt-terapia, sendo ele compreendido como a experiência existente no campo existencial. A partir da totalidade do contato com a nova e atual experiência, é possível ocorrer o aprendizado, o crescimento e a mudança, além de possibilitar as formas interacionais percebidas bem como seus significados via experiência criativa, vivenciadas na fronteira de contato. (ALVIM, 2014; BELMINO, 2020; FRAZÃO, 2015; PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997; ROBINE, 2006).

Neste sentido, compreender as experiências de contato, a partir da proposta da Gestalt-terapia, que busca a experiência como realidade primeira foi proposta a partir do funcionamento do Sistema *Self*, que é compreendido como o sistema processual, dinâmico e criativo da experiência de contato que ocorre na fronteira de contato e que se estabelece na relação temporal atual e criativa no campo organismo-ambiente e não apenas fixada em estrutura nos indivíduos ou instâncias constituintes da psiquê. (ALVIM, 2014; BELMINO, 2020; FRAZÃO, 2015; MÜLLER-GRANZOTTO; MÜLLER-GRANZOTTO, 2007; PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997; ROBINE, 2006;).

[O] *self* [consiste em um] sistema de contatos em qualquer momento. Como tal, o *self* é flexivelmente variado, porque varia com as necessidades orgânicas dominantes e os estímulos ambientais prementes; é o sistema de respostas; diminui durante o sono, quando há menos necessidade de reagir. O *Self* é a fronteira-de-contato em funcionamento; sua atividade é formar figuras e fundos. [...] O *self* é precisamente o integrador; é a unidade  *sintética*, [...] é só um pequeno fator de interação total organismo/ambiente, mas desempenha o papel crucial de achar e fazer os significados por meio dos quais crescemos (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997, p. 49).

Távora (2014) sinaliza que o *Self* consiste em uma experiência que emerge no processo de contato, o qual funciona em três eixos processuais, quais sejam, a pluscorporalidade, a circularidade e a temporalidade. A pluscorporalidade é compreendida na forma em que o *Self* não é uma estrutura física e nem um organismo propriamente dito, é uma função no campo. Por sua vez, a circularidade destaca que o *Self* não é situado em um eu específico apresentando-se como uma possível individualidade, mas consiste em um fenômeno que pertence ao campo organismo-ambiente. Já a temporalidade retrata o *Self* não como uma figura fechada, mas enquanto um aspecto temporal vinculado ao processo de criação. “A teoria do *self* é esse meio de

entendimento da experiência quanto transformação e diferença, sem recorrer a nenhuma leitura moralista acerca da experiência (BELMINO, 2020, p. 1667).

Para compreender o funcionamento do *Self*, “é importante observar que a realidade com qual se entra em contato não é uma condição “objetiva” imutável que é apropriada, mas uma potencialidade que no contato se torna concreta” (PERLS, HEFFERLINE, GOODMAN. 1997, p. 180) que, segundo Frazão e Fukumitsu (2014), pode evidenciar o *Self* como um processo ativo permanente, onde neste há capacidade de perceber, selecionar, interpretar, sentir, valorizar, estimar, prever, agir, integrar e dar sentido a si e ao ambiente, fazendo assim, uma compreensão de si mesmo enquanto uma ação no campo. “O conceito de campo engloba olhar uma pessoa, uma situação, na sua totalidade” (SILVA, 2022, p. 48), desta forma, a unidade de um campo vai além da somatória de suas partes, mas parte do pressuposto de um processo de influências múltiplas interrelacionais do organismo/ambiente (BELMINO, 2020; BUBER, 1982; ROBINE, 2006).

Para Perls (1977a) a noção de unidade parte do pressuposto que o organismo existe de forma holística, como um todo, tendo herdado tais conceitos de Kurt Goldstein (2000) e Smuts (2021). “Assim, temos que considerar o segmento do mundo em que vivemos como parte de nós mesmos. Aonde quer que vamos, levamos sempre uma espécie de mundo conosco” (PERLS, 1977a, p. 21), construindo uma ação social de interdependência.

Segundo Perls, Hefferline e Goodman (1997), a atividade do sistema *Self* advém de um processo temporal caracterizado por: pré-contato, contato, contato final e pós-contato, constituindo assim, uma dinâmica que se desenvolve ao processo de ajustamento criativo.

- 1)Pré-contato - no qual o corpo é o fundo, e o seu desejo ou algum estímulo ambiental é a figura; isto é, o “dado” ou o id da experiência;
- 2) Processo de contato - aceito o dado e se alimentando de suas faculdades, o self em seguida se aproxima, avalia, manipula, etc. um conjunto de possibilidades objetivas: é ativo e deliberado com relação tanto ao corpo quanto ao ambiente; estas são as funções de ego;
- 3) Contato final - um ponto equidistante das extremidades, espontâneo e desapaixonado de interesse para com a figura realizada;
- 4)Pós-contato - o self diminui (PERLS, HEFFERLINE e GOODMAN, 1997, p.232).

Com esse movimento distinto do *Self*, Perls, Hefferline e Goodman (1997, p. 179), ressaltam o campo como o espaço de busca de equilíbrio do organismo, que encontra na autopreservação e o no crescimento formas de desenvolvimento, “[...] somente o que se preserva que pode crescer pela assimilação, e é somente o que continuamente assimila a novidade que pode se preservar e não degenerar”.

Nessa perspectiva, é que se sustenta a crença de que o *Self* constitui “a função de contatar o presente transiente concreto” (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997, p. 177) e versa sobre o modo pessoal com o qual cada indivíduo se aproxima ou aliena-se das possibilidades presentes no ambiente, sendo assim o “entre”, a execução da dinâmica das trocas entre organismo/ambiente, visando preservar organizações anteriores de ser-no-mundo e a construção de novas possibilidades a serem assimiladas.

Müller-Granzotto e Müller-Granzotto (2007), amparados na leitura do livro de 1951, descrevem o *Self* como um “continuum” que se encontra em constante modificação, instante a instante e para tal continuum compreendem a ocorrência de três funções: id, ego e personalidade. Por sua vez, Belmino (2020, p. 1452) descreve “o *self* enquanto um campo intersubjetivo” que convoca a necessidade de abandonar a individualidade da experiência e compreender a experiência no mundo em perspectivas diferentes, pontuando as mesmas funções anteriormente, citadas como aspectos da experiência intersubjetiva.

O id é a função do determinado que se dissolve em suas possibilidades, incluindo as excitações orgânicas e as situações passadas inacabadas que se tornam conscientes, o ambiente percebido de maneira vaga e os sentimentos incipientes que conectam o organismo e o ambiente. O ego é a identificação progressiva com as possibilidades e a alienação destas, a limitação e a intensificação do contato em andamento, incluindo o comportamento motor, a agressão, a orientação e a manipulação. A personalidade é a figura criada a qual o *self* se transforma e assimila ao organismo, unindo-a com os resultados de um crescimento anterior (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997, p. 184).

O *Self* atuando como id é passivo, pré-reflexivo e disperso, com conteúdo de cunho alucinatório como “uma camada de sentido em estado bruto onde se confundem necessidades, apetites, excitações orgânicas, situações inacabadas, imagens de si próprio, hábitos de lealdade e onde há dispersão” (ALVIM, 2018, p. 336) e se ocupa pela dinâmica de repetição e assimilação das sensações e formas que são experimentadas espontaneamente no campo organismo/ambiente, simultaneamente e de

forma diluída na experiência e aberto para um horizonte de possibilidades, onde experientia-se o “id da situação”. Para Alvim (2018) reconhecer o *id da situação* conduz ao rompimento do paradigma da subjetividade e inaugura a possibilidade de estar, na experiência em si, a vivência intersubjetiva no campo engajado em fluxo temporal do ser-no-mundo. Belmino (2020, p. 1527) reafirma tal percepção ao afirmar que “a função id é, então, da situação, justamente porque ela tem a ver com esse corte que o outro produz em mim [...que] sempre me atravessa e me constitui”.

O problema que está em jogo nessa discussão envolve, de modo mais amplo, pensar como o sentido e a significação (e ressignificação) das coisas e da própria existência se dá, como ele é produzido, se há uma dimensão universal na base da produção de sentidos e que dimensão seria essa, como a sociedade, a cultura e a história estão aí envolvidas, quais tensões se estabelecem entre singularidade e universalidade, entre eu e o outro, entre consciência e inconsciência (ALVIM, 2018, p. 337).

A função ego, por sua vez, trata-se de uma função de ação no campo, espontânea, de individuação, atuando de forma deliberada e/ou irrefletida – motora ou pela linguagem – acerca de certa decisão, ações e/ou troca energética. Sustentada nos estudos de Merleau-Ponty, Alvim (2018, p. 340) compreende que a função ego do sistema *self* atua no mundo a partir das dimensões que constituem o corpo, a dimensão do hábito e a dimensão do pessoal, onde a primeira constitui-se por aquilo que é incorporado pelo organismo e se torna impessoal e generalizado, e a segunda a práxis que diferencia a personalidade do sujeito no mundo. “O hábito corporal constitui, desse modo, o id da situação e o trabalho ulterior implica a transformação desses hábitos pelo trabalho do *self*”.

O crescimento do interesse do sistema *self* pelo dado, na fronteira de contato, mobilizando assim toda a energia do organismo para a situação atual, atravessa os sentidos que ficam em estado de alerta e prontidão conduzindo à identificação, aproximação e deliberação pela destruição da figura e posterior assimilação, e a rejeição do que é entendido como não interessante pelo fundo para a delimitação da figura. Neste momento, são ativadas respostas motoras, ou atos criativos, que tanto podem ser no sentido de atendimento da demanda atual, como no sentido de inibição do excitação para manutenção do hábito inibitório, que se mantém no corpo, como fisiologia secundária e inatural, de modo que o organismo perde sua capacidade de acessar suas reais necessidades, mantendo-se no limite de atender ao corpo, uma vez

que, esse é tomado como figura (BELMINO, 2014b, 2020; PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997).

Já a função personalidade versa sobre um conjunto de identificações e representações do que se percebe, sendo adotada “nas relações interpessoais; é a admissão do que somos, que serve de fundamento pelo qual poderíamos explicar nosso comportamento, se nos pedissem uma explicação” (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997, p. 18). O *Self* sendo, então, um sistema de excitação, orientação e ação no campo organismo/ambiente apresenta-se continuamente de forma dinâmica, original e criativa, o que leva a possibilidades em si de uma vivência fluida. Müller-Granzotto e Müller-Granzotto (2007, p. 218-219) dizem acerca da função personalidade que “corresponde à nossa capacidade para representar nossas próprias vivências de contato; [...] nosso poder para reconhecer, nessas representações, nossa identidade objetiva, nossa figura estabilizada, da qual, então, passamos a fruir”, ou seja, refere-se ao que o sujeito fala de si mesmo, reconhece como sendo sua identidade, e “explica” de si mesmo aos outros e a si próprio. Deste modo, entendido ainda como a maneira como o sujeito toma em si o que fica da sua relação com o meio e como se percebe nela, constituindo para si seus valores, seus papéis sociais, a ética e a moral, aspectos que podem remeter à família como lócus da experiência na constituição da identidade do indivíduo.

O crescimento e a autopreservação podem ser entendidos como a experiência de um contato fluido com o novo<sup>3</sup> e o diferente e, a ausência de contato, como a experiência disfuncional que pode ocorrer de forma neurótica/evitativa, psicótica/de busca ou aflitiva. Neste sentido, é possível compreender que o comprometimento de alguma das três funções do *Self*, decorre na formação de uma estagnação na temporalidade do ser-no-mundo (BELMINO, 2021; PERLS, HEFFERLINE, GOODMAN, 1997; MÜLLER-GRANZOTTO; MÜLLER-GRANZOTO, 2007).

---

<sup>3</sup> Para Perls, Hefferline e Goodman (1997) o novo não é sinônimo de algo positivo. O contato com o novo, agradável ou não, sempre trará a possibilidade de crescimento, ao passo que a evitação do contato pode desencadear manifestações comportamentais disfuncionais, exceto quando na vivência de uma situação de perigo, a evitação se configura enquanto ação de sobrevivência e preservação.

As formas de interrupção do contato que buscam a evitação e repressão do excitamento são entendidas como tipos de ajustamentos neuróticos que se revelam nas interrupções de ação do sujeito nas formas fluidas de interação com as demandas do meio e indicam que fase do processo de contato este estaria sendo interrompido.

“Competição, necessidade de controle, exigências de perfeição e imaturidade, são características de nossa cultura atual. Desse fundo surge a praga e a causa do nosso comportamento social neurótico” (PERLS, 1977b, p. 19-20). Compreende-se como neurose sempre que há, na fronteira de contato, um dado que demande a busca de satisfação de alguma necessidade que na história de vida do sujeito com o meio foi reprimido, gerando um estado de desequilíbrio na percepção e atenção quanto suas necessidades dominantes, o que leva a interrupção do contato pela evitação dos excitamentos.

Na neurose, o tempo presente está de certo modo “ocupado” por um hábito que não se atualiza aqui-e-agora com o que se apresenta, mas que permanece como forma fixada, nos impedindo de perceber o que se passa, obliterando nossos horizontes temporais e nossa criação. A constituição do hábito como uma fixação pode ser considerada do ponto de vista de uma pessoa e sua história pessoal marcada por acontecimentos próprios, como por exemplo, por uma situação traumática (ALVIM, 2018, p 345).

Essa interrupção pode se dar em vários momentos das “etapas” do processo de contato no campo entre indivíduo e meio. O momento em que a evitação ocorre revela sobre os tipos de ajustamentos neuróticos de que o sujeito lança mão na tentativa de manipular o meio para se proteger, se preservar do que considera como uma ameaça a sua integridade, muito mais do que para ultrapassá-la. Desse modo, se pode perceber a formação do sintoma neurótico, de interrupção do contato e evitação dos excitamentos que é revelador do que o homem busca enfraquecer e cegar em si mesmo, ou seja, tanto o não acesso até o desconhecimento das suas necessidades, como também o melhor possível que o sistema *self* conseguiu se ajustar para se relacionar no campo com algo que no passado reprimiu – suas necessidades – e que no presente não é vivido plenamente (BELMINO, 2014a; 2014b; 2020; MÜLLER-GRANZOTTO; MÜLLER-GRANZOTTO, 2012; PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997).

O hábito, uma forma do passado que estaria sempre sendo atualizado a partir da situação presente, não se atualiza mais. Mantém-se fixado como uma forma passada que permanece no presente, ocupando o tempo-espaco da dimensão criadora e impedindo o fluxo temporal. [...] O sentido temporal da possibilidade, a segurança diante do novo, a fé na situação com o outro e o

movimento confiante rumo à invenção do futuro estão perdidos. Podemos ver a neurose como uma tentativa de parar o tempo (ALVIM, 2018, p. 346).

Os modos de ajustamentos neuróticos, apresentados por Perls, Hefferline e Goodman (1997) são compreendidos como “um modo criativo de lidar com uma série de erros antropológicos que criaram um sistema social opressor e com pouca mobilidade e capacidade para um desenvolvimento criativo” (BELMINO, 2014a, p. 127), os quais serão descritos abaixo.

Na *Confluência*, o modo de relacionar-se com o meio ocorre “Quando o indivíduo não sente nenhuma barreira entre si e o meio, quando sente que ele próprio e o meio são um, [...] as partes e o todo são indistinguíveis entre si” (PERLS, 1988, p. 51). As emoções, pensamentos e ações são percebidos de modo confuso e indiferenciado, e o sujeito não discrimina o que é, nem o que quer, o que sabe, não acessa o que é seu e o que é do mundo, e este último é tornado pelo sujeito como melhor e mais importante do que ele mesmo, havendo, portanto, uma intrusão do mundo e a busca, ao mesmo tempo, de um distanciamento do sujeito de si mesmo e de suas necessidades, e isto pode repercutir em sintomas ou doenças psicossomáticas.

Visto a dificuldade em separar-se daquele com o qual a identificação se construiu, o que se busca então não é a satisfação de necessidade, mas a manutenção da sensação de segurança pelo medo da frustração, portanto, a característica da confluência é a evitação do contato desde o momento inicial do processo, ou seja, antes mesmo de que a excitação primária se fortaleça já há o movimento de interrupção de que ela se desenvolva e o contato prossiga.

Por sua vez, a *Introjeção* é o modo de ajustamento neurótico que descreve a via pelo qual são incorporadas leis, normas, comportamentos e maneiras de agir, sem a possibilidade de considerar como assimilados, sendo apenas “engolidos”. Há, neste caso, uma interrupção do excitação e a tentativa de substituição deste pelo que vem do outro, que é incorporado pelo sujeito interagindo pela via da introjeção, assim o desejo é inibido. “Introjeções disfuncionais em relação ao significado do incidente são outra consequência dos traumas, impactando a função personalidade do *Self*” (QUEIROZ, 2020, p. 17).

Desse modo, o sujeito só percebe o meio e este passa a ser tudo o que existe e então adota-o como se fosse ele próprio, não havendo um movimento de identificação e afastamento do que não faça sentido, devendo seguir o que lhe é imposto. Nesta forma de ajustamento o corpo expressa aquilo que não pertence ao sujeito, mas que tomou para si mesmo como determinação de cumprir, ser leal ao que lhe é dado como regra, norma, e que a pessoa não consegue abrir mão. Assim, de modo masoquista, adota como sendo “verdadeiramente” parte de si mesmo, e então o sujeito se comporta de maneira a impor sofrimento a ele mesmo para não renunciar ao que não é seu, mas que é tomado do meio como sendo sua necessidade real.

Deste modo, Perls, Heffeline e Goodman (1997, p. 254) explicam que “o comportamento masoquista é a possibilidade de ajustar, de modo criativo, o ambiente numa estrutura em que infligimos dor a nós próprios com a aprovação de nossas identificações falsas”, havendo, assim o que se entende como uma inversão do afeto pela inibição precipitada do mesmo durante o processo de contato no acesso aos excitamentos, para a discriminação de figuras no campo, ou ainda uma identificação indiscriminada com o ambiente tomando-o como se fosse o próprio organismo.

A *Projeção* é o modo em que o sujeito faz contato com o meio manipulando a fronteira de contato na tentativa de se proteger do que não consegue lidar acerca de si próprio, buscando negar suas implicações e responsabilidades na relação e, como consequência, atribui ao meio alguns aspectos de sua própria personalidade, repercutindo, a longo prazo, em confusão quanto à percepção clara de sua identidade, do que lhe diferencia do meio, e, portanto, de quais aspectos são seus e quais são do outro (PERLS, 1988). Nesta forma evitativa, a característica central é a dificuldade neurótica repetitiva e habitual em se dar conta de algumas características próprias e aliená-las de si mesmo atribuindo-as ao meio, como se o outro atribuísse ao sujeito sentimentos, comportamentos, pensamentos que muitas vezes são dele próprio, tentando assim conter o excitamento demandado na fronteira evitando “a frustração da emoção negando que esta seja sua” (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997, p. 255).

A respeito do mecanismo de *Retroflexão*, Belmino (2014b, p. 125) refere que o sujeito “[...] retoma toda a energia para o próprio corpo. [...] o *self* se ocupa de sua própria situação, de sua própria imagem, porém, sempre o colocando em um lugar

inalcançável”. Na retroflexão então, o corpo é uma das vias importantes de relação do sujeito consigo mesmo, de deslocamento dos afetos reprimidos, pela evitação dos excitamentos o corpo é tomado como alvo e a via por onde o sujeito expressa o que não consegue vivenciar na relação com o meio.

O ambiente tangível do retroflexor consiste somente em si próprio, e nessa tarefa acaba com as energias que mobilizou. Se for um medo de destruir que despertou sua ansiedade, agora ele tortura sistematicamente seu corpo e produz enfermidades psicossomáticas. [...], para não machucar sua família e amigos, ele se volta contra si próprio e produz enfermidades e fracassos, que envolvem sua família e seus amigos (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997, p. 256).

O sujeito então age fazendo consigo mesmo o que gostaria que lhe fizessem ou que ele gostaria de fazer ao semelhante, todavia, por medo de que seus sentimentos e atos sejam agressivos e destruidores e a não ter mais a quem culpar pelos seus sofrimentos e frustrações, a não ser a si próprio, compreende no movimento retroflexivo a única saída em reformar a si mesmo, como se ele e ele mesmo fossem duas pessoas diferentes, e sobre esta empreitada se mantém sempre ocupado (MÜLLER-GRANZOTTO; MÜLLER-GRANZOTTO, 2007; PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997).

Por fim, no *Egotismo* o sujeito volta para si sua atenção e energia, com objetivo de manter a fronteira de contato bem delimitada e fixa de modo exacerbado, na polaridade do funcionamento confluyente que não delimita a fronteira de contato com o outro, impedindo que nada novo, vindo do meio, possa atravessá-la e então desestabilizar a sua pretensa ordem, ameaçando o seu “controle”. Assim, o contato é afetado, pois o sujeito volta sua atenção apenas para a manutenção da rigidez da fronteira e a manutenção da sua segurança, para suas convicções e verdade neuróticas e muito pouco para o meio e para sua necessidade real e dominante (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997).

O sujeito que funciona no ajustamento egotista, no contato com o meio, busca evitar a sensação de medo, insegurança e abandono que ao longo do tempo possivelmente se tornou muito marcante em seu desenvolvimento. Neste caso, a diferença é que ele se isola em si mesmo, não deixando possibilidade para que o contato final ocorra, o que, no entanto, só aumenta sua sensação de isolamento e insegurança. A este respeito Belmino (2014b, p. 126) acrescenta que “o indivíduo se apega aos últimos

resquícios de sua segurança e resume a si toda e qualquer possibilidade de novidade. Recorre à fantasia da autoconsciência e a única satisfação possível é a vaidade”, fadando a experiência à interrupção de sua potência criativa e constituinte da novidade e do crescimento ambíguos e polares. No entanto,

(...) não podemos criar o equívoco comum em outra leitura das psicologias humanistas de que o novo é sinônimo de algo bom e positivo. O novo é aquilo que não se sabe, é o reconhecimento do limite. Pode ser alegria ou angústia, o integrador e harmonioso, mas também o medo e o horror (BELMINO, 2020, p. 1487).

Contextualizando ao objetivo deste estudo, é possível considerar que famílias em funcionamento neurótico tendem a potencializar um campo de adoecimento e por vezes a reprodução da estrutura violenta a qual a sociedade se apresenta.

Famílias e casais, na busca da autorregulação orgânica, se ajustam, fazendo acordos e alianças saudáveis ou concessões e submissões menos favoráveis ou disfuncionais. O que traz a possibilidade de bons ajustamentos criativos é a qualidade das relações estabelecidas nas fronteiras. Famílias com fronteiras rígidas tendem a impedir ou dificultar o desenvolvimento de autossuporte de seus membros. Ao contrário, famílias permissivas demais geram uma sensação de insegurança, de não ter com quem contar, o que também pode acarretar fragilidade ou o extremo: a sensação de poder tudo (SILVA, 2022, p. 100).

Quanto aos outros comprometimentos das funções do sistema *Self*, é possível também identificar a aflição como produto da vulnerabilidade da função personalidade, como pontuado por Perls, Hefferline e Goodman (1997), os quais apenas sinalizaram aspectos primitivos sobre o entendimento e possibilidade de intervenção frente os distúrbios nesta função, cabendo à autores contemporâneos como Müller-Granzotto e Müller-Granzotto (2012) a ampliação do lume desta forma de sofrimento, do qual forjaram a clínica do sofrimento ético, político e antropológico, bem como à Belmino (2020) que ponderou a inexistência da reflexão, por parte dos autores originais da Gestalt-terapia, o comprometimento da função personalidade para além de uma restituição de liberdade frente aos aspectos neurotizantes impostos pela sociedade, como nos contextos de violência.

É muita ingenuidade ou até uma sorte de sadismo, dizer que nas situações de luto, de racismo, xenofobia, violência contra a mulher, desastres naturais ou não naturais, encarceramento, e outras formas de violência, o que se precisa é “reduzir a função personalidade”. Nessas situações, diferente da necessidade de desconstrução de uma identidade, encontramos o nosso estatuto de humanidade sendo arrancado de forma violenta (BELMINO, 2020, p. 3435).

Sawaia (1999, p. 99) constituiu, para os autores supracitados, uma das fontes de ampliação para a compreensão do sofrimento que versa sobre o viés da exclusão pois, “esta perspectiva epistemológica supera o uso moralizador e normatizador de conceitos científicos que culpabilizam o indivíduo por sua situação social e legitimam relações de poder, apoiados no princípio da neutralidade científica”.

Granzotto (2021) afirma que a perda, a aniquilação ou a não constituição de um lugar social configuram o terreno fundante do sofrimento antropológico, político e ético que compromete a função personalidade de contatar e convoca à solidariedade interventiva na clínica da inclusão.

Trata-se de um sofrimento produzido pela falência social das experiências de contato que ocorre quando da emergência de contingências advindas da nossa condição de finitude, de habitantes de um planeta vivo e imersos em culturas permeadas pelas relações de poder e pela exclusão da diferença. [...] Esta vulnerabilidade está presente nas pessoas vítimas de violência familiar, urbana, racial, e de gênero, nos excluídos da cadeia produtiva ou que trabalham na condição de escravos, nos que foram atingidos por uma tragédia natural, nos que foram acometidos de uma doença, naqueles excluídos das relações sociais por conta de preconceitos e conflitos ideológicos e nos sujeitos que são identificados a representações sociais indesejáveis como a loucura, a diferença, a minoria e a marginalidade (GRANZOTTO, 2021, p. 81).

Por ser a função personalidade a representação do outro social e a reprodução das normas, valores éticos e morais além de modos de identificação e socialização é possível identificar que seu comprometimento urge em contextos de vulnerabilidade que clamam por uma inclusão antropológica, ética e política frente ao sofrimento excludente e violento vivenciado (MÜLLER-GRANZOTTO; MÜLLER-GRANZOTTO, 2012). É possível aqui novamente retomar aos escritos de Sawaia (1999, p. 100) que apontam a importância da manutenção do afeto enquanto sensibilizador e impulsionador da indignação frente aos contextos de pobreza pois permite olhar o sujeito sofredor a partir da ideia de “humanidade e [...] a maneira como se relaciona com o social (família, trabalho, lazer e sociedade), de forma que ao falar de exclusão, fala-se de desejo, temporalidade e de afetividade, ao mesmo tempo que de poder, de economia e de direitos sociais”.

Entende-se que é fundamental para compreensão do sistema Self como um todo a dissertação de todas as formas de ajustamento até o momento descritas na literatura científica. Todavia, no presente estudo, o contexto familiar que auxiliou este estudo, não

apresentou, no momento da execução da pesquisa, aspectos característicos ao funcionamento psicótico, o que nos leva a deliberar por uma descrição breve da forma de ajustamento psicótico, podendo ser este conteúdo mais bem explorado em outras possibilidades de pesquisa. Neste sentido, é possível descrever os ajustamentos psicóticos como formas que aparentam desorientação ou desordem em que a função id do sistema self encontra-se indisponível para o direcionamento das ações no aqui e agora a partir da realidade social ambígua demandante, frente a “impossibilidade de o sujeito fazer contato com as perdas (excitamentos) e com as faltas (desejos) que se sobrepõem aos valores antropológicos compartilhados” (MÜLLER-GRANZOTTO; MÜLLER-GRANZOTTO, 2012, p. 147).

É importante aqui ressaltar que, para além de uma descrição nosológica das formas de funcionamento do sistema de contatos denominado na Gestalt-terapia como Self, a intenção deste escrito é constituir fundo para teórico para auxiliar na compreensão fenomenológica da família que permitiu contribuir para a ampliação do entendimento dos impactos da violência na dinâmica transgeracional familiar, sempre visando a possibilidade de rompimentos dos ciclos de violência e produção de novas formas relacionais, visto que é através do suporte mútuo, ou de um corpo junto há possibilidade de enfrentamento de contextos aflitivos, como os de violência. “Mudar depende do suporte interno e externo. A mudança acontece quando o suporte do campo muda, quando é mais potente do que o que a pessoa vive habitualmente” (SILVEIRA, 2022, p. 38).

## **6 POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CENTROS ESPECIALIZADOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

A assistência social carrega, ao longo da história, aspectos que refletem o processo civilizatório das sociedades, expressos nas vivências de solidariedade especialmente voltadas àqueles que são considerados como mais frágeis e vulneráveis, pois “como uma sociedade/comunidade cuida de seus membros mais frágeis diz muito sobre seu PROCESSO CIVILIZATÓRIO” (SIQUEIRA, 2022, p. 2).

Santos Junior (2010) aponta que a solidariedade tem diversas possibilidades semânticas e se apoia nos estudos de Richard Rorty e Habermas para afirmar que a construção imaginativa da solidariedade, atravessada pela ação deliberada educativa, é capaz de conduzir os indivíduos ao desenvolvimento de uma ação solidária, a partir das identificações com o outro, visando um acordo universal e coletivo através das normas e leis democraticamente negociadas. Contudo, o autor alerta que, muitas vezes, tais negociações são estabelecidas entre indivíduos considerados de classes sociais diferentes o que gera um contexto de desigualdade e imposição da vontade da classe dominante, levando a disputas e confrontos sociais, especialmente quando se observa tal dinâmica em uma sociedade capitalista.

Pereira Junior (2014) aponta que as próprias contradições do sistema capitalistas foram, durante séculos, desprezadas como potencializadoras das desigualdades e da exclusão social, o que gerou uma atuação junto às temáticas da assistência social pela classe dominante, motivadas por princípios religiosos os quais apontavam a benemerência como estratégia para cuidado ao próximo e busca do bem-estar social. Todavia, tal ação imputava apenas ao indivíduo a responsabilidade do mérito de seu crescimento ou declínio social, desfocando de uma compreensão ampliada dos impactos do sistema capitalista na sociedade dita como civilizada.

Neste sentido, a assistência social surge, a princípio da Europa do início do século XX como a tentativa de organização da luta para a garantia dos direitos sociais aos indivíduos mais vulneráveis na sociedade capitalista, posteriormente aos direitos civis e políticos que constituem tríade do que se caracteriza como cidadania (PEREIRA JUNIOR, 2014). No Brasil, apenas em momento recente da construção social

democrática do país quando da promulgação da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (BRASIL, 1993) é que a assistência social ganha status de política pública universal e não contributiva garantida em lei a todo indivíduo que dela precisar.

Em 2004, a PNAS se institui enquanto política pública sendo em 2005 criado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que se estabelece enquanto uma rede estatal capilarizada que tem como principal objetivo a proteção social dos cidadãos brasileiros através da oferta de serviços, benefícios, programas e projetos, visando reduzir e prevenir os contextos de risco e vulnerabilidade social e pessoal, bem como superar contextos que geram desigualdades estruturais, sociais, políticas e econômicas. Um fator fundamental a considerar na constituição e implementação da PNAS é a matricialidade sociofamiliar a qual entende que todas as intervenções via serviços, programas, benefício e projetos, da política pública, devem estar centralizadas na família (BRASIL 1993; 2004; 2005a; 2005b; 2009).

A organização do SUAS é realizada a partir de critérios de complexidade de proteção social a ser oferecida às famílias e aos indivíduos que se encontram em condição de risco e vulnerabilidade social. Quanto maior o risco e a vulnerabilidade, maior o grau de complexidade dos serviços, programa e benefícios ofertados pelo Estado, sendo dois níveis estabelecidos, quais sejam, a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. Abaixo, apresenta-se o quadro resumo com os serviços tipificados para execução na Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2005b; 2009; 2011; 2013).

**Figura 1** - Quadro resumo dos Serviços Socioassistenciais do SUAS

<b>PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA</b>		<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);</li> <li>2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;</li> <li>3. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.</li> </ol>
<b>PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL</b>	<b>Média Complexidade</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI);</li> <li>2. Serviço Especializado em Abordagem Social;</li> <li>3. Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);</li> <li>4. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;</li> <li>5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.</li> </ol>
	<b>Alta Complexidade</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>6. Serviço de Acolhimento Institucional;</li> <li>7. Serviço de Acolhimento em República;</li> <li>8. Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;</li> <li>9. Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.</li> </ol>

Fonte: Brasil (2013, p. 10)

A Proteção Social Básica objetiva promover a prevenção de situações de risco e vulnerabilidade social e o fortalecer vínculos comunitários e familiares e tem nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) os equipamentos públicos onde são executados os serviços, projetos e programas, como o Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF) e o Serviço com Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) (BRASIL, 2013).

A Proteção Social Especial é responsável pela execução de serviços, projetos e programas que visam a o fortalecimento de vínculos comunitários e familiares já fragilizados e/ou rompidos além da superação de ciclos de violência aos quais indivíduos ou famílias estejam vivenciando. Nesta proteção é possível identificar os serviços de média e alta complexidade, sendo os de alta complexidade ou serviços de acolhimento institucional e, na média complexidade os Centros de Referência

Especializados para a População em Situação de Rua (CENTRO POP), os Centros Especializados para as Pessoas com Deficiência (CENTRO DIA) e os CREAS, sendo este último equipamento estatal que este estudo utilizou como campo para investigação (BRASIL, 2011; 2013).

A implementação de um CREAS respeita o critério pelo porte que o município possui contabilizada pelo quantitativo de habitantes naquele território. A cada 200.000 habitantes, o município deve ter um CREAS, com uma equipe mínima de referência para o atendimento médio de 80 famílias por mês, no equipamento, como demonstra a Figura 2 (BRASIL, 2004; 2006; 2011).

**Figura 2** - Quadro parâmetro para composição de equipe de referência do CREAS

Municípios		Capacidade de Atendimento/Acompanhamento	Equipe de Referência
Porte	Nível de gestão		
Pequeno Porte I e II e Médio Porte	Gestão inicial, básica ou plena	50 casos (famílias/ indivíduos)	1 Coordenador 1 Assistente Social 1 Psicólogo 1 Advogado 2 Profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários) 1 Auxiliar administrativo
Grande Porte, Metrópole e DF	Gestão inicial, básica ou plena	80 casos (famílias/ indivíduos)	1 Coordenador 2 Assistentes Sociais 2 Psicólogos 1 Advogado 4 Profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários) 2 Auxiliares Administrativos

Fonte: Brasil (2011, p. 94)

De todos os serviços possíveis a serem desenvolvidos na Média Complexidade, o Serviço de Proteção Especializado à Famílias e Indivíduos (PAEFI) é o único serviço considerado como obrigatório de funcionamento para a implementação do CREAS, sendo os outros serviços implementados de acordo com as características da territorialidade a partir da avaliação pela gestão da política de assistência social no território, a partir dos dados da vigilância socioassistencial. Em geral, as famílias e/ou indivíduos que buscam atendimento no CREAS, podem ser encaminhadas/referenciadas por outras instituições ou através da busca espontânea (BRASIL, 2011).

O PAEFI é um serviço que realiza o atendimento de qualquer indivíduo que vivencia alguma forma de violação de direitos sendo as principais ocorrências: (1) violências – física, psicológica, sexual, seja abuso e/ou exploração; (2) negligência, abandono, discriminação de gênero, raça/etnia ou qualquer forma discriminatória que impeça o usufruto da autonomia e bem estar do indivíduo; (3) situação de rua e mendicância; (4) tráfico de pessoas e (5) crianças em condição de trabalho infantil (BRASIL, 2013).

Atualmente, o município de Belém, capital do Estado do Pará, portanto um município de grande porte, possui 1.532.844 habitantes. Neste contexto, tem constituído os seguintes equipamentos de média complexidade: cinco CREAS, dois CENTROS POP's e um CENTRO DIA (BELÉM, 2022a). Inaugurado no dia 6 de junho de 2014, o CREAS Marialva Casanova está localizado em território amazônico, na região insular da cidade de Belém, estando há 72 Km de distância terrestre da capital e responde pelo atendimento de um território cuja população é de mais de 37 mil habitantes segundo dados do último Censo (IBGE, 2012). O deslocamento para a sede do município de Belém é de difícil acesso em virtude do custo elevado e precariedade do transporte público rodoviário além da inexistência de transporte público fluvial, gerando um contexto de potencialização de vulnerabilidades sociais e violações de direitos. A implantação do CREAS surgiu frente as demandas de famílias e da sociedade civil organizada que vivenciaram situações de violência no distrito, mas que, pela ausência de um equipamento da assistência social específico para o acompanhamento destas demandas, tiveram os números não computados ao longo do tempo, sendo empiricamente observado pela equipe do Centro de Referência em Assistência Social, único equipamento da política entre 1988 e 2013 (BELÉM, 2015).

Em virtude dos fatores geográficos e econômicos mencionados, há uma tendência à acentuação do grau de comprometimento no atendimento SUAS. Campos (2013) aponta quatro componentes que ratificam a noção de que a singularidade amazônica não é contemplada no modelo de proteção social proposto atualmente, quais sejam, (I) o próprio território amazônico, (II) a cultura e etnias típicas da região, (III) uma falta histórica de investimento social e educacional que dificulta o acompanhamento da modernização industrial pela população amazônica e ainda a introdução desordenada do latifúndio gerando conflitos, tensão e contextos de violência,

e (IV) a ausência de princípios norteadores de uma cultura republicana e democrática. O autor continua afirmando que estes aspectos afetam a operacionalização do SUAS.

De acordo com os dados do Boletim de Vigilância Socioassistencial (BELÉM, 2022b), em 2021, o CREAS Marialva teve um total de 485 atendimentos quando consideradas as demandas totais de busca pelo equipamento, dos quais 85 buscaram o CREAS de forma espontânea, 192 chegaram ao serviço através de busca ativa<sup>4</sup> realizada pela equipe de Educadores Sociais do CREAS e 208 através de encaminhamentos institucionais. A média mensal de casos atendidos no PAEFI, entre famílias e indivíduos em 2021 foi de 123 casos, sendo o mês de fevereiro o de menor quantitativo 107 e dezembro o maior com 138. Dentre os casos, 84 foram novos casos inseridos no acompanhamento do referido ano. Quanto o perfil de renda dos usuários do CREAS atendidos em 2021, 79 casos possuem renda mensal entre 0 a 1 salário mínimo, 4 de 1 a 2 salários mínimos, 1 possui de 2 a 3 salários mínimos e 3 possuem mais de 3 salários mínimos.

Ao considerar o perfil por gênero das vítimas de violência, 63 são do gênero feminino e 39 do gênero masculino, não sendo identificado no boletim outra forma de identidade de gênero, o que demonstra uma predominância do gênero enquanto vítimas de violências atendidas no PAEFI. Por sua vez, quando considerada a faixa etária das vítimas, fazendo um recorte para crianças e adolescente, é possível identificar entre 0 e 12 anos 23 vítimas do gênero feminino e 15 do gênero masculino e na faixa de 13 a 17 anos 19 vítimas do gênero feminino e 9 do gênero masculino. Quando consideradas as situações de violência sofridas por crianças e adolescentes, é possível identificar as seguintes incidências: 23 situações de violência intrafamiliar (física ou psicológica), 10 de abuso sexual, 8 de exploração sexual, 6 de negligência ou abandono e 9 em situação de trabalho infantil. Quando realizado o recorte quanto ao vínculo com o agressor considerando o contexto familiar, foi identificado que 20 vítimas tiveram o pai como

---

<sup>4</sup> Os acompanhamentos psicossociais no CREAS acontecem de forma sistemática, por um período mínimo de 6 meses, visando a superação da situação de violência que originou o encaminhamento ao serviço ou de qualquer outra forma identificada ao longo do acompanhamento. Quando a família e/ou indivíduo não comparece ao atendimento agendado, é protocolado a realização do procedimento de Busca Ativa da famílias e/ou indivíduos que por algum motivo estiveram ausentes.

agressor, 17 a mãe, 6 o padrasto, 1 a madrasta, 1 o irmão, 6 a tia – não havendo a especificação se é tia materna ou paterna – e 15 outros familiares (BELÉM, 2022b).

## 7 METODOLOGIA

### 7.1 TIPO DE PESQUISA

Por ser a violência um fenômeno complexo e singular, assim como a cultura do que implica ser uma família, entender tal realidade, a partir daquilo que se apresenta, se demonstra como uma importante ferramenta para o seu desvelamento. Neste sentido, este estudo utilizou o estudo de caso como estratégia metodológica, considerando, conforme indicado por Yin (2015), que se trata de uma metodologia adequada à investigação mais aprofundada do “como” e/ou o “por quê” de um determinado fenômeno contemporâneo, e quando o controle sobre o fenômeno e suas variáveis é pouco ou até mesmo improvável.

O método do estudo de caso pode ser definido a partir da compreensão de duas partes. A primeira refere-se ao escopo do estudo de caso, que se apresenta como pesquisa empírica aprofundada acerca de um fenômeno que se encontra em curso no momento presente e/ou em um passado recente, integrando o mundo real, e em que os limites entre aspectos do fenômeno e o contexto no qual está inserido possui entrelaçamentos tão profundos que dificultam a identificação clara desses limites (YIN, 2015).

Por sua vez, a segunda possibilidade de compreensão do estudo de caso está relacionada às características que esta investigação apresenta. Neste sentido,

a investigação do estudo de caso enfrenta a situação tecnicamente diferenciada em que existirão muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado, conta com múltiplas fontes de evidência, com os dados precisando convergir de maneira triangular, e como outro resultado beneficia-se do desenvolvimento anterior das proposições teóricas para orientar a coleta e a análise de dados (YIN, 2015, p. 18).

Segundo Yin (2015), estudos de caso podem ser classificados entre os tipos explanatório, exploratório e descritivo. Para este estudo, foi considerada a realização de um estudo de caso único, de classificação descritiva, com abordagem qualitativa, que visa descrever um determinado fenômeno inserido em seu contexto. Outro aspecto importante a considerar que levou o estudo a ser definido como de caso único possui relação com o tempo disponível para a realização da pesquisa. A realização de estudos comparativos necessita de um tempo maior para a coleta de casos, mas principalmente para a reflexão sobre os aspectos de análise do caso. Os entraves vivenciados pela

vivência da pandemia de Covid-19, que impediu longos períodos de realização de visitas domiciliares e de atendimentos presenciais, conduziram à deliberação para a utilização de caso único. “O que torna exemplar um estudo de caso é ser significativo, completo, considerar perspectivas alternativas, apresentar evidências suficientes e ser elaborado de uma maneira atraente” (VENTURA, 2007, p. 385).

Minayo (2013) afirma que a pesquisa qualitativa busca compreender a realidade que não pode ser quantificada e, desta forma, atua junto ao universo de significados, aspirações, crenças atitudes e valores que constituem o objeto de estudo. Estes aspectos correspondem a uma dimensão das relações dos processos e dos fenômenos, de modo que operacionalizações de variáveis podem gerar uma compreensão equivocada do objeto de estudo. A impossibilidade de mensurar tais temas não implica em desimportância, pois eles se configuram enquanto fenômenos únicos e profundamente complexos, como se pode compreender acerca da violência intrafamiliar.

Desta forma, este estudo teve como objetivo geral identificar efeitos da utilização de estratégias reflexivas sobre relatos e vivências de familiares em situação de violência intrafamiliar transgeracional, sendo os específicos: identificar a representação que os membros da família têm do que é violência e violência intrafamiliar; identificar a percepção deles sobre o histórico de violência intrafamiliar que sofreram e reproduzem; e identificar mudanças nos relatos ao longo dos encontros

## 7.2 PARTICIPANTES

Uma das principais etapas para o desenvolvimento de um estudo de caso relevante é a definição clara do caso a ser estudado a partir da definição da unidade de análise (YIN, 2015). Para este estudo foi definida uma família que se encontrava em acompanhamento, no ano de 2021, por mais de seis meses, no CREAS Marialva Casanova Guimarães, em que fosse identificada a vivência de violência intrafamiliar. Outro fator determinante para a escolha deste caso consistiu na possibilidade de realizar a entrevista com parentes de outras gerações para que a hipótese da transgeracionalidade dos contextos de violência pudesse ser verificada.

De acordo com os dados do Boletim da Vigilância Socioassistencial do CREAS (BELÉM, 2022b), é possível identificar que crianças de 0 a 12 anos, do gênero feminino, vítimas de violência intrafamiliar (física e psicológica) é o perfil que apresenta o maior número de vítimas. Este fator também foi determinante para a escolha do caso em questão, visto que a adolescente iniciou o acompanhamento no CREAS quando tinha 11 anos, sendo vítima de violência sexual por parte do padrasto. O fato de sua mãe inicialmente não ter acreditado em seus relatos pode configurar um contexto de violência psicológica e negligência.

Dez pessoas integram o núcleo familiar da adolescente escolhida para participar deste estudo, as quais são identificados, juntamente com ela, no Quadro 1. Como forma de facilitar a compreensão da análise realizada a seguir, duas variáveis foram acrescentadas: presença nos encontros e a participação em situações de violência

**Quadro 1** - Descrição do perfil dos participantes que compõem o grupo familiar

Integrantes	Idade	Escolaridade	Ocupação/ Profissão	Religião	Presença nos encontros	Participação em situações de violência
<b>Quarta geração</b>						
Adolescente	14	7º ano	Estudante	Evangélica	1º	Pessoa referenciada ao CREAS vítima de violência sexual
Irmã (por parte de mãe)	10	4º ano	Estudante	Evangélica	1º	-
<b>Terceira geração</b>						
Mãe	28	Ensino médio completo	Autônoma (venda de lanches)	Evangélica	1º e 2º	Citada como negligente com a adolescente frente à denúncia de abuso sexual; vítima de violências psicológicas pela avó
Pai	30	Ensino fundamental completo	Pescador	Católico	Citado na entrevista. Participou de atendimentos	Apontado como causador de violência psicológica,

					individuais presenciais no CREAS	moral e negligência à adolescente
Madrasta	29	Não informado	Do lar	Católica	Citada nos atendimentos no CREAS como a pessoa que identificou a situação de violência da adolescente	Apontada como pessoa de confiança para a adolescente
Padrasto	30	Não informado	Não informado	Não informado	Apenas citado	Identificado como abusador da adolescente
<b>Segunda geração</b>						
Avó materna	47	Ensino médio completo	Cuidadora de idosos	Evangélica	1º e 2º	Citada como violenta com a mãe, mas referência de cuidado e afeto com a adolescente
Avô materno	53	Não informado	Do lar	Evangélico	Apenas citado	Apontado como referência de cuidado e afeto à mãe
<b>Primeira geração</b>						
Bisavó materna	87	Não informado	Do lar	Evangélico	Apenas citada	Apontado como extremamente agressiva com a avó (violências física e psicológica)
Bisavô Materno	Faleceu em 2008 (65)	Não informado	Autônomo	Evangélico	Apenas citado	Apontado como referência de cuidado e afeto à avó materna

Fonte: autoria própria

O núcleo da família materna, com que a adolescente estava morando no momento da realização das entrevistas é composto pela avó materna, mãe e irmã por parte de mãe que tem como renda mensal de 1 a 2 salários-mínimos, além da avó materna ser beneficiária do Programa Social de distribuição de renda “Auxílio Brasil”. A mãe também recebia o benefício, porém, após uma mudança de endereço, não

realizou a atualização do cadastro e, no momento, encontra-se com o benefício bloqueado.

Dentre todos os familiares citados, quatro estavam presentes em ao menos uma das entrevistas, sendo a adolescente, a mãe, a avó materna e a irmã por parte de mãe. Os outros membros comparecem na citação por parte das entrevistadas e nos registros em prontuário.

### 7.3 ASPECTOS ÉTICOS-LEGAIS

A pesquisa-ação da qual este estudo faz parte, “Poesia no Dia a Dia: Grupos Vivenciais e Resiliência”<sup>5</sup>, foi submetida para análise pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade da Amazônia, via Plataforma Brasil, de acordo com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, obtendo parecer favorável de número 3.77.809 e CCAE: 24782619.9.0000.5173. Além disso, considerando que o protocolo da pesquisa atende a todos os preceitos éticos na Resolução CNS nº 466/2012 e/ou Resolução CNS nº 510/2016 e Normas Complementares, o colegiado do CEP ICES UNAMA emitiu parecer favorável à aprovação de extensão do projeto de pesquisa com número 5.243.747 (Anexo I). O estudo obteve a autorização da realização pela FUNPAPA a partir do processo nº 9363/2022 (Anexo II) e o aceite de participação na pesquisa decorreu de assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice I).

### 7.4 BENEFÍCIOS DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

As teorias que fundamentaram esta pesquisa propõem a superação de uma análise individual e fortalecem a percepção de que a relação entre os sujeitos, a representação do todo sobre as partes e a totalidade destas compõem um fenômeno e que, ao realizar a discussão acerca deles, como os contextos de violência, é possível ampliar a consciência sobre os padrões relacionais familiares e, assim, contribuir para o

---

<sup>5</sup> A referida pesquisa é “uma pesquisa-ação de cunho social e abordagem qualitativa que vem sendo realizada na Universidade da Amazônia desde 2016, com foco em grupos vivenciais” (DARWICH, 2022, p. 211)

rompimento desses padrões disfuncionais, como nos ciclos de violência transgeracional (CAMAROTTI E GOMES, 2009; BELMINO, 2020; GUAZINA e NOAL, 2013; GIMBO, 2021; GRANZOTTO, 2021; HAYECK, 2009). A implicação de todos os envolvidos no fenômeno pode gerar soluções, além de possibilitar a despatologização do indivíduo, visto que há o co-compartilhamento de sintomas no sistema familiar, sendo este um benefício central esperado como resultado da participação nesta pesquisa.

## 7.5 RISCOS DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

A participação na pesquisa poderia causar risco aos participantes, como ampliação do tensionamento na unidade relacional emocional familiar e possível agravamento dos contextos de violência intrafamiliar. Como forma de minimizar esse risco, durante a realização das entrevistas e visitas domiciliares foram realizadas, sempre no início dos encontros, propostas de acordo com o grupo familiar que visavam o estabelecimento de atitudes de cuidado mútuo e respeito com a fala e perspectiva do outro participantes, além de buscar a reflexão para novas possibilidades de padrões de comunicação não coercitiva, visando o fortalecimento dos vínculos familiares a partir de uma possibilidade distinta de linguagem.

Além disso, para a tentativa de diminuição de riscos após a realização dos encontros presenciais, a pesquisadora, como técnica de referência responsável pelo acompanhamento das famílias no CREAS junto com a equipe do espaço, manteve aberta a possibilidade de acompanhamento sistemático com a família, assim como de realização articulações institucionais com os órgãos do sistema de garantia de direitos que oferecessem a retaguarda biopsicossocial e jurídica à família, como no caso de suporte de psicoterapia pela rede pública de saúde, articulação, acompanhamento e monitoramento junto ao conselho tutelar, defensoria e ministério público para a garantia de direitos dos participantes.

O risco de identificação das participantes foi combatido por meio de identificação apenas por meio do grau de parentesco de cada familiar em relação à primeira vítima de violência intrafamiliar identificada para o acompanhamento psicossocial da família, a qual foi nomeada apenas como “adolescente”.

## 7.6 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Como critérios de inclusão, foram consideradas: uma família em acompanhamento no PAEFI do CREAS Marialva Casanova Guimarães pelo período mínimo de seis meses, em que a vítima de violência intrafamiliar encaminhada ao serviço fosse uma criança ou adolescente, que residisse em área de fácil acesso para realização de visitas domiciliares e que possuísse parentes de mais de uma geração que pudessem participar do estudo.

## 7.7 CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Foram critérios de exclusão pessoas adultas em acompanhamento no CREAS, mesmo que vítimas de violência intrafamiliar, crianças e adolescentes sem parentes com disponibilidade para participar da pesquisa, famílias em que as vítimas sofreram situações de violência fora do contexto intrafamiliar e famílias que já estavam desligadas do acompanhamento no PAEFI no ano de 2021.

## 7.8 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A qualidade da pesquisa e da coleta de dados perpassa por alguns critérios. No caso do estudo de caso único descritivo são apontadas a validade de construtos e a confiabilidade enquanto principais testes a serem conduzidos para garantia de sua qualidade. A validade do construto tem por objetivo identificar quais medidas operacionais foram utilizadas para a identificação dos conceitos estudados, e para tal faz uso de múltiplas fontes de evidências e realiza o encadeamento destas evidências. Por sua vez, a confiabilidade é identificada a partir da possibilidade de replicação dos procedimentos utilizados (YIN, 2015).

Neste estudo foram utilizados, como fontes de evidência, registros de atendimento psicossocial em prontuário do serviço do PAEFI, como evidência documental para obtenção de um maior número de informações acerca dos participantes. O prontuário utilizado no referido CREAS é um documento padrão da PNAS, estando o formato do documento disponível para qualquer outro centro em

banco de dados do Ministério da Cidadania, fator que possibilita a replicação da utilização desta evidência por outros pesquisadores, aumentando, assim, a confiabilidade da pesquisa (YIN, 2015).

Outro fator que auxilia no aumento da confiabilidade, foi a utilização de dois vídeos, um a cada encontro, os quais fazem parte do projeto de pesquisa do qual este estudo se apresenta enquanto um desdobramento. Os vídeos, que estão disponíveis para visualização gratuita na plataforma YouTube, são “Mãe Gritalhona”<sup>6</sup>, uma leitura correspondente à tradução do livro “Schreimutter” (BAUER, 2000), cujo original está em língua alemã, e “Quero colo”<sup>7</sup>, que corresponde à leitura de livro de mesmo nome (JOOSSE, 2008). Nos dois encontros, após a exibição dos vídeos, foram realizadas entrevista em grupo, facilitadas pela pesquisadora, com roteiro semiestruturado de perguntas que teve, como principal objetivo, a identificação da percepção dos participantes acerca do poder da violência e do poder da expressão do afeto, respectivamente, considerando a dinâmica familiar e os contextos de transmissão transgeracional (Apêndice II).

Goldenberg (2011) refere que o trabalho com entrevistas e questionários parte do princípio de que o indivíduo revela apenas aquilo que deseja, a imagem que deseja transparecer, bem como oculta o que deseja, e o pesquisador deve ter a consciência de que suas atitudes podem interferir no tipo de resposta que os entrevistados fornecem, o que levou à necessidade fundamental do alinhamento da pesquisadora a uma atitude de coleta de dados baseada no método de entrevista fenomenológico para a garantia de suspensão de seus *a priori* e à busca pelo máximo de veracidade possível, assumindo, assim, uma postura de observação ativa e participante.

A perspectiva fenomenológica de compreensão da existência humana não adita uma visão explicativo-casual dos fenômenos, mas um procedimento descritivo de sua complexidade, recomendando-nos que, para ser compreendidos, deve-se (sic) ter em conta seus aspectos universais e suas dimensões singulares (ALVIM, 2017, p. 45).

Somada a esta postura fenomenológica, buscou-se desenvolver habilidades e valores que Yin (2015, p. 77) aponta como fundamentais para a realização de um estudo de caso com ética e qualidade, que consistem em “formular boas questões e interpretá-

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Gu8xveH1gaE>. Acesso em 10 nov. 2022.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uLLCyZCaE2U>. Acesso em 10 nov. 2022.

las de forma razoável”, manter uma escuta suspensa de concepções e preconceitos, buscando uma leitura imparcial, sensível e ética das evidências, e manter uma postura de adaptabilidade funcional frente a situações novas.

## 7.9 PROCEDIMENTO

Yin (2015) aponta que a elaboração de um protocolo para a condução do estudo de caso é capaz de melhorar a eficácia da pesquisa, protocolo este que deve conter os procedimentos e regras gerais a serem seguidos de tal modo que seja possível a percepção ampliada acerca do projeto do estudo do caso, bem como o passo a passo quanto aos procedimentos tomados no campo de investigação, como a forma de acesso aos materiais documentais, o contato com os participantes e a construção das questões norteadoras e do guia para a elaboração do relatório do estudo de caso.

A partir da análise dos dados de registros de atendimento psicossocial em prontuário SUAS do caso elegido, foram identificadas a realização de (a) um atendimento inicial de acolhimento com o pai, em novembro de 2019, no espaço do CREAS; (b) dois atendimentos de acompanhamento psicossocial no espaço do CREAS, sendo um com o pai e um com a então criança, ambos em setembro de 2020; (c) a realização de uma visita institucional a um determinado órgão de justiça para realização de discussão de caso com a rede em setembro de 2020; (d) realização de estudo do caso pela equipe do CREAS em 2021; e (e) três visitas domiciliares, sendo a primeira ao endereço do pai, em abril de 2022, momento em que foi identificado que a adolescente, não estava mais morando com o pai, mas com a avó materna. No mesmo dia, a partir de informações de vizinhos, foi identificado o endereço da avó materna e neste dia foi realizada visita domiciliar, quando foi apresentada e esclarecida a proposta do presente estudo ao grupo familiar presente – a adolescente, a mãe, a avó materna e a irmã da adolescente. Vale ressaltar que esta não participou de forma ativa dos encontros, permanecendo calada.

Neste primeiro encontro, realizado no mês de abril, foram lidos os termos do Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para participação da pesquisa (Apêndice I) e realizada a apresentação do primeiro vídeo – “Mãe Gritalhona”. Em ato contínuo, foi realizada entrevista com roteiro de perguntas semiestruturada (Apêndice II) com o

grupo familiar, onde todas as participantes tiveram a oportunidade de falar sobre as impressões acerca do vídeo, sendo ao fim agendado novo encontro para a continuidade da realização do estudo, bem como do acompanhamento psicossocial, visto a pesquisadora ser também uma das técnicas de referência do serviço do PAEFI, responsável então, pelo acompanhamento das famílias e indivíduos que procuram o serviço. No primeiro encontro, um áudio foi gravado com a autorização das participantes, com duração de 24 minutos e 6 segundos.

Em maio foi realizada a segunda visita domiciliar à casa da avó materna para a exibição do segundo vídeo – “Quero Colo”. Estavam presentes a mãe, a avó e a irmã da adolescente. A adolescente estava dormindo, pois havia ido para a vigília na igreja com a mãe, chegando de madrugada em casa. Antes da exibição do vídeo, foi lembrado o encontro anterior e questionado se havia novas elaborações após o encontro. Em seguida, foi exibido o segundo vídeo e após a exibição iniciou-se a entrevista do grupo familiar presente a partir de roteiro de perguntas semiestruturados (Apêndice II). De igual modo, no segundo encontro foi gravado um áudio com a autorização das participantes presentes, com duração de 34 minutos e 45 segundos.

A partir da escrita do relatório e de reflexão sobre os escritos, foi identificada a necessidade de uma entrevista de monitoramento para identificação de possíveis desdobramentos e/ou impactos das intervenções, o que foi realizado no dia 7 de dezembro. Segundo Yin (2015), uma postura flexível frente às descobertas apontadas pelas evidências exigindo adaptação das estratégias previamente estabelecidas é uma característica fundamental do pesquisador que auxilia na busca de aumento da qualidade e confiabilidade do estudo, o que pode ser entendido como o que ocorreu com a identificação da necessidade de realização da visita de monitoramento.

## 7.10 ANÁLISE DE DADOS

Yin (2015, p. 137) afirma que as estratégias de análise das evidências de um estudo de caso é a parte com menor desenvolvimento técnico científico publicizado, levando-o considerar a importância do estabelecimento de um protocolo para auxiliar a abordagem analítica do estudo. Segundo ele, em um estudo de caso, “muito depende do próprio estilo de raciocínio empírico rigoroso do pesquisador, juntamente com a

apresentação suficiente de evidência e a consideração cuidadosa das interpretações alternativas”, que contribuirão para a validade da análise. Desta forma, um dos protocolos que foi utilizado neste estudo compõe os procedimentos protocolares de atendimento estabelecidos no CREAS, como forma de manter o rigor e o respeito aos protocolos institucionais que serviram de base para este estudo.

Um ponto de partida interessante é “brincar” com seus dados. Você está procurando padrões, insights ou conceitos que pareçam promissores. Eles podem emergir enquanto você manipula os dados, por exemplo, justapondo os dados de dois entrevistadores diferentes. Outras manipulações incluem: Colocar a informação em séries diferentes, fazer uma matriz de categorias e colocar a evidência nessas categorias, criar modos de apresentação dos dados – fluxogramas e outros gráficos – para o exame dos dados, tabular a frequência dos diferentes eventos, colocar a informação em ordem cronológica ou usar algum outro esquema temporal (YIN, 2015, p. 139-140).

Ao considerar que a matricialidade sociofamiliar é um dos eixos estruturantes da PNAS (BRASIL, 2004), é ordinário que o presente estudo estabeleça enquanto unidade de análise a família. Com a definição de utilização de um único caso e uma unidade única de análise, Yin (2015) afirma que a pesquisa pode ser considerada como um estudo de caso único holístico proposta admitida por este estudo no qual foi deliberado, como unidade de análise única, a dinâmica familiar em um contexto de violência intrafamiliar transgeracional.

Yin (2015) aponta que existem estratégias gerais que podem ser adotadas para realizar a análise em um estudo de caso, quais sejam, 1) utilizar as proposições teóricas que originaram e serviram de base para o desenvolvimento do estudo de caso, 2) tratar os dados livremente buscando *insights* quando identificadas padrões, 3) a descrição do caso a partir de uma estrutura descritiva previamente elaborada a partir da revisão inicial da literatura e 4) a definição e testagem de explicações rivais, que pode se configurar como uma estratégia mista da primeira proposta com a segunda, onde estas estariam construindo resultados opostos. Para este estudo, foram definidas enquanto estratégias de análise, a descrição do caso, como forma de auxiliar a melhor compreensão do contexto relacional ao qual a família encontra-se inserida e utilizou-se a Teoria do *Self* para apoio teórico na compreensão da referida dinâmica relacional. A utilização das proposições teóricas que originaram o estudo como forma de identificar a ocorrência das situações apontadas na teoria, em um caso no mundo real, também foi definida como estratégia, o que possibilitou um maior entendimento do fenômeno estudado, qual seja, a ocorrência dos contextos de violência intrafamiliar

transgeracional e como elas se repetem ao longo do tempo e que denunciaram padrões da ocorrência de vivências comuns entre as gerações de violências. A estratégia de tratar livremente os dados possibilitando *insights* gerou ainda a identificação de padrões, nos relatos dos participante, da temporalidade da ocorrência das violências e a ocorrência da repetição de tipos de violência entre gerações.

Para a execução das estratégias analíticas, Yin (2015, p. 146) aponta que há necessidade de utilização de técnicas analíticas específicas necessárias para a garantia da validade externa e interna da pesquisa, bem como da qualidade da análise proposta. “As técnicas específicas são: (1) combinação de padrão; (2) construção de explicação; (3) análise de séries temporais; (4) modelos lógicos; e (5) síntese cruzada dos casos”. Para o presente estudo foi deliberada a utilização da técnica de combinação de padrões, a qual, ao ser aplicada em estudos de casos descritivos, como o proposto, busca identificar padrões da ocorrência de determinado fenômeno previamente estabelecido, com o aporte da literatura.

## 8 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os locais de residência são apresentados inicialmente, contextualizando a história recente de vida da adolescente e seu encaminhamento ao CREAS. Os dois encontros realizados com a família, seguidos pelo encontro de monitoramento, são, assim, fundamentados.

### **Contexto de vida da adolescente: locais de residência**

A humanidade tem o tempo como o atravessador de transformações e significados. Do nascer ao morrer, do acordar ao dormir, o tempo sempre é a medida que guia o dia a dia da humanidade, como refletiu Galano (2012). Compreender a experiência relacional dos indivíduos, perpassa, neste estudo, pela noção da Teoria do *Self* que o entende a partir de uma lógica temporal de processos de contato que vai delineando os significados da experiência vivida do organismo/meio (BELMINO, 2020; MÜLLER-GRANZOTTO; MÜLLER-GRANZOTTO, 2012; PERLS, HEFFERLINE; GOODMAN, 1997).

A relação dos filhos com os pais parte do pressuposto da intersubjetividade necessária da experiência do crescimento, onde o universo da criança é, em geral, a família em sua possibilidade de ampliação ao novo, sendo no campo familiar que ocorre a constituição do fundo existencial, que corresponde à função Id do sistema *Self*, que fornece cuidados que direcionam o agir da Função Eu no momento presente e as identificações, que se configura como função personalidade (BELMINO, 2020; MÜLLER-GRANZOTTO; MÜLLER-GRANZOTTO, 2012; PERLS, HEFFERLINE; GOODMAN, 1997).

Neste sentido, considerando a família como a fonte primeira de contatos estabelecidas e como os adultos que compõem este contexto familiar são os responsáveis pelo cuidado e manutenção das necessidades básicas da adolescente referenciada aos CREAS, compreender a história da família a qual este estudo perpassa por identificar os anos e com quem a adolescente morou, desde o seu nascimento até a atualidade, como demonstrado no quadro abaixo.

**Quadro 2** - Período e familiares com quem morava e mora a adolescente

<b>Período</b>	<b>Familiares</b>	<b>Local<sup>8</sup></b>
2008 (ano de nascimento) - 2011	Pais	Mosqueiro
2011 – 2017	Avó materna e a mãe	Uruguaiana (RS)
2017	Avó materna	Paso de los libres (Argentina)
2017 – 2019	Mãe, padrasto (suposto abusador), irmã por parte de mãe; pai, madraste e irmã por parte de pai (guarda compartilhada)	Mosqueiro
2019 – 2022	Pai, madrasta, irmã por parte de pai	Mosqueiro
2022	Avó materna, mãe, irmã por parte de mãe	Mosqueiro

Fonte: autoria própria

Zinker (2001), Jaeger (2013) e Salztrager (2018) apontam que, ao longo dos séculos o conceito de família foi vivenciando desnaturalizações, sendo possível identificar diferentes possibilidades de configurações, superando o modelo nuclear mãe, pai e filhos. A família da adolescente é uma representação dessas mudanças, pois enquanto os bisavós foram casados até o falecimento de um dos cônjuges, sua avó materna já viveu a configuração familiar de “descasada”, mas sem o desenvolvimento de outra relação. Seus pais, por sua vez, se separaram e atualmente vivem “recasamentos”.

É importante ressaltar que aqui não se quer defender que famílias nomeadas como nucleares apresentam menos conflitos, ou que recasamentos são variáveis que prejudicam as relações. Pelo contrário, é identificável na literatura, como exposto por Belmino (2020), que em todas as relações, inclusive familiares, formas repressivas e contextos de violência podem existir, como também afirmou Foucault (1979) ao apontar como o uso do poder em forma de repressão é manifesto no controle dos corpos.

Todavia, o que se buscou refletir é que, quanto maior o número de envolvidos em uma trama relacional, maior a complexidade das relações, bem como a possibilidade

<sup>8</sup> O nome de algumas cidades foi alterado para melhor desidentificar a família.

de conflitos. Por outro lado, com mais pessoas envolvidas também é possível potencializar a pluralidade de pensamentos e estratégias psicossociais saudáveis além de contar com maior rede de suporte aos que, do grupo familiar, são mais vulneráveis, como as crianças e adolescentes. Desta forma, se torna possível estabelecer modos de funcionamento mais saudáveis a partir de uma autorregulação organísmica mais funcional, como afirmaram Silva (2022) e Silveira (2022).

Entretanto, é importante manter o cuidado na análise proposta para evitar a construção de uma perspectiva de positividade tóxica, como recomendado por Belmino (2020) e sem a banalização do fenômeno da violência, como apontado por Hayeck (2009), o que conduz a uma análise científica não natural, produto do percurso histórico frente a complexidade do fenômeno da violência como alertam Guazina e Noal (2013).

Desta forma, ao pensar no tempo vivido pela adolescente, é possível identificar que a adolescente não residiu apenas com os pais. A avó materna relatou que, após a descoberta da gravidez da mãe da adolescente, esta mudou-se, passando a viver com o pai, momento identificado como o início de contextos de conflitos e diminuição de manifestação de afeto entre a mãe e a avó materna.

Um trecho da interação da mãe e da avó materna com a pesquisadora, no primeiro encontro, ilustra essa situação.

- Mãe: Qualquer coisa que eu ganhava na rua, um bombom, eu partia um pedaço e dava pra mamãe, né, mãe?! A senhora se lembra? [A avó materna acena com a cabeça que sim e ri].

- Pesquisadora: E quando isso mudou?

- Avó materna: Mudou quando ela [mãe] se mudou com o marido, não foi?! Quando ela casou, depois que ela fugiu daqui [riso]. Ela fez com o namorado, fugiu daqui e se mudou. Foi viver as coisas erradas. Aí quando ela já voltou, veio com o costume do marido. Porque ela brigava com o marido dela e parece que ela “virava” [ficava muito irritada, gritando].

Em 2011, a mãe também relatou que em função da relação com o marido muito conflituosa, decidiu pela separação. Neste momento, a mãe mudou-se para o Rio Grande do Sul, a procura de emprego, quando a avó materna assumiu a responsabilidade pelo cuidado da adolescente. Neste outro Estado, já em outro relacionamento, nasceu a irmã da adolescente por parte de mãe.

Com o nascimento da irmã, a avó materna também decidiu ir para o Rio Grande do Sul onde a mãe estava. Ao perceber que naquele estado, houve melhoria de condições de vida da mãe, associado ao fato de lá residirem outros parentes que são rede de suporte, principalmente financeiro, até hoje, a avó materna também decidiu morar por um período em Uruguaiana, onde ficou até 2017, ano em que decidiu morar com a adolescente em Paso de Los Libres, na Argentina.

Com o fim do segundo casamento da mãe, ela decidiu retornar à Belém em 2017, e a adolescente pediu para também volta para Belém, pois poderia conviver novamente com a família do pai. Retornou a Belém, a adolescente, a irmã por parte de mãe, a mãe e o namorado da mãe, sendo que a mãe passou a exercer guarda compartilhada da adolescente com o pai, sendo construída a rotina de passar alguns dias na casa da mãe, e alguns dias na casa do pai. Em 2018 a avó materna decide também retornar à Belém, mas mãe e avó materna moravam em casas separadas, mas todos no mesmo bairro, o que facilitava o trânsito e convivência da adolescente com todos os membros do seu núcleo familiar. Em 2019, estando um dia na casa do pai, a madrastra da adolescente, percebendo a mudança do comportamento, perguntou o que estava acontecendo, momento no qual foi feita a queixa da violência sexual.

Ribeiro e Bareicha (2008) apontam que, desde os relatos bíblicos, é possível identificar a ocorrência de situações de violência contra crianças e adolescentes, onde identificam as meninas como maiores vítimas de violência sexual. Jaeger (2013) reforça tal perspectiva quando sinaliza que a existência do patriarcado, enquanto manifestação de violência estrutural que é base da história da sociedade brasileira, permeando as relações colocam mulheres como um grupo mais vulnerável a serem vítimas de violência e, ao avaliar a adolescente, no momento em que relatou a violência, por ser criança do gênero feminino é possível identificar uma sobreposição de situações de vulnerabilidade que a coloca em extremo risco.

### **História recente da adolescente e do encaminhando ao CREAS**

A adolescente atualmente com 14 anos, é estudante, cursando o 7º ano do ensino fundamental em uma escola pública da Ilha de Mosqueiro, distrito administrativo do

município de Belém, Pará e está fazendo curso profissionalizante em um instituto de beleza. É a primeira filha do pai e da mãe, e possui duas irmãs, uma por parte de mãe, que tem dez anos, e outra por parte pai, de oito anos.

Quanto tinha onze anos, a então pré-adolescente, foi encaminhada ao CREAS em novembro de 2019, por demanda institucional de equipamento da Segurança Pública do Estado do Pará, com a solicitação de acompanhamento psicológico. Neste encaminhamento encontrava-se anexa cópia do boletim de ocorrência que relatava a denúncia de que a criança havia sido vítima de violência sexual, estupro de vulnerável, sendo o padrasto apontado como o agressor. Segundo relatos descritos no prontuário SUAS, os pais da adolescente estavam separados e mantinham uma rotina de guarda compartilhada com a filha.

Em atendimento inicial, foi relatado, pelo pai que sua esposa percebeu uma mudança de comportamento, com aumento do retraimento, o que a fez questionar a então pré-adolescente se algo estava acontecendo, ao que ela contou ter sido vítima de abuso sexual por parte do companheiro da mãe. Ao saber do fato, o pai passou a proibir a ida dela à casa da mãe, pois acreditava que esta estava protegendo o companheiro, já que ela disse que não havia acreditado no relato da filha. Assim sendo, ele procurou o Conselho Tutelar da área de abrangência para dar início aos procedimentos de responsabilização da situação de violência. Ele também relatou que foi encontrado um bilhete da referenciada com falas de ideações suicidas, além de apresentar episódios de automutilação. Após este atendimento, foi agendado o retorno da família para acolhida inicial com a vítima. Foram realizados três agendamentos, em dezembro de 2019, e em janeiro e fevereiro de 2020, todavia, a família, não compareceu aos agendamentos.

Ainda em novembro de 2019, em reunião institucional com o Ministério Público, a promotora responsável pelo caso informou que precisou “pressionar” o pai para realização do acompanhamento especializado, pois percebia que resistia ao acompanhamento. O pai justificava as ausências em virtude de viagens a trabalho e o descomprometimento da avó paterna para continuidade do acompanhamento no serviço, a quem havia solicitado o suporte de levá-la ao CREAS quando estivesse viajando.

Em geral, o protocolo de acompanhamento psicossocial do CREAS prevê a realização de buscas ativas e visitas domiciliares para sensibilização à realização do

atendimento, bem como avaliação psicossocial do ambiente familiar e das condições de moradia, além disso, é realizada a comunicação das ausências ao Conselho Tutelar também como estratégia auxiliar à adesão da família ao acompanhamento psicossocial. Entretanto, em 2020, a pandemia de Covid-19 causou dificuldades para a manutenção dos acompanhamentos psicossociais, com a suspensão de atendimentos presenciais e visitas domiciliares. A alternativa encontrada para a manutenção do atendimento seria a realização de atendimentos on-line, porém a família do pai da adolescente possuía renda declarada de até um salário-mínimo, somada ao valor de R\$112,00 do Programa Bolsa Família para quatro pessoas: a adolescente (à época criança), o pai, a madrasta e a irmã por parte de pai. Assim sendo, a situação financeira da família limitava a disponibilidade de recursos para aquisição de aparelhos tecnológicos para participação nos atendimentos remotos, além da ausência de estrutura de sinal de telefonia, visto a área em que residiam ter pouca estrutura de acesso à internet.

De 2020 a 2021, os atendimentos presenciais no CREAS ocorriam de acordo com as ondas de contágio de Covid-19. Quando eram decretados *lockdowns*, os atendimentos eram totalmente suspensos, sendo garantido apenas atendimentos de algo nível de risco e vulnerabilidade, como quando o agressor morava com a vítima. Como a família, por medida protetiva estabelecida pelo Conselho Tutelar e Promotoria haviam decidido que a adolescente morasse com o pai, foi avaliado que o risco da ocorrência de novos abusos era baixo, o que fez com que os atendimentos com a família fossem retomados apenas em setembro de 2020, quando foi realizado o primeiro atendimento com a referenciada.

Durante o atendimento, a adolescente informou que, mesmo se sentindo bem, morando com o pai, sentia saudade de conviver com a mãe, mas como ela havia se mudado para outro município o contato era mais escasso. Importante aqui ressaltar que, neste momento, foi informado que a mãe estava morando em município próximo a Belém, e mantinha o relacionamento com o padrasto, suposto abusador. Por seu pai estar à procura de trabalho e estar em constantes viagens, a adolescente tinha as avós, maternas e paternas, como referência de cuidado. Ainda durante este atendimento, através de estratégias lúdicas interventivas, a adolescente relatou que sentia medo de contar sobre o abuso sexual, pois temia retaliações do padrasto (suposto abusador), mas naquele momento se sentia mais segura por não manter contato com ele. Além disso,

relatou que sentia mal-estar quando alguém a xingava ou falava coisas que a ofendiam, mas não relatou, naquele momento, quem seriam essas pessoas.

Após este atendimento, não aconteceu nenhum outro atendimento à família, frente à dinâmica da Pandemia de Covid-19 descrita acima. Após nova retomada dos atendimentos presenciais, e respeitando o procedimento do CREAS de realização de revisão de casos “parados” para retomada do acompanhamento, via realização de visita domiciliar, foi realizada a visita domiciliar em abril de 2022. Ao chegar no endereço cadastrado, o do pai, encontravam-se apenas outros familiares. Um tio da adolescente informou que ela estava há um mês morando na casa da avó materna, juntamente com sua mãe, o que gerou preocupação inicial frente ao potencial risco de ela encontrar-se em situação de vulnerabilidade, pois a informação que constava em prontuário era de que a mãe continuava o relacionamento com o padrasto, acusado de cometer a violência sexual com a adolescente.

### **Primeiro encontro com a família**

O endereço da avó materna foi fornecido pelos familiares e no mesmo dia foi realizada a visita à referida casa pela autora deste estudo. Estavam na residência a adolescente, a sua irmã por parte de mãe, a mãe e a avó materna. Inicialmente, a adolescente apresentou sinais corporais de desconfiança, mas verbalizou estar receptiva à realização da visita.

A conversa iniciou buscando esclarecer o que havia acontecido para que a adolescente estivesse morando com a avó materna. Ela informou que se sentia segura morando com a avó materna, a quem considera como uma segunda mãe, “já que é ela quem me criou”. A avó materna relatou que a adolescente havia fugido da casa do pai, pois além de ele viajar muito a trabalho, estava sempre manifestando falas agressivas e xingamentos à adolescente: “ele fica chamando ela de puta, vagabunda, toda vez que ela apronta alguma coisa”. Foi ainda relatado que a mãe voltou a morar na casa da avó materna há dois meses após a separação do padrasto (suposto abusador), pois este encontrava-se preso. Vale frisar que a prisão não foi motivada pela acusação de violência sexual, este encontra-se preso até o momento atual.

A partir das modalidades apontadas por Rosa e Lira (2012), Guazina e Noal (2013) de violência cometida contra crianças, e considerando os relatos da família, é possível considerar a ocorrência de violência psicológica pelas ameaças e humilhações sendo o pai o suposto agressor, a sexual, supostamente pelo padrasto e a negligência compreendida como privação de cuidado de pessoa vulnerável pela mãe, quando esta mantém a relação com o suposto agressor da filha.

Granzotto (2021), apoiada em estudos anteriores, como os de Müller-Granzotto e Müller-Granzotto (2012), Sawaia (1999) e os de Perls, Hefferline e Goodman (1997), aponta que pessoas em situação de exclusão ou vivência de violência familiar, como os relatados pela adolescente sobre a forma como o pai a tratava, forjam a vivência de sofrimento ético, político e antropológico, na medida em que o lugar social de cuidado e afeto socialmente construído na relação pais e filhos é, pela fala violenta, assolado de formas excludentes de afeto.

A vulnerabilidade do corpo de crianças e adolescentes constitui um ambiente fértil para a execução de ações violentas e traumáticas. Neste sentido, o comprometimento da função personalidade do sistema *self* em situações de violência conduz ao que Belmino (2020) também apontou como a destituição de porção da humanidade do indivíduo, o que pode conduzir a um processo de objetificação do sujeito ou de coisificação do sujeito (BÖSZÖRMÉNY-NAGY; SPARK, 2003).

Frente às falas manifestadas na visita, foi apresentada a proposta da pesquisa pela pesquisadora e verificado se havia interesse do grupo familiar em participar, quando todas as pessoas presentes, a adolescente, a irmã por parte de mãe, a mãe e a avó materna, concordaram. Foi então lido e esclarecido os aspectos éticos através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, procedido assinatura do termo e, em seguida, exibido o vídeo “Mãe Gritalhona”, e após foi iniciada a entrevista com roteiro semiestruturado.

Quando foi perguntado sobre o que as participantes entendiam sobre violência, a mãe falou:

Muitas vezes, a Bíblia diz que as palavras matam as pessoas. Aí o grito, entendo como uma forma de xingamento, “tu não presta, tu é isso, tu é aquilo”. Aí mata aquela pessoa, ou seja, aquela pessoa vai crescer revoltada. A Bíblia diz que a boca da gente é pra abençoar e amaldiçoar – eu entendo

esses gritos como essas palavras. Muitas vezes a criança cresce revoltada por isso. Aí depois a mãe foi costurar o filho, mas ela já tinha feito o estrago na vida desse pinguinzinho aí. Muitas vezes as palavras não vão voltar; a gente lançou, está lançado.

Por sua vez, a adolescente concordou com a fala da mãe e disse que às vezes só o pedido de desculpa não bastava para que o impacto da violência fosse mudado. Neste momento, a avó materna fala [chorando]:

a relação com a minha mãe era horrível. Ela gritava muito. Eu acho que ela não gostava de mim [comportamento não verbal da avó materna: olhou para a mãe, a qual baixou a cabeça e se posicionou de lado para ela e verbalizou: comigo também foi assim].

Ribeiro e Bareicha (2008) apontam que contextos de rejeição, percepção de desvalorização, proteção nula, condição de vulnerabilidade somados ao medo e a dor são evidências muito comuns e identificáveis em famílias que viveram contextos de violência. É possível observar tal apontamento quando, no segundo encontro (que será mais explorado no próximo tópico), a mãe relata ter também vivenciado contextos de violência física.

Avó materna: Eu sempre morei com minha mãe e com meu pai. E minha mãe botava a gente pra arrumar tudinho. Pra quando ela chegasse do serviço tivesse tudo limpinho, tudo organizado. E se não tivesse ela metia o pau na gente. Era peia e muita peia.

Tal contexto gera uma fragilidade pelo exercício do controle dos corpos através do poder disciplinar como apontado por Foucault (1987) e reforçado por Silva (2022), o que pode conduzir a um acúmulo de situações inacabadas que são terreno fértil para um processo de cristalização das experiências e da transmissão destas cristalizações entre as gerações. Belmino (2020) amplia a reflexão a partir da noção de funcionamento do *Self* ao compreender que a função *id* é a produção das ações do outro sobre o indivíduo, configurando assim, um fundo intencional para as ações ou impedimentos na relação organismo/ambiente. Por sua vez, Alvim (2018) convida à reflexão que o *id* da situação rompe com o paradigma de que o indivíduo é o fio condutor das ações na interação, sendo a experiência desenvolvida pela intersubjetividade no campo, a partir da temporalidade do ser-no-mundo.

Apesar de não comparecer relatos nas entrevistas sobre situações de violência física cometidas pela avó materna com a mãe, foi possível identificar que a violência física ainda é uma estratégia que comparece como demonstração de controle dos corpos, sendo uma estratégia por vezes utilizada pela mãe, tanto com a adolescente quanto com a irmã por parte de mãe.

Avó materna: Uma vez a minha neta (adolescente) fugiu do colégio e ela apanhou da mãe dela. Porque eu nunca bati nela, sou de conversar. Outra vez, em Uruguiana, parece, a mãe disse: eu vou dar uma surra nela. Aí eu disse: então, deixa eu sair de perto, vou bem ali e aí tu bate nela. Porque ela sabe que se eu vir, eu me desespero. Porque eu nunca bati.

A transgeracionalidade é compreendida como o processo de transmissão de eventos, questões e emoções que não puderam ser simbolizadas e mantêm-se em aberto passando através de vivências dolorosas para outras gerações. Padilha e Barbieri (2020) pontuam que há diferença na transmissão de experiências consideradas negativas, como situações de violência, as quais denominam de transgeracionalidade, da transmissão de experiências positivas, como afetos, valores, percepções positivas da personalidade, confirmações, a qual nomeiam de intergeracionalidade.

Neste sentido, é possível identificar a presença de violência psicológica transgeracional quando se verifica que a bisavó materna cometia violência psicológica com a avó materna e esta repete com a mãe a violência psicológica. A mãe relata que está comprometida em não repetir os gritos e a rigidez vivida, como é possível identificar no trecho da fala da mãe verbalizada no primeiro encontro.

Mãe: Eu dizia, quando eu tiver um filho, uma filha vai ser totalmente diferente do que eu tive com a minha mãe. Ela me colocava na parede, numa rigidez. Minha mãe cresceu numa rigidez muito grande e ela queria que eu passasse isso para as minhas filhas, mas eu não passei. Essa aqui [olhando para a adolescente] me conta as coisas [a adolescente assente afirmativamente com a cabeça, olhando para a mãe], e essa outra [olhando para a irmã por parte de mãe] também conta para mim os segredos dela, que é só de mãe e filha e eu não conto para ninguém. Eu gosto disso.

Todavia, quando a mãe afirma que não acredita na denúncia da violência sexual que a adolescente relatou é possível identificar a ocorrência da violência psicológica. Um ponto importante a considerar é que, no momento da entrevista, em que se relatavam os conflitos através de falas agressivas, a adolescente relata as situações de agressões verbais que vivenciada na casa do pai, o que pode conduzir ao entendimento

de que a desconfirmação da percepção sobre as vivências nem sempre é percebida como violência psicológica, sendo considerado violência apenas gritos e xingamentos.

Narvaz (2002) afirma que adultos que foram vítimas de violência no passado, buscam desenvolver uma escuta mais protetiva e menos ameaçadora, o que é possível identificar nos relatos. Todavia, é percebida que, apesar de uma postura diferente no que se refere à escuta, existem relatos que são reproduzidos no intuito de desmerecer a percepção da adolescente sobre suas vivências, como citado acima em relação a mãe não acreditar na denúncia da violência sexual.

A dualidade emocional também é um consenso na literatura científica que aponta família enquanto o primeiro lugar relacional dos indivíduos, ideia que neste estudo comparece reforçada por Carvalho (2018) ao afirmar ser na família o lugar em que são vividas e expressas todas as formas de sentimento tanto nutritivos quanto conflituosos, fato que pode ser verificado na família em foco através de relatos de situações de conflitos e afetos.

Diferente da adolescente, há relatos da avó materna e da mãe que a relação com o os seus respectivos pais, foi percebida muito mais permeada de afeto do que de contextos de violência.

- Avó materna: meu pai fazia tudo pela gente, mas infelizmente cedo ele deixou a gente. Mas minha mãe não era igual meu pai. Porque quem me ajudava era meu pai. Ele que era a coluna da gente aqui em casa, dos meus filhos, meu. Então mudou muito quando ele se foi.

- Mãe: a minha história é parecida com a da minha filha mais velha. Eu não fui criada com o meu pai, mas amo muito meu pai.

Halbwachs (2006) afirma que, mesmo que a família depreenda esforços para não transmitir os modelos vivenciados, ainda assim o fazem. E, sendo os modelos transmitidos transgeracionalmente é possível identificar padrões de comportamentos nocivos que também podem ser compreendidos como impedimentos da ação da função eu do *Self* também nomeados de ajustamentos neuróticos, aspectos que ficaram mais evidentes no segundo encontro com a família (BELMINO, 2020; MÜLLER-GRANZOTTO; MÜLLER-GRANZOTTO, 2012; PERLS, HEFFERLINE; GOODMAN, 1997).

## Segundo encontro com a família e monitoramento

Compreender historicamente o fenômeno da violência intrafamiliar é observar a importância da complexidade dos papéis desempenhados na família na contemporaneidade, considerando a transformação destes papéis que ocorreram ao longo dos anos, em contraponto à rigidez estabelecida a partir do modelo burguês e do patriarcado (ÀRIES, 2017; BRASIL, 2005a; CERVENY; BERTHOUD, 2009; ENGELS, 2019; SILVA, 2022; SILVEIRA, 2022).

Durante o segundo encontro com a família que ocorreu em maio 2022, foi utilizado o vídeo “Quero colo” antecedendo a entrevista com roteiro também semiestruturado que tinha como planejamento questões reflexivas voltadas para identificar a percepção dos participantes acerca do poder da manifestação do afeto.

Uma questão ressalta à reflexão quanto retomada a afirmação de Àries (2017) que pontuou que a família se constituiu com muito mais ênfase nas tarefas que cada membro executava do que nos afetos manifestos. Foi perceptível durante as entrevistas que a expressão de afeto na forma de falas afetivas, de confirmação ou gestos carinhos são considerados difíceis de serem manifestados, especialmente entre a avó materna, a mãe e a adolescente.

- Mãe: Quando eu paro aqui em casa, a gente conversa, mas é difícil. Ela [a avó materna] fica pra cá [olha em direção à cozinha], eu fico pro quarto lendo a bíblia, mexo no celular, fico orando, quase a gente não conversa. Mas quando essa [olhando para a irmã por parte de mãe] me vê triste ela vai lá e pergunta. Mas com ela [olhando para a avó materna] é mais difícil.

- Avó materna: Como ela fica mais no quarto orando e eu fico fazendo as coisas, aí é difícil né?!

- Mãe: A [irmã por parte de mãe] chega, deita, abraça, quer ficar abraçando o tempo todo, todo mundo.

- Avó materna: já é até exagerada [mãe concorda]

- Mãe: mas a adolescente é muito bruta. Não gosta de abraço, de beijo, não gosta de carinho. A gente abraça e ela diz: “sai, sai, sai”.

Bowen (1993), Böszörmény-Nagy, Spark (2003) e Alvim (2018) apontam que a lealdade é um hábito que demonstra a identidade familiar. A partir do trecho da entrevista, é possível identificar que há uma lealdade quanto a um funcionamento

menos afetuoso por parte da mãe, avó materna e a adolescente, sendo a manifestação da irmã por parte de mãe desmerecida enquanto manifestação afetiva, pois apenas as ações práticas como cuidado com alimentação, saúde e finanças representam expressões de carinho e cuidado.

Além disso, é possível identificar lealdade quanto à religião que a família se identifica, mais cristalizada no discurso da mãe que, entende que a religião a auxiliou na superação dos comportamentos que a afastaram dos ensinamentos e orientações da avó materna.

Mãe: Minha mãe também foi uma pessoa que orou muito. Se eu estou de pé, é pela oração dela.

O entendimento do conceito de lealdade pela noção da ocorrência no funcionamento do sistema *Self* que Perls, Hefferline e Goodman (1997) nomearam como uma das formas de ajustamento neurótico do sistema *Self*, no caso, formas introjetivas onde ocorre a assimilação das crenças, verdades, valores do outro, e projetivas que consiste na utilização da estratégia de responsabilizar o meio por ações que de fato são do indivíduo. Alvim (2018) reforça também esta perspectiva quando afirma que as situações traumáticas vividas na história da pessoa podem se configurar como um hábito fixado e cristalizado, passível assim, de transmissão transgeracional. Desta forma, o ajustamento neurótico/evitativo pode ser compreendido como a tentativa de “parar o tempo”, o que pode conduzir ao entendimento de que a não atualização das funções familiares e parentais e o controle do corpo infantil levam a constituição de contextos traumáticos e neuróticos.

Além da lealdade, é possível identificar que nas falas evidenciou-se as funções que os membros desempenham na família, através da ausência de limites e uma confusão de papéis desempenhados como aspectos da transgeracionalidade apontados por Halbwachs (2006). Para Perls, Hefferline e Goodman (1997), bem como para Müller-Granzotto e Müller-Granzotto (2012) e Belmino (2020) tal comportamento pode ser compreendido como um ajustamento neurótico do tipo confluyente, no qual as fronteiras entre os indivíduos não é clara, ocorrendo uma dificuldade de diferenciação entre aqueles que se relacionam, o que também se aproxima do entendimento de Böszörmény-Nagy, Spark (2003) sobre a parentalização que fala de uma cristalização da dependência dos pais.

- Mãe: Não aceito a mamãe passar a mão na cabeça dela [a adolescente]. Por isso que eu falo, se ela for morar comigo, eu digo: “tá pensando que tu vai dormir até meio-dia? Negativo! Tu não é melhor que a tua irmã, nem tua irmã é melhor que tu. Vai ser repartido pra ti e pra ti”.

- Avó materna: É porque eu acho que fico com pena de chamar ela assim.

- Mãe: Eu não fico com pena, porque tipo, ela já tem 13 anos. Ela tem que saber fazer as coisas.

- Pesquisadora: Pera! Fiquei um pouco confusa. Quem faz o quê? Quem obedece quem?

- Avó materna: São duas mães. Aí é pra ver quem é que manda mais.

- Mãe: Tipo, essa daqui [olhando para a irmã por parte de mãe], quando eu quero repreender, eu não aceito a mamãe vir tirar minha autoridade não. Eu digo: “olha, tu não apanhou mais”. Mas de vez em quando eu puxo a orelha dela. Porque bater, bater não é espancar. Porque a Bíblia fala que não pode apartar a vara da disciplina do seu filho. Ou seja, a vara é pro tolo. Eu falo pra ela: “a vara é pro tolo”. Então eu digo: faz assim, respeita assim, não fala assim, porque senão tu vai apanhar. Aí a mamãe diz: não bate! Aí eu digo: eu bato! A filha é minha a mão é minha, foi eu que criei, então e eu bato. A mesma coisa lá a mamãe. A mamãe não aceita que eu bata na adolescente, mas eu com autoridade de mãe, eu tenho coragem de bater.

Nesta família, a mãe e a avó materna se confundem na execução do papel de cuidado e estabelecimento de limites com a adolescente o que pode gerar, segundo Cerveny (2012) afirmou, a partir de estudos de Bauman (2007) a fragilização dos vínculos afetivos, comprometendo as relações familiares. Desta forma, o Quadro 3 apresenta trechos de relatos e percepções sobre violência e afeto.

**Quadro 3** - Resumo dos relatos acerca das relações familiares

Foco	Fonte		
	Adolescente	Mãe	Avó materna
Adolesc.	-	<p>“A mamãe não aceita que eu bata na <i>adolescente</i>, mas eu com autoridade de mãe, eu tenho coragem de bater”;</p> <p>“tento conversar, não critico ela”;</p> <p>As filhas contam segredos para a mãe. “Eu gosto disso”</p>	<p>“nunca bati nela, sou de conversar”</p>
Mãe	<p>Fez denúncia da violência sexual e a mãe não acreditou;</p> <p>“É por isso que hoje eu não coloco pressão na adolescente”, tento</p>	<p>Se estou passando por esse processo com meu ex-marido preso, é porque lá atrás eu plantei, eu enfrentei muito minha mãe, batia de frente, desobedeci</p>	<p>“Fui muito pressionada pela minha mãe, que falava [...], coisas que eu não fazia. Foi crescendo uma revolta dentro de mim; ela dizia coisas que eu não</p>

	conversar, não critico ela. Se ela vai assim, eu só digo “cuidado” [contraditório quando diz que avó materna passa a mão na cabeça dela e que ela não concorda]	e agora eu estou aqui colhendo o propósito de Deus na minha vida para dizer que ele pode transformar as vidas.	fazia”; “Eu também tive uma relação horrível com minha mãe”; dificuldade de conversar com a mãe
<b>Pai</b>	Viagens; ausência da adolescente no acompanhamento ao CREAS;  “ele fica chamando ela de puta, vagabunda, toda vez que ela apronta alguma coisa” (violência psicológica)	Violência psicológica foi o motivo do fim do casamento; pais não conseguem conversar hoje;  “ele fica falando coisas igual esse vídeo aí. A senhora devia mostrar para eles esse vídeo. Ele tem moto, tem carro, tem tudo; ao invés de vir aqui, fica colocando a menina em risco. Meia-noite, uma hora, ele manda ela ir lá na parada, no meio do rua, maior perigo, pegar dinheiro”	“Respeito é com quem resolve questões financeiras”
<b>Padrasto</b>	Violência sexual		“Não quero nem ouvir falar o nome”
<b>Avó</b>	Afeto e segurança; “segunda mãe”	Conflito em relação à criação da adolescente e irmã	
<b>Avô</b>		“Não fui criada com o meu pai, mas amo muito meu pai, ele fazia tudo pra gente”	
<b>Bisavó</b>			“A relação com a minha mãe era horrível. Ela gritava muito. Eu acho que ela não gostava de mim” (chorando);  “era ‘peia’ e muita ‘peia”” (violência psicológica e física)
<b>Bisavô</b>			“Meu pai fazia tudo pela gente, mas infelizmente cedo ele deixou a gente”; apoio

Fonte: autoria própria

No que diz respeito aos tipos de violência, é presumível que a violência psicológica comparece como repetição entre as gerações, portanto uma forma de transgeracionalidade. Todavia, é observado que apesar dos gritos e xingamentos serem

percebidos, pelos participantes como violência, ainda assim há a manutenção do comportamento. Além disso, o desmerecimento da percepção da vivência individual, quando não é validado o discurso da adolescente sobre a violência sexual por parte da mãe, e a manifestação de afetos diferentes da identidade familiar, como ocorre com a irmã por parte de mãe, também podem ser considerados expressões de violência psicológica.

Tais observações denunciam contradições no discurso e nas ações da dinâmica familiar o que pode ser avaliado como a manifestação de um ajustamento neurótica na dinâmica familiar, necessitando de ampliações de intervenção quanto a situação apresentada.

Por sua vez, a violência física, compareceu nos discursos da avó materna ao relatar que sofreu muitos episódios e “peias”. Mas, apesar de não existirem relatos da avó bater na mãe, é identificado que a violência física comparece em diferentes gerações, mesmo “pulando” a avó, o que não deixa claro se é a manifestação de um fenômeno transgeracional ou se uma manifestação de violência estrutural naturalizada de exercício do controle disciplinar dos corpos como apontou Foucault (1979; 1987).

Apesar do contexto familiar ainda ser permeado por violências é possível identificar manifestações de afetos pautadas nas ações entendidas como cuidado com o outro, como cuidar da casa, fazer a comida, levar ao médico, havendo ainda dificuldade de aceitação de carinhos e gestos como expressão do afeto. Comparecem exceções de expressão de afeto por parte da irmã mais nova, bem como no relato da avó em não gritar, não bater e buscar conversar.

Stierlin (1997) aponta que novas negociações, criações e validações são necessárias para o desenvolvimento de relações mais saudáveis. Considerando a leitura gestáltica da Teoria do *Self*, a proposta de interventiva para a superação de relações confluentes também é voltada para o fortalecimento da diferenciação entre os indivíduos e uma ampliação da clareza quanto aos limites na fronteira de contato de cada um, superando a forma neurótica confluyente, o que foi proposto à família durante o segundo encontro, para que, a partir daquela conversa elas pudessem verificar qual seria o melhor arranjo familiar quanto a quem desempenham qual papel e com quem.

A proposta interventiva a partir da lógica de um Estado de direitos é a de construção do Plano de Intervenção Familiar da PNAS, onde há a busca para o desenvolvimento e/ou resgate da autonomia dos membros das famílias atendidas, sendo as estratégias pensadas em conjunto com a família, seguindo assim a percepção proposta por Carvalho (2018) de que a família e o Estado são corresponsáveis pelo desenvolvimento e proteção dos cidadãos, especialmente os que compõem os grupos mais vulneráveis, como foi possível identificar na fala da mãe:

Tipo assim, se a gente se juntasse assim, nós três, e dêssemos as mãos assim, unidas [ela pega a mão da adolescente e de avó], se a gente ajudasse o outro, a gente conseguia. Vamos fazer um propósito junto, orar, jejuar.

Foi possível identificar uma mudança na dinâmica familiar quando ocorreu a visita de monitoramento em dezembro de 2022, quando a família relatou que a relação entre avó materna, mãe e a adolescente melhorou muito pois passaram a dividir as tarefas e responsabilidades, como apontado na fala da mãe, além de ter ficado mais definido o papel de cada membro da família o que conduziu à compreensão de que a família iniciou o processo de retomada do exercício da função protetiva à adolescente, quando avó materna, mãe e pai passam a desempenhar uma guarda compartilhada.

Em função da relação ainda tensionada entre os pais, a avó materna passou a assumir a mediação da relação visto pai e mãe não se falarem. Atualmente a avó materna encontra-se responsável pelo monitoramento do dinheiro que é enviado pelo pai para o custeio das necessidades básicas da adolescente e é a avó materna que rege as saídas para cultos, visitas à casa do pai e outros eventos que a adolescente participa e a mãe se responsabiliza pelo monitoramento de questões da saúde e da escola. Com estes acordos a adolescente passou a ir mais vezes na casa do pai, onde diz estar se sentindo melhor.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo identificar efeitos da utilização de estratégias reflexivas sobre relatos e vivências de familiares em situação de violência intrafamiliar transgeracional, a partir da Teoria do *Self*. De início vale destacar que foi possível verificar, a partir dos relatos da adolescente, da mãe e da avó materna, que elas percebem e nomeiam contextos de violência psicológica e física enquanto um fenômeno presente na história familiar e potencialmente nocivo para a relação familiar e para o desenvolvimento individual. A presença de violência foi identificada inclusive por meio da lealdade rígida e da confusão de papéis desempenhados enquanto manifestações de transgeracionalidade.

Por outro lado, apesar de perceberem as situações de violência que vivenciaram e os impactos assim produzidos, não fica claro que as participantes percebiam a reprodução desses comportamentos em suas vidas presentes, pois justificavam a violência por meio da responsabilização de terceiros. Assim sendo, lançaram mão de ajustamentos neuróticos projetivos, pois é possível identificar a manutenção dos comportamentos violentos, especialmente os de manifestação psicológica e física, dando suporte à hipótese de que a manutenção deles esteja vinculada ao *id* da situação como fundo existencial constituído por aspectos da violência estrutural, como é o caso do uso do controle disciplinar dos corpos, especialmente quando estes são infantis ou adolescentes.

Complementarmente, foi observado que a expressão do afeto, mesmo que atrelada ao desempenho de tarefas e pouco validade quanto à falas confirmativas ou de formas de comunicação não violenta, são também um fenômeno presente na dinâmica familiar, o que pode conduzir ao entendimento da relação permeada por ações de intergeracionalidade e de aspectos a serem potencializados enquanto fomentadores de vínculos familiares e afetivos mais saudáveis.

Como resultado das duas intervenções pontuais, caracterizadas pela reunião das participantes em torno de vídeos, compondo rodas de conversa como forma de ampliação da consciência acerca dos temas propostos, foram observados efeitos positivos e de mudança quando do monitoramento, sete meses após o segundo encontro.

Assim sendo, identificamos efeitos da utilização de estratégias reflexivas sobre relatos e também sobre vivências de familiares em situação de violência intrafamiliar transgeracional, em consonância com o objetivo proposto.

Além disso, porpor um estudo de caso para um fenômeno complexo como o proposto neste estudo, se demonstrou de grande relevância frente a possibilidade em poder compreender a particularidade do vivido, algo que uma análise apenas quantitativa tem limitações e, ao buscar destrinchar o fenômeno, ampliam-se as possibilidades de construção de novas estratégias de enfrentamento e cenários para próximos estudo.

Em linhas gerais, mesmo com a realização de três encontros reflexivos com a família, as intervenções voltadas ao convite à reflexão demonstraram efetividade e impacto positivo para a transformação da dinâmica familiar, com estabelecimento de novos acordos de funcionamento e com mais clareza no desempenho dos papéis dos membros da família.

Devemos considerar que as dificuldades biopsicossociais e econômicas vividas durante a pandemia, somadas à precarização das políticas pública nos últimos anos, além de uma legitimação de ações violentas e repressivas, aumentou o grau de vulnerabilidade das famílias, especialmente das mais pobres, e aumentou o número de casos de violência, principalmente junto a grupos considerados mais vulneráveis. Além disso, a diminuição do Estado pelo neoliberalismo e o desmonte da máquina pública, vem sucateando equipamentos públicos e criando barreiras enormes para as equipes que atuam nas políticas públicas, pois há um encharcamento do serviço, o que impede o avanço célere de ações interventivas urgentes, como forma de garantir a função protetiva de responsabilidade do Estado, mesmo que conste como direito constitucional, mas que se encontra falha, apesar dos esforços dos servidores.

Neste sentido, a aplicação e a análise de intervenções que visam a reflexão demonstraram ser especialmente valiosas. A realização de outros estudos que deem prosseguimento a este, portanto, pode fundamentar de modo mais amplo a construção e o teste de tecnologias interventivas que associem vídeos de contação de história a questionamentos em torno de vivências em família, com foco em ocorrências presentes em diferentes gerações, visando a superação de ciclos de violência. Nesta direção

destacamos a possibilidade de construção de subsídios para a criação de políticas públicas mais eficazes no enfrentamento da problemática que sustenta a violência transgeracional, no sentido de enriquecimento de propostas de ação de órgãos públicos e de outras políticas que não apenas a PNAS.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F (Orgs.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 7ª ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, PUC/SP, 2018.

ALMEIDA, T. M. C. Um olhar antropológico sobre o eu e a transgeracionalidade. *In*: PENSO, M. A.; COSTA, L. F. (Orgs.). **A transmissão geracional em diferentes contextos: da pesquisa à intervenção**. São Paulo: Summus, 2008, p. 24-41.

ALVIM, M. B. O id da situação como solo comum da experiência. *In*: ROBINE, J. **Self: uma polifonia de Gestalt-terapeutas contemporâneos**. São Paulo: Escuta, 2018, p. 333-353.

ALVIM, M. B. Transtorno bipolar, temporalidade e conexão com o outro: reflexões preliminares. *In*: FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K. O. **Quadros clínicos disfuncionais e Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 2017, p. 45-74.

ALVIM, M. B. **A poética da experiência: Gestalt-terapia, fenomenologia e arte**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

ANDOLFI, M. **A Terapia Familiar Multigeracional: instrumentos e recursos do terapeuta**. Tradução Julia Seger Sanvincente. Belo Horizonte: Artesã, 2019.

ANTONY, S.; ALMEIDA, E. M. Vítimas de violência sexual intrafamiliar: uma abordagem gestáltica. **Revista NUFEN**, Belém, v. 10, n. 2, p. 184-201, 2018.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. [Tradução de Dora Flaksman]. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

BALISTA C.; BASSO, E.; COCCO, M.; GEIBE, L. T. C. Representações sociais dos adolescentes acerca da violência doméstica. **Revista eletrônica de enfermagem**, v. 6, n. 3, p. 350-357, 2004.

BAUER, J. **Schreimutter**. Weinheim, Alemanha: Beltz & Gelberg, 2000.

BELÉM (Município). Prefeitura Municipal de Belém. **Ver-Belém: informações diversas**. Belém: CINBESA, 2022a. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/ver-belem/detalhe.php?i=1&p=9#:~:text=Bel%C3%A9m%20%C3%A9%20um%20munic%C3%ADpio%20brasileiro,distante%202.140%20quil%C3%B4metros%20de%20Bras%C3%ADlia>. Acesso em: 01 dez. 2022.

BELÉM (Município). Prefeitura Municipal de Belém. **Boletim Vigilância Socioassistencial: Atendimento Anual 2021 do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS**. nº 46. Belém: Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA/NUSVISA, 2022b.

BELÉM (Município). Prefeitura Municipal de Belém. **Projeto Político Pedagógico do Centro Referência Especializado em Assistência Social Marialva Casanova Guimarães**. Belém – Mosqueiro: Fundação Papa João XXIII - FUNPAPA, 2015.

BELMINO, M. C. B.. **Gestalt-terapia e experiência de campo: dos fundamentos à prática clínica**. Jundiaí: Paco, 2020.

BELMINO, M. C. B. Paul Goodman e o projeto do livro Gestalt Therapy. **IGT rede**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 20, p. 120-142, 2014a. Disponível em: Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1807-25262014000100008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-25262014000100008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 01 dez. 2022.

BELMINO, M. C. B. **Fritz Perls e Paul Goodman: duas faces da Gestalt-Terapia**. Fortaleza: Premium, 2014b.

BENELLI, S. J. **O atendimento socioassistencial para crianças e adolescentes: perspectivas contemporâneas**. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

BÍBLIA. Português. **A BÍBLIA DO PREGADOR**. Texto Bíblico: Almeida Revista e Atualizada. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil; Curitiba: Editora Evangélica Esperança, 2009.

BOCCARDI, D. O. **Viver não é preciso: discursos sobre suicídio no século XXI**. Rio de Janeiro: Via Verita, 2021.

BÖSZÖRMÉNY-NAGY, I.; SPARK, G. M. **Lealtades invisibles**. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

BOWEN THEORY. **Bowen Center for the Study of the Family and the Georgetown Family Center**. Disponível em: <https://www.thebowencenter.org/multigenerational-transmission-process>. Acesso em: 09 nov. 2021.

BOWEN, M. **Family therapy in clinical practice**. New York: Jason Aronson, 1993.

BRASIL. Ministério da Economia. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência**. Brasília: Ministério da Economia, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humano. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente. **Letalidade infanto-juvenil: dados da violência e políticas públicas existentes**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos. 2018. 110p. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/consultorias/conada/letalidade-infanto-juvenil-dados-da-violencia-e-politicas-publicas-existentis>. Acesso em: 15 Out. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência

Social, 2013. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf). Acesso em: 05 nov. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília: Diário Oficial da União, 2009.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS / 2004**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005a.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operativa Básica NOB-SUAS**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Violência intrafamiliar: Orientações para práticas em serviço. **Cadernos de Atenção Básica nº 8**. Ministério da Saúde: Brasília, 2001. Disponível em: [https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05\\_19.pdf](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf). Acesso em: 04 jun. 2020.

BRASIL. Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 7 dez. 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm). Acesso em: 31 jul. 2020.

BRASIL. Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 31 jul. 2020.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 31 jul. 2020.

BUBER, M. **Do diálogo e do diálogo**. São Paulo: Perspectiva S.A., 1982.

CALIL, V. L. L. **Terapia familiar e de casal**. São Paulo: Summus, 1987.

CAMAROTTI, M. H.; GOMES, D. O. A circularidade nas relações sociais. *In*: OSORIO, L. C.; VALLE, M. E. P. do (Orgs.) **Manual de Terapia Familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2009, p. 211 – 232.

CAMPOS, E. B. As sociedades amazônicas e o SUAS. *In*: CAMPOS, E.B. (Org.). **Fator amazônico e a Interface com o Sistema Único da Assistência Social**. Belém: ICSA/UFPA, 2013, p. 31-52.

CANTON, K. **Da política às micropolíticas**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

CARVALHO, M. C. B.; Famílias e Políticas Públicas. *In*: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Orgs.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 7ª ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2018, p. 307-315.

CERNENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. M. E. Ciclo vital da família brasileira. *In*: OSORIO, L. C.; VALLE, E. P. (Orgs.). **Manual de Terapia Familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2009, p. 25-37.

CERVENY, C. M. O. Família e intergeracionalidade. *In*: CERVENY, C. M. O. (Org.). **Família e...: intergeracionalidade, equilíbrio econômico, longevidade, repercussões, intervenções psicossociais, O tempo, Filhos Cangurus, Luto, Cultura, Terapia familiar, Desenvolvimento humano e social, Afetividade, Negociação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012, p. 13-43.

CORREIA, M. S. Reflexões sobre a violência intrafamiliar, especialmente contra a mulher. **Direito & Justiça**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 64-79, 2007. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:IUnuy8aMTSoJ:https://revista.seletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/article/view/2909/2199&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 03 fev. 2021.

CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. Articulações entre a psicologia social e as políticas públicas na assistência social. *In*: CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. (Orgs.). **O Psicólogo e as Políticas Públicas de Assistência Social**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 15-34.

DARWICH, R. A. Grupos Vivenciais: método vivencial em pesquisas mediadas pela internet. *In*: LEITE, A. M. P.; LEAL, B. S.; GHIZONI, L. D. DARWICH, R. A. **Intervenções metodológicas em contextos amazônicos** [livro eletrônico]. Belo Horizonte: FaFich/Selo PPGCOM/UFMG, 2022. p. 211 – 235.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado** [livro eletrônico]. LeBooks, 2019.

FRAZÃO, L. M. Ética e sofrimento humano. *In*: FRAZÃO, L. M., FUKUMITSU, K. O. **Enfrentando crises e fechando gestalten** [recurso eletrônico]. São Paulo: Summus, 2020, p. 61-69.

FRAZÃO, L. M. Compreensão clínica em Gestalt-terapia: pensamento diagnóstico processual e ajustamentos criativos funcionais e disfuncionais. *In*: FRAZÃO, L. M., FUKUMITSU, K. O. **A Clínica, a relação psicoterapêutica e o manejo em Gestalt-terapia**. São Paulo. Summus, 2015, p. 83-102.

FRAZÃO, L, M; FUKUMITSU, K, O. **Gestalt terapia: Conceitos fundamentais**. Summus editorial. São Paulo, Brasil. 2014.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 33ª ed. Petrópolis: Rio de Janeiro, 1987.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GALANO, M. Família e o tempo. *In*: CERVENY, C. M. de O. (Orgs.). **Família e...: intergeracionalidade, equilíbrio econômico, longevidade, repercussões, intervenções psicossociais, O tempo, Filhos Cangurus, Luto, Cultura, Terapia familiar, Desenvolvimento humano e social, Afetividade, Negociação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012, p. 117 – 139.

GIMBO, L. A violência como hábito: leitura de um fenômeno social a partir da teoria do Self. *In*: SILVA, L. C.; VALE, K. S. (Orgs.). **Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos**. Ponta Grossa: Atena, 2021. p. 31 – 40.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar** [recurso eletrônico]: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GONÇALVES, H. S. Violência como categoria: a experiência da ordem. *In*: SIQUEIRA, A. C.; JAEGER, F. P.; KRUEL, C. S. (Orgs.) **Família e violência: conceitos, práticas e reflexões críticas**. Curitiba: Juruá, 2013, p. 77 – 94.

GOODMAN, P. **Growing Up Absurd: Problems of Youth in the Organized Society**. [eBook version]. New York: The New York Reviews of Books, 2011.

GOSLDSTEIN, K. **The Organism: a Holistic Approach to Biology Derived from Pathological Data in Man**. New York: Zone Books, 2000.

GRANZOTTO, R. L. “Ser juntos”, um novo *ethos* gestáltico. *In*: BOCCARDI, Diogo de Oliveira (Org.). **Gestalt-terapia e sociedade**. São Paulo: LiberArs, 2021. p. 75 – 85.

GUAZINA, F. M. N.; NOAL, L. Violência psicológica: interfaces entre o individual e o social. *In*: SIQUEIRA, A. C.; JAEGER, F. P.; KRUEL, C; S. (Orgs.). **Família e violência: conceitos, práticas e reflexões críticas**. Curitiba, Juruá, 2013, p. 31-42.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HAYECK, C. M. Refletindo sobre a violência. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10353/6700>. Acesso em: 14 nov. 2021.

HIRATA, F. Y. O julgamento de Orestes na Oréstia de Ésquilo. **Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, v. 19, n. 3, 2007. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/79071914.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 05 nov. 2021.

JAEGER, F. P. Violência de gênero intrafamiliar: compreendendo e enfrentando o fenômeno. *In*: SIQUEIRA, A. C.; JAEGER, F. P.; KRUEL, C; S. (Orgs.). **Família e violência**: conceitos, práticas e reflexões críticas. Curitiba, Juruá, 2013. p. 11-30.

JAEGER, F. P.; MOTTA, R. F.; ROCHA, A. O.; PAULI, C. G.; HOFFMEISTER, F. X.; SCOTT, J. B. Políticas Públicas e as situações de violência contra a criança. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO, XV, 2009, Maceió. **Anais de Trabalhos Completos**. Maceió: Associação Brasileira de Psicologia Social, 2009, p. 1-7. Disponível em: [http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais\\_XVENABRAPSO/188.%20pol%C3%93ticas%20p%C3%9Ablicas%20e%20as%20situa%C3%95es%20de%20viol%C3%Aancia%20contra%20a%20crian%C3%A7a.pdf](http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/188.%20pol%C3%93ticas%20p%C3%9Ablicas%20e%20as%20situa%C3%95es%20de%20viol%C3%Aancia%20contra%20a%20crian%C3%A7a.pdf). Acesso em: 20 out. 2021.

JOOSSE, B. **Mamãe, você me ama?** São Paulo: Brinque Book, 1994.

KRUG, E. G.; DAHLBERG, L. L.; MERCY, J. A.; ZWI, A. B.; LOZANO, R. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: OMS, 2002. Disponível em: <https://opas.org.br/relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude/>. Acesso em: 02 out. 2020.

LEMKE, T. **Biopolítica**: críticas, debates e perspectivas. São Paulo: Editora Filosófica Poética, 2018.

MARRA, M. M. A Transmissão geracional segundo Jacob Levy Morena. *In*: PENSO, M. A.; COSTA, L. F. (Orgs.). **A transmissão geracional em diferentes contextos**: da pesquisa à intervenção. São Paulo: Summus, 2008, p. 57 – 75.

MINAYO, M. C. de S.; GOMES, S. F. D. R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade [ed. digital]. Petrópolis: Vozes, 2013.

MÜLLER-GRANZOTTO, M. J.; MÜLLER-GRANZOTTO, R. L. **Clínicas gestálticas**: sentido ético, político e antropológico da teoria do self. São Paulo: Summus, 2012.

MÜLLER-GRANZOTTO, M. J.; MÜLLER-GRANZOTTO, R. L. **Fenomenologia e Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 2007.

NARVAZ, M. G. A transmissão transgeracional da violência. **Insight**, v. 11, n. 18, p. 17-22, 2002. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Martha-Narvaz/publication/344081277\\_A\\_TRANSMISSAO\\_TRANSGERACIONAL\\_DA\\_VIOLENCIA/links/5f515f32a6fdcc9879c9b1a6/A-TRANSMISSAO-TRANSGERACIONAL-DA-VIOLENCIA.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Martha-Narvaz/publication/344081277_A_TRANSMISSAO_TRANSGERACIONAL_DA_VIOLENCIA/links/5f515f32a6fdcc9879c9b1a6/A-TRANSMISSAO-TRANSGERACIONAL-DA-VIOLENCIA.pdf). Acesso em: 01 out. 2021.

OLIVEIRA, J. L. R. de; BELMINO, M. C. A abordagem gestáltica e o viés político: a dimensão social do *Self* e a Gestalt-terapia como forma de resistência ao sistema organizado. *In*: BOCCARDI, D. O (Org.). **Gestalt-terapia e sociedade**. São Paulo: LiberArs, 2021, p. 15-29.

- PADILHA, C. R. M.; BARBIERI, V. Transmissão psíquica transgeracional: uma revisão da literatura. **Tempo psicanal.**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 243-270, jun. 2020. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-48382020000100010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382020000100010&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 14 out. 2021.
- PEREIRA JUNIOR, M. G. **A atuação da psicologia no SUAS: um enfoque no CREAS**, em seus desafios e potencialidades. Curitiba: CRV, 2014.
- PERLS, L. **The Gestalt Approach: Living at the Boundery** [eBook]. Goldsboro: The Gestalt Journal Press, 2012.
- PERLS, F. S. **Ego, fome e agressão: uma revisão da teoria e do método de Freud**. 3º ed. São Paulo: Summus, 2002.
- PERLS, F. S. **A abordagem gestáltica e testemunha ocular da terapia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- PERLS, F. S. **Gestalt-terapia explicada**. 2ª ed. São Paulo: Summus, 1977a.
- PERLS, F. S. Gestalt-terapia e potencialidades humanas. In: STEVENS, John O (Org.). **Isto é Gestalt**. São Paulo: Summus, 1977b.
- PERLS, F. S.; HEFFERLINE, R.; GOODMAN, P. **Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 1997.
- PIRES FILHO, M. F. **Abuso sexual em meninos: a violência intrafamiliar através do olhar de psicólogo que atende em instituições**. Curitiba: Juruá, 2009.
- PONCIANO, E. L. T; FÉRES-CARNEIRO, T. Modelos de família e intervenção terapêutica. **Interações**, vol. VIII, n.19, jul-dez, 2003. p. 57-80. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/354/35401604.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- QUEIROZ, L. O trauma segundo o enfoque da Gestalt-terapia. In: FRAZÃO, L. M., FUKUMITSU, K. O. **Enfrentando crises e fechando Gestalten**. São Paulo: Summus, 2020. p. 11 – 25.
- RAMOS, M. D. Reflexões sobre o processo histórico-discursivo do uso da legítima defesa da honra no Brasil e a construção das mulheres. **Revista Estudos Feministas** [online], v. 20, n. 1, 2012. p. 53-73. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000100004>. Acesso em: 15 nov. 2021.
- RAZERA, J.; CENCI, C. M. B.; FALCKE, D. Violência Doméstica e Transgeracionalidade: um estudo de caso. **Revista e Psicologia da IMED**, v. 6, n. 1, jan-jun., 2014. p. 47-51. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Denise\\_Falcke/publication/284345309\\_Violencia\\_Domestica\\_e\\_Transgeracionalidade\\_Um\\_Estudo\\_de\\_Caso/links/578799d608aedc252a9](https://www.researchgate.net/profile/Denise_Falcke/publication/284345309_Violencia_Domestica_e_Transgeracionalidade_Um_Estudo_de_Caso/links/578799d608aedc252a9)

35ed4/Violencia-Domestica-e-Transgeracionalidade-Um-Estudo-de-Caso.pdf. Acesso em: 08 jan. 2021.

RIBEIRO, J. P. **Vade-Mécum de Gestalt-Terapia**. São Paulo: Summus, 2006.

RIBEIRO, M. A.; BAREICHA, I. C. Investigando a transgeracionalidade da violência intrafamiliar. *In*: PENSO, M. A.; COSTA, L. F. (Orgs.). **A transmissão geracional em diferentes contextos: da pesquisa à intervenção**. São Paulo: Summus, 2008. p. 251 – 281.

ROBINE, Jean-M. **O self desdobrado: perspectiva de campo em gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 2006.

ROSA, E. M.; LIRA, M. O. de S. C. e. Intrafamiliar violence against children and adolescents: support and overcoming network. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 246-252, 2012. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12822012000300018&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822012000300018&lng=pt&nrm=iso). Acesso: em 27 ago. 2020.

SALZTRAGER, R. A desconstrução do conceito de Família Moderna: uma interlocução entre Ariès e Foucault. **Perspectivas em Diálogo: revista de educação e sociedade**, v. 5, n. 10, p. 164 – 206, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/6376>. Acesso em: 12 jul. 2021.

SANTOS JUNIOR, O. de O. Reflexões sobre a práxis cidadã e solidariedade. *In*: SILVA, E. A.; PIZA, S. de O. (Orgs.). **Cidadania que coisa é essa? A formação cidadã na universidade**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo: 2010, p. 45 – 58.

SANTOS, T. S. S.; ANDRADE, D. F. de; BORNIA, A. C.; CONDE, W. L.; VILLAR, B. S. Escala de violência intrafamiliar e escolar usando a Teoria de Resposta ao Item. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v. 25, n. 11, p. 4473-4484, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202511.34022018>. Acesso em: 10 jan. 2021.

SARTI, C. A. Famílias enredadas. *In*: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Orgs.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 7ª ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2018, p. 35-52.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. *In*: SAWAIA, B. B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 14 ed. Petrópolis, Editora Vozes, 1999, p. 99 – 119.

SILVA, D. M. da. Poder e submissão nos sistemas íntimos: a busca de integrar polaridades numa perspectiva gestáltica. *In*: SILVA, D. M. da; SILVEIRA, T. M. da. (Orgs.). **Casais e famílias na contemporaneidade: o olhar gestáltico para os sistemas íntimos**. Curitiba: Juruá. 2022, p. 93 – 107.

SILVEIRA, T. M. da. Gestalt-terapia de casal e família: um pouco da história, raízes filosóficas e fundamentos epistemológicos. In: SILVA, D. M. da; SILVEIRA, T. M. da (Orgs.). **Casais e famílias na contemporaneidade: o olhar gestáltico para os sistemas íntimos**. Curitiba: Juruá, 2022, p. 25 – 44.

SIQUEIRA, M. E. C. de. **A Assistência Social e suas práticas sociais, na perspectiva das expressões da questão social**. Pós-Graduação “lato sensu” – Especialização em Políticas Públicas de Assistência Social: práticas e ações. Poços de Caldas: Escola Mineira de Direito – Humanidades, 2022.

SMUTS, J. C. **Holism and Evolution**. [ebook]. Luxemburg: Amazon Media, 2021.

STIERLIN, H. **Psicoanálisis y terapia de familia**. Barcelona: Icaria Editorial, 1979.

TÁVORA, C. B. *Self* e suas funções. In: FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K. O. (Orgs.). **Gestalt-terapia: conceitos fundamentais**. São Paulo: Summus, 2014, p. 63 – 87.

UNITED NATIONS CHILDREN’S FUND. **A familiar face: violence in the lives of children and adolescents**. UNICEF: New York, 2017. Disponível em: [https://www.unicef.org/media/48671/file/Violence\\_in\\_the\\_lives\\_of\\_children\\_and\\_adolescents.pdf](https://www.unicef.org/media/48671/file/Violence_in_the_lives_of_children_and_adolescents.pdf). Acesso em: 20 nov. 2020.

VENTURA, M. M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SoCERJ**, v. 20, n. 5, 2007, p. 383 – 386. Disponível em: [http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007\\_05/a2007\\_v20\\_n05\\_art10.pdf](http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf). Acesso em: 20 nov. 2022.

WAGNER, A.; TRONCO, C.; ARMANI, A. B. Os desafios da família contemporânea. **Desafios psicossociais da família contemporânea: Pesquisas e reflexões**, p. 19 – 35, 2011. Disponível em: <https://statics-submarino.b2w.io/sherlock/books/firstChapter/111165393.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Global Status Report on Preventing Violence Against Children 2020**. Geneva, Jun. 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/reports/global-status-report-preventing-violence-against-children-2020>. Acesso em: 17 out. 2021.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** [recurso eletrônico]. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZINKER, J. C. **A busca da elegância em psicoterapia: uma abordagem gestáltica com casais, famílias e sistemas íntimos**. São Paulo: Summus, 2001.

**LIA CRISTINA DA SILVA BOTEGA**

Psicóloga, Gestalt-terapeuta, graduada em Psicologia pela Universidade da Amazônia (2006). Especialista em: Psicologia Clínica com ênfase em Gestalt Terapia pelo Centro de Capacitação em Gestalt Terapia - CCGT (2009), Psicologia Hospitalar pelo Centro de Estudos Psicocirúrgicos - USP e Fundação Hospital de Clínicas Gaspar Viana - FHCGV (2014), e Assistência Social pela Escola Mineira de Direito (2022). Mestre em Comunicação Linguagem e Cultura pela Universidade da Amazônia (2022). Atualmente atuando como Professor no curso de Psicologia da Faculdade Estácio de Belém.

## ANEXOS

## ANEXO I – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DA EMENDA

**Título da Pesquisa:** Poesia no Dia a Dia: Grupos Vivenciais e Resiliência

**Pesquisador:** Rosângela Araújo Darwich

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 24782619.9.0000.5173

**Instituição Proponente:** INSTITUTO CAMPINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.243.747

#### Apresentação do Projeto:

As informações contidas nos campos Apresentação do Projeto, Objetivo da Pesquisa e Avaliação dos Riscos e Benefícios foram retiradas do documento "PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_1881160\_E1.pdf", datado de 24/01/2022, em que lê-se, no item:

#### INTRODUÇÃO

Resiliência refere-se à capacidade de enfrentamento de situações adversas, sendo reconhecida, portanto, em situações de crise. Tal capacidade deriva do estabelecimento de vínculos saudáveis que aliam o ensino de valores a regras claras e flexíveis, com reconhecimento de pontos positivos da criança (CORCHS, 2011; FISCHER; FRÖHLICH-GILDHOFF, 2019; FRÖHLICH-GILDHOFF; DÖRNER; RÖNNAU-BÖSE, 2016). Percebemos, assim, que vivências em relações não coercitivas preparam para o contato com coerções inevitáveis e, mais do que isso, para a superação de conflitos e transformação positiva dos contextos e de si (SIDMAN, 1989). No âmbito da Psicologia, a Análise do Comportamento deriva da tentativa de construção de uma ciência natural, por B. F. Skinner, com sustentação filosófica no Behaviorismo Radical, também desenvolvido por ele (SKINNER, 1993). Um dos pontos centrais da proposta skinneriana coincide com a demonstração de vantagens do estabelecimento de relações não coercitivas, em detrimento de coercitivas, que ainda caracterizam a vida em sociedade nas mais diferentes culturas (SIDMAN, 1989; SKINNER, 1965). Coerção e não coerção são melhor

**Endereço:** Av. Alcindo Cacela, N.º 287, Bloco D, 5º andar  
**Bairro:** Umarizal **CEP:** 66.060-902  
**UF:** PA **Município:** BELEM  
**Telefone:** (91)99116-3574 **Fax:** (91)4009-3005 **E-mail:** cep.unama@unama.br



Continuação do Parecer: 5.243.747

explicadas por meio da diferenciação entre contingências operantes de punição e reforçamento negativo, por um lado, e de reforçamento positivo, por outro. As contingências correspondem à experiência direta de relações entre atos e consequências assim derivadas, indicando que o que é feito em um dado momento se reflete em motivações futuramente experienciadas em contextos semelhantes. Descreve-se uma relação importante entre maneira de agir e experiência emocional que destaca a importância do indivíduo em sua formação pessoal e dos contextos sociais do qual participa (DARWICH; TOURINHO, 2005; SKINNER, 1965). Submissão à vontade de terceiros implica o contato com coerção, enquanto possibilidade de escolha e liberdade de expressão se fazem presentes em relações não coercitivas. Sensação de prazer advém do contato com contingências de reforçamento positivo (SKINNER, 1965).

#### HIPÓTESE

A participação em grupos vivenciais favorece o desenvolvimento de postura resiliente e prazer em ler.

#### METODOLOGIA

Esta pesquisa-ação lança mão de método vivencial de aprendizagem e realização de análises quali-quantitativas favorecidas pela formação de grupos vivenciais (no sentido de grupos experimentais) e de grupos controle. Quanto à coleta de dados, participantes de grupos vivenciais e grupos controle responderão, individualmente, a instrumentos de pré- e pós-teste. Além disso, cada encontro corresponderá à aplicação de uma dinâmica de grupo fundamentada em leitura de textos literários aliada a desenhos, pinturas e colagens como base para reflexões compartilhadas. As respostas verbais e não verbais dos participantes serão repassadas aos Formulários Google em que as intervenções são descritas, assegurando a confidencialidade dos dados, já que mantidos online e acessados por meio de senhas.

A composição da amostra derivará de condições específicas de cada contexto em que os grupos vivenciais serão formados. Em escolas, os profissionais responsáveis indicarão uma ou mais turmas para a composição de grupos vivenciais. Estudantes de outras turmas do mesmo ano

**Endereço:** Av. Alcindo Cacela, N.º 287, Bloco D, 5º andar  
**Bairro:** Umarizal **CEP:** 66.060-902  
**UF:** PA **Município:** BELEM  
**Telefone:** (91)99116-3574 **Fax:** (91)4009-3005 **E-mail:** cep.unama@unama.br



Continuação do Parecer: 5.243.747

escolar comporão os grupos controle. No caso de grupos formados em organização não governamental, a formação dos dois tipos de grupos respeitará critérios de inclusão como faixa etária e, conforme o caso, gênero e áreas de interesse específicas. Na clínica-escola de psicologia da UNAMA (CLIPSI), os participantes serão divididos em grupos de acordo com a faixa etária e área de interesse após serem encaminhados para a participação em grupos vivenciais pelo serviço de Plantão Psicológico.

A participação na pesquisa dependerá da formalização de consentimento dos participantes e, caso sejam menores de idade, também por seus responsáveis, por meio da assinatura de termos em anexo. Norteiam os cuidados com aspectos éticos da pesquisa a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) de no 466, de 12 de dezembro de 2012, que aprovou diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, e a Resolução do CNS de no 510, de 7 de abril de 2016, que dispõe sobre normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

Cada grupo vivencial será composto por uma média de dez participantes e contará com quatro estudantes pesquisadores, em função de coordenação e apoio. A intervenção será dividida ao longo de cerca de dez encontros, realizados com periodicidade semanal e cada um com noventa minutos de duração. Um grupo de estudo e pesquisa, com encontros também semanais, dará apoio à aquisição de conhecimento teórico, de práticas grupais e de autoconhecimento por parte de estudantes pesquisadores.

Serão formados, semestralmente, treze grupos vivenciais, assim distribuídos: (a) cinco grupos na CLIPSI, sendo um com crianças e dois com adolescentes, de 12 a 14 anos e de 15 a 17 anos, inscritos para realização de psicoterapia, um com respectivos responsáveis pelas crianças e adolescentes, e um com jovens e adultos; (b) quatro grupos em escolas, com estudantes de diferentes séries, sendo dois na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Dr Freitas e dois na Escola Estadual de Ensino Fundamental Professor Virgílio Libonati; (c) três grupos no Espaço Cultural Nossa Biblioteca, um deles com estudantes de ensino médio, um com os responsáveis por tais estudantes e outro com voluntários engajados na realização de oficinas; e (d) um grupo na UNAMA, com estudantes universitários e estudantes de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC).

A proposta de realização deste estudo está dividida em quatro etapas, abaixo descritas.

1ª etapa: Seleção e treinamento de estudantes pesquisadores Esta etapa será reiniciada a cada semestre de implementação da pesquisa. É necessário treinamento contínuo, realizado ao longo de cerca de oito encontros semanais do grupo de pesquisa após a finalização de cada curso de

**Endereço:** Av. Alcindo Cacela, N.º 287, Bloco D, 5º andar  
**Bairro:** Umarizal **CEP:** 66.060-902  
**UF:** PA **Município:** BELEM  
**Telefone:** (91)99116-3574 **Fax:** (91)4009-3005 **E-mail:** cep.unama@unama.br



Continuação do Parecer: 5.243.747

capacitação oferecido.

2ª etapa: Planejamento de intervenções (maiores informações, vide Projeto de Pesquisa original anexo)

#### CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

##### Critério de Inclusão:

Serão incluídos na pesquisa estudantes regularmente matriculados em turmas de ensino fundamental ou médio na faixa etária, gênero e áreas de interesse específicas ao grupo em questão. Também serão incluídos na pesquisa, no caso de grupos formados na CLIPSI, crianças e adolescentes entre seis e dezessete anos que tenham sido inscritos para realização de psicoterapia e cujos responsáveis aceitem participar de encontros regulares, acompanhados de tais crianças e adolescentes.

Na universidade, serão incluídos na pesquisa estudantes de graduação e pós-graduação que completem um dos cursos de capacitação oferecido pela coordenação da pesquisa. Neste sentido, o grupo de capacitação também adquire a função de grupo vivencial mesmo para aqueles que não concluírem com êxito um curso de capacitação.

##### Critério de Exclusão:

Serão excluídos da pesquisa todos aqueles que, ainda que matriculados ou de qualquer outra forma presentes ou representantes dos locais em que grupos vivenciais sejam formados, não correspondam às especificidades requeridas por cada grupo quanto a aspectos como faixa etária, gênero ou áreas de interesse específicas.

Estudantes que não participarem de cursos de capacitação oferecidos pela coordenação da pesquisa serão excluídos da pesquisa.

#### Objetivo da Pesquisa:

##### Objetivo Primário:

Promover e avaliar o desenvolvimento de resiliência e prazer em ler.

##### Objetivo Secundário:

Proporcionar, a estudantes de graduação e pós-graduação, formação acadêmica em contexto de construção simultânea de atividades de ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade.

**Endereço:** Av. Alcindo Cacela, N.º 287, Bloco D, 5º andar  
**Bairro:** Umarizal **CEP:** 66.060-902  
**UF:** PA **Município:** BELEM  
**Telefone:** (91)99116-3574 **Fax:** (91)4009-3005 **E-mail:** cep.unama@unama.br



Continuação do Parecer: 5.243.747

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

##### **Riscos:**

A participação na pesquisa poderá causar riscos aos participantes, como constrangimento nas abordagens, identificação dos participantes, vazamento de informações, quebra da confiabilidade e, é necessário frisar, quebra do anonimato e interferências na rotina dos participantes. Constrangimento nas abordagens pode resultar da forma como os encontros forem conduzidos e mesmo dos temas tratados nos encontros. Para minimizar e mesmo evitar tal risco, os pesquisadores são submetidos a um curso de capacitação, organizado pelos professores responsáveis pela pesquisa. Além disso, os encontros são avaliados semanalmente, sendo o bem-estar dos participantes e dos pesquisadores continuamente objeto de reflexão. A prática de construir, nos grupos vivenciais, um ambiente social não coercitivo é, mais do que uma tentativa de prevenção de riscos, a

condição principal para que os resultados previstos sejam alcançados. A identificação dos participantes, ou seja, exposição da identidade dos participantes para além dos encontros, no sentido de quebra do anonimato, é um risco que contornamos quando não os representamos por escrito por meio de seus nomes. Assim sendo, para minimizar e mesmo evitar o risco

de exposição, a identidade dos participantes é mantida sob sigilo e anonimato, ocorrendo substituição de nomes por iniciais em todos os materiais de coleta de dados e, posteriormente, quando da divulgação de resultados ao público externo à pesquisa, por códigos alfanuméricos.

O vazamento de informações corresponde a mais um risco de quebra da confiabilidade. Além de comprometer a pesquisa-ação realizada, o vazamento de informações pode gerar uma má compreensão da análise completa dos dados, realizada de modo contextualizado. Tomamos

extremo cuidado também no trato com as informações coletadas, minimizando e mesmo evitando o risco de vazamento por meio da utilização de armazenamento de dados em ambiente online cujo acesso depende do conhecimento de senha alterada mensalmente e compartilhada apenas

entre os pesquisadores em contexto de reunião semanal.

A participação em um grupo vivencial também traz consigo o risco de interferência na rotina dos participantes. A fim de minimizar e mesmo de evitar tal risco, os grupos vivenciais são formados em escolas e espaços comunitários em horários disponibilizados pelas pessoas responsáveis pelos locais em questão, garantindo, assim, que os participantes não precisem se deslocar de suas residências para participar da pesquisa. No caso dos grupos vivenciais formados na Clínica-Escola de Psicologia da UNAMA (CLIPSI), consideramos que o deslocamento de pais e filhos corresponda a uma interferência positiva na rotina de tais participantes, que têm a oportunidade de conversar e

**Endereço:** Av. Alcindo Cacela, N.º 287, Bloco D, 5º andar  
**Bairro:** Umarizal **CEP:** 66.060-902  
**UF:** PA **Município:** BELEM  
**Telefone:** (91)99116-3574 **Fax:** (91)4009-3005 **E-mail:** cep.unama@unama.br



Continuação do Parecer: 5.243.747

trocar ideias durante o percurso que realizam. Participar de relações não coercitivas amplia as possibilidades de implemento de rotina mais saudável e equilibrada para todos os envolvidos. Vale ressaltar que os participantes são esclarecidos acerca do processo a que serão submetidos, tendo o direito de interrompê-lo a qualquer momento, são informados acerca dos resultados obtidos, ainda que os dados resultantes de sua atuação sejam parciais, em caso de interrupção da participação anteriormente à finalização do processo. Além disso, encontram-se livres para propor alterações nos temas a serem tratados e poderão ser encaminhados a outros serviços, como psicoterapia individual, caso necessário.

**Benefícios:**

Esperamos que os seguintes benefícios, aos participantes, derivem da implementação da pesquisa: (a) em curto prazo, aquisição de repertório mais elaborado de habilidades sociais por meio do contato dos participantes com trocas interpessoais não coercitivas; (b) em médio prazo, mas ainda ao longo dos encontros, aquisição de postura resiliente e, complementarmente, de prazer em ler, imprescindíveis em todas as idades; e (c) em longo

prazo e, portanto, para além dos limites temporais de implementação da pesquisa, aprofundamento das habilidades adquiridas por meio das vivências particulares de vida, com multiplicação de relações não coercitivas a partir de iniciativa própria.

Aos participantes serão disponibilizadas informações correspondentes aos resultados da pesquisa, bem como detalhamentos acerca dos procedimentos adotados, favorecendo avaliações pessoais e críticas que representem aprofundamento no reconhecimento do papel de cada um nas trocas sociais estabelecidas e, assim, também no autoconhecimento.

Em linhas gerais, os benefícios esperados perpassam pela possível contribuição para melhoria das relações sociais por meio da constituição de fatores de proteção que se considera advir da participação em um grupo vivencial. Trata-se de aliar efeitos remediativos dos problemas formalizados ao início do processo a efeitos preventivos.

Aos participantes serão disponibilizadas informações correspondentes aos resultados da pesquisa, bem como detalhamentos acerca dos procedimentos adotados, favorecendo avaliações pessoais e críticas que representem aprofundamento no reconhecimento do papel de cada um nas trocas sociais estabelecidas e, assim, também no autoconhecimento.

Em linhas gerais, os benefícios esperados perpassam pela possível contribuição para melhoria das relações sociais por meio da constituição de fatores de proteção que se considera advir da participação em um grupo vivencial. Trata-se de aliar efeitos remediativos dos problemas

**Endereço:** Av. Alcindo Cacela, N.º 287, Bloco D, 5º andar  
**Bairro:** Umarizal **CEP:** 66.060-902  
**UF:** PA **Município:** BELEM  
**Telefone:** (91)99116-3574 **Fax:** (91)4009-3005 **E-mail:** cep.unama@unama.br



Continuação do Parecer: 5.243.747

formalizados ao início do processo a efeitos preventivos.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Este estudo é justificado, portanto, por meio de duas frentes: aplicação de conhecimentos científicos que fundamentam relações entre não coerção e fortalecimento pessoal e social, e multiplicação de relações sociais de qualidade. Assim são combatidos violências e desrespeitos de toda ordem, como ocorrências de bullying e também de descasos e abandonos.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Documentos anexados e preenchidos adequadamente:

1. Folha de Rosto.
2. Declaração de Autorização da Instituição coparticipante.
3. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).
4. Termo de Assentimento (TA).
5. Projeto no formato Plataforma Brasil (PB).
6. Projeto na versão Original (PO).
7. Instrumento de Coleta de Dados.
- 8 Declaração de aceite do(a) pesquisador(a) responsável, orientador(a) da pesquisa.
9. Carta Justificativa de solicitação de extensão da pesquisa.
10. Novo Cronograma.

**Recomendações:**

Sem recomendações.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O Protocolo de Pesquisa submetido em 24/01/2021 esta em conformidade com as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde – CNS – nº 466 de 2012 e a de nº 510 de 2016, e Norma Operacional nº 001/2013.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Tendo em vista que o protocolo de pesquisa atende a todos os preceitos éticos definidos na

**Endereço:** Av. Alcindo Cacela, N.º 287, Bloco D, 5º andar  
**Bairro:** Umarizal **CEP:** 66.060-902  
**UF:** PA **Município:** BELEM  
**Telefone:** (91)99116-3574 **Fax:** (91)4009-3005 **E-mail:** cep.unama@unama.br



Continuação do Parecer: 5.243.747

Resolução CNS Nº 466/2012 e/ou na Resolução CNS Nº 510/2016 e Normas Complementares, o colegiado do CEP ICES UNAMA é favorável à aprovação da extensão do projeto de pesquisa.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Outros	Carta_justificativa.pdf	02/02/2022 09:44:23	Rose Martins Tavares	Aceito
Outros	Novo_cronograma.pdf	02/02/2022 09:43:54	Rose Martins Tavares	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_1881160_E1.pdf	24/01/2022 18:16:14		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_original_PO.pdf	30/11/2019 13:50:10	Rosângela Araújo Darwich	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Autorizacao_Nossa.pdf	30/11/2019 13:41:42	Rosângela Araújo Darwich	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.pdf	30/11/2019 13:38:36	Rosângela Araújo Darwich	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Menores.pdf	30/11/2019 13:38:21	Rosângela Araújo Darwich	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Maiores.pdf	30/11/2019 13:37:41	Rosângela Araújo Darwich	Aceito
Folha de Rosto	Folha.pdf	30/11/2019 13:26:51	Rosângela Araújo Darwich	Aceito
Outros	Observacao_participantes.pdf	29/10/2019 10:27:51	Rosângela Araújo Darwich	Aceito
Outros	Exemplo_treinamento_pesquisadores.pdf	29/10/2019 10:27:17	Rosângela Araújo Darwich	Aceito
Outros	Exemplo_intervencao_pais.pdf	29/10/2019 10:26:28	Rosângela Araújo Darwich	Aceito
Outros	Exemplo_intervencao_criancas.pdf	29/10/2019 10:25:43	Rosângela Araújo Darwich	Aceito
Outros	Exemplo_intervencao_adultos.pdf	29/10/2019 10:24:32	Rosângela Araújo Darwich	Aceito
Outros	Exemplo_intervencao_adolescentes.	29/10/2019	Rosângela Araújo	Aceito

**Endereço:** Av. Alcindo Cacela, N.º 287, Bloco D, 5º andar  
**Bairro:** Umarizal **CEP:** 66.060-902  
**UF:** PA **Município:** BELEM  
**Telefone:** (91)99116-3574 **Fax:** (91)4009-3005 **E-mail:** cep.unama@unama.br



Continuação do Parecer: 5.243.747

Outros	pdf	10:23:48	Darwich	Aceito
Outros	Escala_de_resiliencia_adultos.pdf	29/10/2019 10:22:16	Rosângela Araújo Darwich	Aceito
Outros	IHSA_12_17_anos.pdf	29/10/2019 10:21:16	Rosângela Araújo Darwich	Aceito
Outros	Escala_6_11_anos.pdf	29/10/2019 10:19:57	Rosângela Araújo Darwich	Aceito
Outros	Escala_de_Autoconceito.pdf	29/10/2019 10:17:27	Rosângela Araújo Darwich	Aceito
Orçamento	Orçamento.pdf	29/10/2019 07:52:52	Rosângela Araújo Darwich	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DeclaracaoPesquisador.pdf	29/10/2019 07:52:04	Rosângela Araújo Darwich	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

BELEM, 15 de Fevereiro de 2022

---

**Assinado por:**  
**Rose Martins Tavares**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Av. Alcindo Cacela, N.º 287, Bloco D, 5º andar  
**Bairro:** Umarizal **CEP:** 66.060-902  
**UF:** PA **Município:** BELEM  
**Telefone:** (91)99116-3574 **Fax:** (91)4009-3005 **E-mail:** cep.unama@unama.br

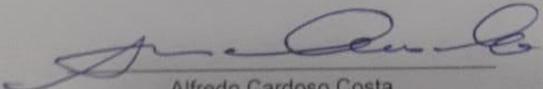
**ANEXO II - AUTORIZAÇÃO DA REALIZAÇÃO DA PESQUISA DA FUNPAPA**

  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM  
FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII

**AUTORIZAÇÃO**

Eu, Alfredo Cardoso Costa, Presidente da Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), em vista da solicitação constante do Processo Nº 9363/2022, **autorizo**, durante o período pré-estabelecido pelo cronograma de pesquisa e obedecendo as medidas de saúde a serem adotadas em função da pandemia de Covid-19, a coleta de dados para desenvolvimento da pesquisa intitulada **"Violência Intrafamiliar transgeracional: estudo de caso em um Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS em um distrito de Belém-Pa"**, sob responsabilidade da discente **Lia Cristina da Silva Botega**, aluna do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura – PPGCLC, da Universidade da Amazônia, sob orientação da **Profª Drª Rosângela Araújo Darwich**, conforme objetivos e metodologia presentes no Projeto de Pesquisa apresentado a esta Instituição, estando autorizada, após anuência da equipe técnica e coordenação da unidade socioassistencial, a pesquisa de campo e coleta de dados, com observância do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), ressaltando ainda a necessidade de obediência aos princípios éticos inerentes às pesquisas acadêmicas.

Belém, 19 de DEZEMBRO de 2022.

  
Alfredo Cardoso Costa  
Presidente da FUNPAPA

## APÊNDICE I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

### **“VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR TRANSGERACIONAL: ESTUDO DE CASO EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL EM UM DISTRITO DE BELÉM-PA”**

*Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário do projeto de pesquisa acima citado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua colaboração nesta pesquisa será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará qualquer prejuízo a você. Fique ciente que não receberá remuneração ou qualquer tipo de recompensa no decorrer da pesquisa, sendo sua participação voluntária.*

Esta pesquisa objetiva promover a diminuição dos contextos de violência e o fortalecimento de vínculos familiares por meio da participação em grupos vivenciais. Os encontros devem proporcionar compartilhamento de ideias em rodas de conversa, com dinâmicas de grupo e apreciação dos vídeos em grupo, daí sendo derivados os dados coletados de cada participantes e de cada grupo.

Contamos com os seguintes locais de coleta de dados, ou seja, de formação de grupos vivenciais: O Centro de Referência Especializado em Assistência Social Marialva Casanova Guimarães, Mosqueiro, Belém, Pará.

O período previsto para a coleta de dados inicia em janeiro de 2022 e finaliza em março de 2022. No entanto, é esperado que cada grupo vivencial seja formado ao longo de um único trimestre, por meio da realização de 3 encontros mensais por cerca de 6 participantes na presença de uma Psicóloga pesquisadora e uma Assistente Social que assumem função de coordenação e de apoio, respectivamente. Características compartilhadas pelos participantes, como faixa etária, gênero, local de estudo ou de encontro na comunidade, assim como áreas de interesse sustentam encontros de pares e, assim, grupos vivenciais.

Enquanto instrumentos de coleta, lançamos mão de escalas padronizadas e Formulários Google e gravação do áudio dos encontros. Nas dinâmicas de grupo, a cada encontro, a projeção dos vídeos e material para escrita, desenhos e pinturas são disponibilizados aos participantes. O conjunto de instrumentos nos permite analisar relações entre os procedimentos utilizados e mudanças pessoais.

O tipo de dado a ser coletado é de ordem subjetiva, referente a sentimentos e maneiras de pensar, mas se reflete em ações que podem ser reconhecidas e avaliadas. É o caso de ampliação de percepção de si e das relações que são estabelecidas na família, culminando no fortalecimento dos vínculos familiares, podendo culminar na superação dos ciclos de violência transgeracionais, conforme o caso.

**Você deve estar ciente:**

I) Participar deste projeto não submete você a um tratamento de qualquer ordem ou natureza, bem como não lhe causará qualquer gasto com relação aos procedimentos adotados.

**São direitos seus:**

I) Responder ou não as perguntas contidas nos instrumentos de coleta dos dados da pesquisa;

II) Desistir ou interromper a colaboração na pesquisa no momento que desejar, sem necessidade de qualquer explicação, sem penalização alguma e sem prejuízo à sua saúde ou bem-estar físico;

III) Indenização por danos decorrentes da participação na pesquisa está prevista no item 2.7 da Resolução CNS 466/12 e é referente à cobertura material para reparação a dano causado pela pesquisa ao participante da pesquisa.

IV) Garantia de ressarcimento, prevista no item 2.21 da Resolução CNS 466/12, implica compensação material exclusivamente referente a despesas do participante e seus acompanhantes, quando necessário, tais como transporte e alimentação;

V) Benefícios: (a) em curto prazo, aquisição de repertório mais elaborado de habilidades sociais por meio do contato dos participantes com trocas interpessoais não coercitivas; (b) em médio prazo, mas ainda ao longo dos encontros, aquisição de postura resiliente e, complementarmente, de prazer em ler, imprescindíveis em todas as idades; e (c) em longo prazo e, portanto, para além dos limites temporais de implementação da pesquisa, aprofundamento das habilidades adquiridas por meio das vivências particulares de vida, com multiplicação de relações não coercitivas a partir de iniciativa própria.

Aos participantes serão disponibilizadas informações correspondentes aos resultados da pesquisa, bem como detalhamentos acerca dos procedimentos adotados, favorecendo avaliações pessoais e críticas que representem aprofundamento no reconhecimento do papel de cada um nas trocas sociais estabelecidas e, assim, também no autoconhecimento.

Em linhas gerais, os benefícios esperados perpassam pela possível contribuição para melhoria das relações sociais por meio da constituição de fatores de proteção que se

considera advir da participação em um grupo vivencial. Trata-se de aliar efeitos remediativos dos problemas formalizados ao início do processo a efeitos preventivos.

VI) Riscos: a participação na pesquisa poderá causar riscos aos participantes, como constrangimento nas abordagens, identificação dos participantes, vazamento de informações, quebra da confiabilidade e, é necessário frisar, quebra do anonimato e interferências na rotina dos participantes.

Constrangimento nas abordagens pode resultar da forma como os encontros forem conduzidos e mesmo dos temas tratados nos encontros. Para minimizar e mesmo evitar tal risco, os pesquisadores são submetidos a um curso de capacitação, organizado pelos professores responsáveis pela pesquisa. Além disso, os encontros são avaliados mensalmente, sendo o bem-estar dos participantes e dos pesquisadores continuamente objeto de reflexão. A prática de construir, nos grupos vivenciais, um ambiente social não coercitivo é, mais do que uma tentativa de prevenção de riscos, a condição principal para que os resultados previstos sejam alcançados. A identificação dos participantes, ou seja, exposição da identidade dos participantes para além dos encontros, no sentido de quebra do anonimato, é um risco que contornamos quando não os representamos por escrito por meio de seus nomes. Assim sendo, para minimizar e mesmo evitar o risco de exposição, a identidade dos participantes é mantida sob sigilo e anonimato, ocorrendo substituição de nomes por iniciais em todos os materiais de coleta de dados e, posteriormente, quando da divulgação de resultados ao público externo à pesquisa, por códigos alfanuméricos.

O vazamento de informações corresponde a mais um risco de quebra da confiabilidade. Além de comprometer a pesquisa-ação realizada, o vazamento de informações pode gerar uma má compreensão da análise completa dos dados, realizada de modo contextualizado. Tomamos extremo cuidado também no trato com as informações coletadas, minimizando e mesmo evitando o risco de vazamento por meio da utilização de armazenamento de dados em ambiente online cujo acesso depende do conhecimento de senha alterada mensalmente e compartilhada apenas entre os pesquisadores em contexto de reunião semanal.

A participação em um grupo vivencial também traz consigo o risco de interferência na rotina dos participantes. A fim de minimizar e mesmo de evitar tal risco, os grupos vivenciais são formados em escolas e espaços comunitários em horários disponibilizados pelas pessoas responsáveis pelos locais em questão, garantindo, assim, que os participantes não precisem se deslocar de suas residências para participar da pesquisa. No caso dos grupos vivenciais formados no Centro de Referência Especializado em Assistência Social Marialva Casanova Guimarães, consideramos que o deslocamento dos participantes corresponda a uma interferência positiva na rotina de tais participantes, que têm a oportunidade de conversar e trocar ideias durante o percurso que realizam. Participar de relações não coercitivas amplia as possibilidades de implemento de rotina mais saudável e equilibrada para todos os envolvidos.

Vale ressaltar que os participantes são esclarecidos acerca do processo a que serão submetidos, tendo o direito de interrompê-lo a qualquer momento, são informados acerca dos resultados obtidos, ainda que os dados resultantes de sua atuação sejam parciais, em caso de interrupção da participação anteriormente à finalização do processo. Além disso, encontram-se livres para propor alterações nos temas a serem tratados e poderão ser encaminhados a outros serviços, como psicoterapia individual, caso necessário.

VII) Decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública, com divulgação dos resultados da pesquisa em publicações científicas;

VIII) Ter garantida a confidencialidade das informações pessoais, assegurando sua privacidade;

IX) Se desejar, poderá, pessoalmente ou por telefone, entrar em contato com a pesquisadora responsável para tomar conhecimento dos resultados parciais e finais desta pesquisa, valendo-se dos contatos que constam ao final deste documento.

X) Se desejar, poderá também entrar em contato com o CEP ICES UNAMA através dos telefones/endereços que constam neste documento. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é a autoridade local e a porta de entrada para um projeto de pesquisa envolvendo seres humanos. Os CEPs foram criados para defender os direitos e interesses dos participantes das pesquisas, em sua integridade e dignidade, e para contribuir com o desenvolvimento das pesquisas dentro dos padrões éticos.

XI) Receber uma via rubricada (em todas as páginas) e assinada do TCLE pelas pesquisadoras;

Desejo conhecer os resultados desta pesquisa.

Não desejo conhecer os resultados desta pesquisa.

Belém, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**Assinatura do participante:** \_\_\_\_\_

---

Rosângela Araújo Darwich  
 Telefone: (91) 982289399;  
 e-mail: rosangeladarwich@yahoo.com.br

---

Lia Cristina da Silva Botega  
 Telefone: (91) 98175-1023;  
 e-mail: liasilvabotega@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Campinense de Ensino Superior LTDA – ICES UNAMA  
"Campus" Alcindo Cacela (Av. Alcindo Cacela, 287 - Umarizal - Bloco "D", 5º Andar. CEP:66.060-902.  
Fone: (91) 4009-3005, E-mail: cep.unama@unama.br. Site: <http://www6.unama.br/cep>. Horário de  
Atendimento: 08h às 12h e 14h às 19h (segunda à quinta-feira); 08h às 12h e 14h às 18h (sexta-feira)

## APÊNDICE II

Roteiro de Perguntas Norteadoras para os vídeos: “Mãe Gritalhona”, “Quero Colo!”

### 1. Identificação

Nome

Idade

Profissão / ocupação

Número de filhos

Nome e idade de cada filho

Renda da família por mês

### 2. Relação com o CREAS

Por que você foi encaminhada ao CREAS?

Você já conhecia o CREAS? Comente.

O que você espera como resultado de sua participação no CREAS?

### 3. Roteiro de Perguntas Norteadoras para o vídeo: “Mãe gritalhona”

O que você achou desse vídeo?

O que você pensa sobre violência?

O quanto ela está presente na sua vida, na relação com os seus filhos?

O quanto ela estava presente na sua relação com os seus pais?

O que você acha que se pode fazer para abrir mão da violência e agir de um modo diferente?

### 4. Roteiro de Perguntas Norteadoras para o vídeo: “Quero Colo”

Da outra vez você falou sobre violência depois de ver o vídeo “Mãe Gritalhona”. E de lá para cá, você pensou em mais alguma coisa sobre esse assunto?

O que você achou desse vídeo?

O que você pensa sobre ter um espaço de conversa, sobre ser ouvida e poder ser como você realmente é, sem medo?

Na sua relação com seus filhos, você tem um espaço de conversa?

E com os seus pais, você podia conversar e trocar ideias?

O vídeo era sobre dar e receber colo. Você tem uma relação carinhosa com os seus filhos?

E tinha uma relação carinhosa com seus pais?

O que você acha que se pode fazer para se ser mais atenciosa e gentil, mas também colocar limites e ser respeitada?